

MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



Projecto
co-financiado por:



MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas

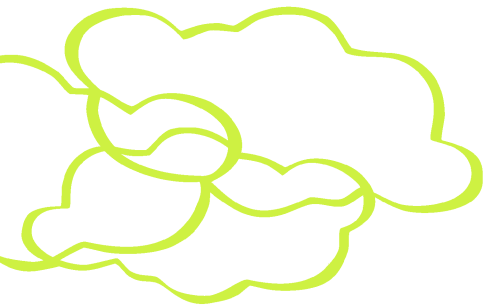


I. INTRODUÇÃO

UM PROJECTO E UMA PRÁTICA BEM SUCEDIDA

Projecto
co-financiado por:





ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO - UM PROJECTO E UMA PRÁTICA BEM SUCEDIDA

II. UM PROJECTO - UMA ABORDAGEM INTEGRADA

PILAR I: Conciliação da Actividade Profissional com a Vida Familiar e o Percurso Escolar
– O “Espaço para Apoio à Conciliação”

1. Enquadramento
 2. A implementação do Espaço – Que condições? Quais os passos?
 3. Como e o que foi feito?
 4. Dificuldades encontradas e estratégias de superação
 5. Resultados e mais valias
- Síntese

PILAR II: Trabalho Remunerado – Exploração de Caminhos para a Inserção Profissional de Pessoas Ciganas

1. Enquadramento
 2. As expectativas das pessoas ciganas do Bairro da Cucena em matéria de inserção profissional:
a Tertúlia sobre Trabalho, Emprego e Formação Profissional e os seus desenvolvimentos
 3. Materiais informativos adaptados
 4. Estágio com tutoria em posto de trabalho
 5. Resultados e mais valias
- Síntese

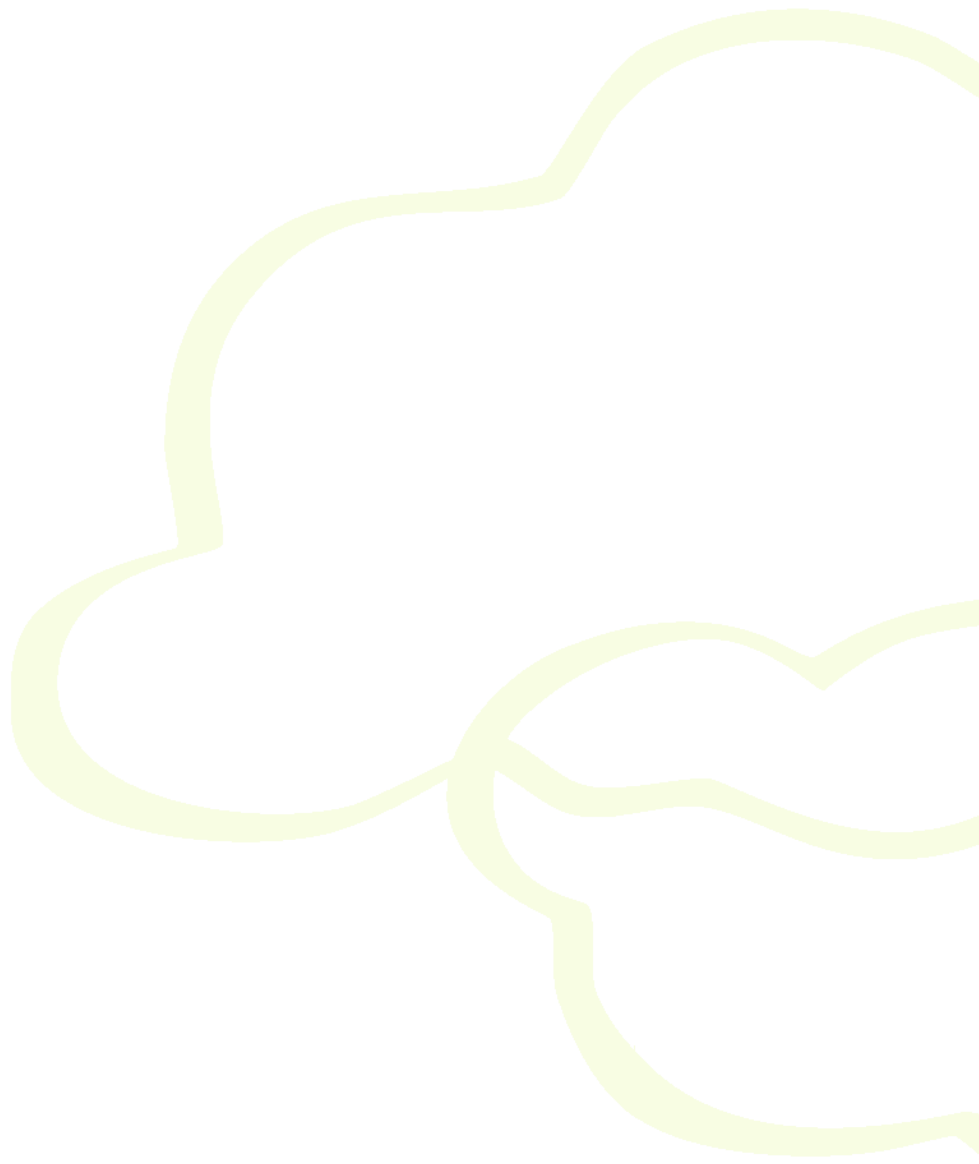
PILAR III: Empoderamento - “Formação para Pessoas Ciganas”

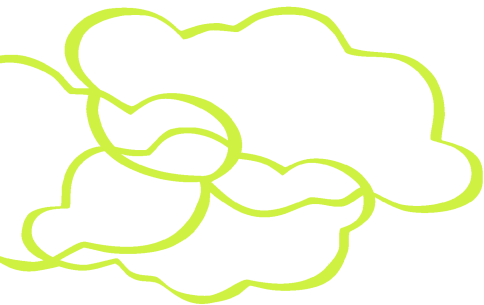
1. Enquadramento
 2. O curso-piloto de formação inicial de formadores/as, com certificado de aptidão pedagógica
 3. Formação específica para a intervenção social e comunitária da AMUCIP
 4. Outros factores de empoderamento para a AMUCIP
- Síntese

PILAR IV: Cidadania - “Formação para Agentes Sociais”, “Tertúlias de Troca de Saberes” e “Informação para a Cidadania”

1. Enquadramento
 2. Formação para agentes sociais
 3. Tertúlias de troca de saberes
 4. Informação para a cidadania
- Síntese

Anexos





I. INTRODUÇÃO

UM PROJECTO E UMA PRÁTICA BEM SUCÉDIDA



Havia uma Associação de mulheres ciganas¹ – a única ao tempo e a única ainda² – que queria ajudar a melhorar a vida das crianças da sua comunidade. E que se propôs fazê-lo correndo riscos: junto da sua comunidade porque “quem é que elas pensam que são?”, junto das entidades públicas e privadas que habitualmente se ocupam da ‘área social’ porque “há respostas no terreno para todas as crianças e não se podem encorajar os *guettos*”.

Havia um serviço público que queria tornar mais acessível para pessoas ciganas a informação sobre trabalho no estrangeiro e aprofundar junto delas o conceito de cidadania global desenvolvido num outro Projecto EQUAL³ em que era entidade interlocutora.

03

Havia um Centro de Estudos⁴ com larga e reconhecida experiência de investigação-acção, que trabalhava com públicos vulneráveis à exclusão social.

Havia um Programa EQUAL que recebia candidaturas no domínio da conciliação do trabalho com a vida familiar.

E havia os diversos problemas e as diversas necessidades que tinham sido detectadas⁵, tendo em conta também algumas necessidades manifestadas por outras instituições⁶:

➤ Melhoria das condições para a conciliação adequada do trabalho e da vida familiar e para assegurar a continuidade do percurso escolar numa perspectiva de sucesso educativo, em particular de raparigas ciganas, designadamente

¹ AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas.

² Num universo associativo cigano que (de acordo com os registos do ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural) ultrapassa a dezena e meia de associações.

³ Projecto EQUAL ‘Migrações e Desenvolvimento’, cuja entidade interlocutora é a DGACCP – Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

⁴ CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

⁵ Nomeadamente com base no diagnóstico feito na Acção 1 do Projecto.

⁶ CHBA – Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, E. P. E., então S.A..

através do transporte casa-escola-casa das crianças do Bairro da Cucena e do seu acolhimento em horário extra-escolar;

- Melhoria da capacidade de atracção da escola e da formação para a diversificação das opções de vida e trabalho, em particular, de mulheres e jovens ciganas;
- Empoderamento e reforço de competências pessoais e relacionais de mulheres e jovens ciganas;
- Promoção de competências relacionais, inter-culturais e de aprofundamento da cidadania de pessoas e famílias ciganas;
- Desconstrução de estereótipos e aprofundamento da cidadania de pessoas e famílias ciganas;
- Desenvolvimento de competências relacionais inter-culturais de trabalhadores/as e organismos da administração pública central e local, bem como de outras entidades públicas e privadas;
- Desconstrução de estereótipos e aprofundamento da cidadania de trabalhadores/as e organismos da administração pública central e local, bem como de outras entidades públicas e privadas;
- Melhoria do acesso e relacionamento de pessoas e famílias ciganas com os serviços sociais, incluindo os de saúde;
- Criação de novas respostas para a interlocução de trabalhadores/as e organismos da administração pública central e local, bem como de outras entidades públicas e privadas, com pessoas e comunidades ciganas;
- Reforço de empoderamento e de competências pessoais e técnicas da AMUCIP e suas associadas para a intervenção social, designadamente enquanto ONG, e para a interlocução entre instituições e pessoas e comunidades ciganas.

Com estes haveres e com saberes diversos⁷ se construiu o Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, com os seguintes objectivos gerais:

- Construir e ensaiar respostas transferíveis para a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e o percurso escolar de pessoas ciganas no Bairro da Cucena;
- Reforçar o empoderamento e a capacidade de intervenção social da AMUCIP, designadamente identificando soluções formativas e profissionais adaptadas a pessoas ciganas, no estrangeiro;
- Formar 72 trabalhadores/as para o desenvolvimento de competências interculturais e organizar 1 estágio para uma pessoa cigana no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, para futura contratação como interlocutor/a entre os serviços e as pessoas e comunidades ciganas;

⁷ Incluindo os do ICE – Instituto das Comunidades Educativas, durante a Acção 1 do Projecto.

- Sensibilizar/informar pessoas das comunidades ciganas e não ciganas no Seixal, em Beja e em Serpa para o diálogo intercultural e o aprofundamento do exercício da cidadania;
- Criar produtos informativos transferíveis e adaptados às comunidades ciganas para a promoção do desenvolvimento humano de pessoas ciganas e de imagens positivas recíprocas das comunidades ciganas e não ciganas.

O resultado foi um produto que se traduz na “Prática Bem Sucedida” que, em especial para quem a venha a querer aplicar, aqui se narra.



Um lema - “De igual para igual”

A decisão de apresentar uma candidatura ao Programa EQUAL não foi nem fácil nem evidente.

A AMUCIP tinha visto recusadas algumas tentativas que fizera com outras instituições e outros programas para concretizar o seu objectivo de contribuir para proporcionar um espaço de apoio extra-escolar às crianças ciganas e outras, que tinham sido realojadas no Bairro da Cucena, vindas da Arrentela, onde beneficiavam daquele apoio. Tinha desacreditado da ideia de que bastaria a manifestação de vontade de intervenção directa por parte de pessoas ciganas para que todas as portas se abrissem. Tinha também sofrido o descrédito junto da sua comunidade porque afinal não fora capaz de fazer aceitar o seu projecto pelas instituições da comunidade maioritária. O início [há cinco anos atrás] não fora fácil, havendo “oposição tanto das comunidades ciganas como não ciganas”⁸. A experiência da AMUCIP é expressão de como estas mulheres experimentam contextos de socialização distintos e têm experiências de desigualdades marcadas por um silêncio naturalizado. De qualquer modo, entre as pessoas ciganas há já quem afirme: “deixem de olhar as mulheres como se fossem programadas para serem donas de casa, esposas e mães” (jovem, solteira de 19 anos, in AMUCIP, 2006:83) e essa foi, certamente, a leitura que inicialmente se fez do surgimento da AMUCIP. Por outro lado, a estratégia de uma visibilidade discreta e prudente e as dificuldades de aceitação junto das próprias comunidades ciganas que a Associação conheceu dão conta da emergência de uma certa “tensão” entre “etnia e género” (cf. McCarthy, 1994, in Cortesão, et al, 2005:15) certamente potenciadoras de mudança no interior das comunidades.

⁸ De acordo com as palavras da Presidente da AMUCIP.

Assim, embora com um enorme receio de falhar, sabendo-se pouco preparadas para as exigências sobretudo burocráticas de um projecto EQUAL, não querendo “dar um passo maior que a perna” - havia que fazer um grande esforço de adaptação, eram precisas novas competências, lidar com horários e agendas, pensar a prazo, planear a prazo, tomar decisões em conjunto com muita frequência, ajustar-se a um sistema de financiamento por reembolso que sabia complicado e antevia demorado - e voltarem a ser criticadas por se afoitarem no desconhecido sem o respaldo da sua comunidade, embora até ao fim do prazo de candidatura tivessem dúvidas sobre se aceitariam uma participação “de igual para igual”, as mulheres da AMUCIP decidiram integrar a Parceria de Desenvolvimento deste projecto EQUAL porque perceberam que tinham que arriscar. Aceitaram porque confiaram em si próprias e na Parceria. Porque a Parceria confiou nelas e no seu potencial. Porque se acreditaram pessoas iguais às outras. Porque, entendendo as limitações actuais da venda ambulante como fonte de rendimento e rejeitando tanto situações de ilegalidade como subsidio-dependências, viram futuro na sua escolha. Porque assumiram que não lhes chegava ultrapassar a pobreza, mas que também havia que assumir cidadania. E o seu querer teve então uma força orgulhosa e vencedora.

É assim que, reforçadas pela convicção de que “ninguém melhor do que os próprios membros das comunidades ciganas pode transformar as realidades quotidianas das suas mulheres e filhas”, as mulheres da AMUCIP, apoiadas pelo Projecto “P’lo Sonho é que Vamos” estão, a pouco e pouco, construindo uma “cultura de compromisso” (cf. Charlot, 1999, in Cortesão, et al, 2005:15) que lhes permite conciliar e viver “dentro de duas culturas” (Casa-Nova, 1999 in Cortesão, et al, 2005:15): “podemos sempre fazer o que queremos sem deixar de ser o que somos” (Presidente da AMUCIP).

Há no entanto que ter presente que muitas das dimensões que habitualmente são referidas como específicas da cultura cigana, são afinal inerentes nuns casos, a grupos populacionais com estilos de vida menos ‘formatados’ e menos compartimentados, por relação aos padrões dominantes, e, noutros casos, a grupos com menor literacia formal e entendimentos mais antiquados sobre papéis sociais de homens e mulheres traduzidos em costumes que se vão repetindo sem muita reflexão.

Ora, por um lado, a holística da vida é cada vez mais defendida, e, por outro, a diversidade de olhares sobre o género por parte de homens e mulheres nas comunidades ciganas foi uma constante ao longo do projecto e é patente neste Guia.

Neste quadro importa reforçar a ideia de que não há culturas estáticas e de que a defesa da liberdade cultural, tal como a preconizam as Nações Unidas⁹, implica também a liberdade de escolher, de adoptar e de fundir os elementos de outras culturas que a inteligência de cada pessoa considere que lhe trazem benefício.

⁹ PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004 sobre Liberdade Cultural.



A “bendita vivenda”

Para realizar o seu sonho, a AMUCIP precisava de um espaço que fosse igualmente a sua sede, um local para a realização de actividades e para acomodar o seu património documental estava espalhado pelas casas dos membros da associação. De há muito que vinha tentando junto da Câmara Municipal do Seixal a cedência de uma casa abandonada, ali no meio do Bairro da Cucena - um bairro de realojamento social com uma forte presença de famílias ciganas (62 famílias, com um total de 258 elementos, dos quais 138 mulheres e 120 homens) acumulando em si diferentes tipos de problemas e dificuldades nos processos de inserção escolar e profissional - à vista de toda a gente, perto para toda a gente. “Se associações de outras comunidades tinham sedes cedidas porque é que a gente não há-de ter?” A ‘bendita vivenda’ era a base do sonho e a sua possibilidade de concretização.

Diversas hesitações que antecederam a cedência, tendo a Câmara sido particularmente sensível aos seguintes aspectos:

07

- A AMUCIP é uma associação de mulheres ciganas com motivação e projectos para desenvolver trabalho social junto da sua própria comunidade e também do bairro;
- A AMUCIP comprometeu-se a que não haveria sobreposição com a intervenção da Misericórdia do Seixal;
- A visibilidade do empoderamento das mulheres ciganas é determinante para a sua afirmação junto da comunidade cigana e, consequentemente, para a promoção da igualdade de género nessa comunidade;
- Para realizar trabalho social junto da comunidade cigana, a AMUCIP necessita de evidenciar perante esta que é reconhecida pela comunidade maioritária;
- O trabalho inicia-se no seio de uma parceria mais alargada, como aquela que dá corpo à Parceria de Desenvolvimento do Projecto e que contempla um acompanhamento técnico da AMUCIP;
- A intervenção da Associação pode vir a assumir um carácter de boa prática, reforçando, a imagem positiva do Concelho em termos de intervenção social;

- A Associação, e o trabalho por ela realizado, podem vir a constituir-se como um factor de abertura recíproca de comunidades ciganas e não ciganas e como um facilitador do diálogo entre ambas, sendo as mulheres ciganas protagonistas, cautelosas e discretas, desta mudança.

E foi assim que o 'Sonho', já enquanto projecto EQUAL, em Março de 2006, deu à AMUCIP o chão que lhe faltava. "Os ciganos para acreditarem têm que apalpar". A 'bendita vivenda' era a prova da credibilidade da AMUCIP.

Só que a sede da AMUCIP acabou por ir além do espaço para apoio à conciliação e para o encorajamento à permanência na escola de raparigas ciganas adolescentes. Novas funcionalidades acresceram e na sede têm actualmente lugar: tertúlias de troca de saberes (ver Pilar IV), formação profissional (ver Pilar II), ponto de referência e visita para a comunidade maioritária no domínio das comunidades ciganas, 'base' logística para o trabalho de intervenção social e comunitária da AMUCIP, espaço informal de convívio e de apoio às mulheres do bairro, que reconhecem na AMUCIP um recurso para a intermediação com as instituições da comunidade maioritária: com a escola, com a segurança social, com a Câmara ...

UMA PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

Principais obstáculos ao funcionamento

08

Começamos pelos obstáculos para se entender bem que eles não são um acidente mas uma certeza no percurso. O tempo de um projecto é muito curto para que, de um lado e outro, pessoas e instituições se ajustem a tanta novidade e a interiorizem.



Após o primeiro entusiasmo - "Vamos a isto! Havemos de ser capazes! Não temos alternativa que nos convenha, se não formos!" - houve que negociar a candidatura. Tratou-se de um longo exercício que exigiu muita capacidade para entender realidades culturais diversas e muita paciência recíproca por parte de todas as entidades parceiras. Todas as parceiras partiam dos seus próprios adquiridos e os davam como adquiridos também para as outras. Todas achavam que tinham razão. Todas tinham mais preconceitos do que à partida pensaram ter. Daí que o trabalho 'sobre si' realizado pela Parceria desde a sua constituição e no decurso do Projecto tenham constituído um aspecto autónomo e hoje reconhecido por todas as protagonistas como francamente positivo desta prática bem sucedida.

Muitas vezes os obstáculos eram estranhos à Parceria mas tinham sobre o funcionamento desta efeitos muito negativos. De entre todos salienta-se as dificuldades de tesouraria, associadas a falta de regularidade das entradas financeiras, o que gerou na AMUCIP uma grande instabilidade, que esteve a ponto de a fazer desistir. Por outro

lado, também restrições de ordem financeira vieram a exigir uma reconversão parcial de um dos objectivos do projecto – a dada altura, desistiu-se da aquisição do meio de transporte das crianças do Bairro da Cucena de e para a escola.

Quem pretenda replicar a prática não se pode assustar. Relativamente a comunidades ciganas, pode nem ser ainda uma associação. Mas um projecto em que as pessoas acreditem pode ser a alavanca motora para que uma associação nova se constitua. O projecto poderá contar com esse processo de criação e procurar, desde o início e simultaneamente, quer desenvolver competências nos futuros membros que lhes permitirão desempenhar as funções associativas, quer promover também as actividades que darão corpo ao objecto social. Como se verá¹⁰, este percurso foi também o que, na prática e apesar de já ser formalmente uma associação, a AMUCIP seguiu durante o Projecto 'P'lo Sonho é que Vamos!'

O que foi preciso garantir e que passos foi preciso dar

O 'trabalho sobre si' a que atrás se alude implicou um exercício recíproco e constante de:

- capacidade de escuta;
- capacidade de questionar as suas certezas;
- vontade de entender a realidade e os valores alheios;
- capacidade de aceitar e interpretar linguagens, posturas e comportamentos próprios de outros hábitos culturais e de outro estilo de vida;
- mediação junto das respectivas comunidades de pertença;
- versatilidade para encontrar resposta a solicitações inesperadas;
- esforço para persistir nos objectivos, apesar do que às vezes parecem ser incompreensões e retrocessos.

Considera-se que qualquer Parceria que envolva, de igual para igual, entidades das comunidades cigana e não cigana terá de estar disponível para esta aceitação, que tem que ser recíproca para ser igualmente respeitosa, e para este ajustamento, que tem que ser de um lado e de outro, para ser igualmente proveitoso.

Daí que se tenha procurado trabalhar estas competências num quadro formativo de aprendizagem intercultural monitorizado pela mesma entidade formadora, o CIDAC¹¹, relativamente à AMUCIP, como se desenvolverá mais adiante¹², e relativamente ao CESIS e à DGACCP através de módulos sobre a matéria no âmbito de outros projectos.

¹⁰ Pilar III – Empoderamento.

¹¹ Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral. O CIDAC foi também entidade formadora de agentes de intervenção social no Projecto "P'lo Sonho é que Vamos", como se desenvolverá no ponto Pilar IV.

¹² Pilar III.

De qualquer modo, não pense quem pretenda replicar a experiência que a formação é suficiente para garantir, permanentemente, um bom relacionamento. As pessoas ciganas e não ciganas não estão habituadas a trabalhar juntas e os seus métodos e expectativas são muito diversos. Toda a gente acha que a sua maneira de fazer é melhor e até talvez a única maneira de fazer 'bem feito'. É com a persistência do quotidiano, com muito debate nas reuniões, com confiança, com sinceridade e com a vontade real de progredir de parte a parte que vamos alargando o nosso entendimento sobre outras realidades, o que nos permitirá interpretar-nos melhor. Há muitos passos a dar e há também recuos porque não é de um dia para o outro que duas comunidades habituadas a olhar-se de soslaio passam a entender-se às mil maravilhas. Mas este Projecto provou que muitos mitos reciprocamente alimentados há gerações podem cair com benefício geral. Um desses mitos é o de que "os ciganos não querem trabalhar". Outro é o de que "os não ciganos não se ralam com os ciganos, se não para os obrigar a fazer o que eles querem".

Relativamente à superação das questões financeiras, recorreu-se à solidariedade institucional e pessoal intra-parceria e à Rede de Acompanhamento, como adiante se detalhará. No que respeita à solidariedade intra-parceria, a entidade interlocutora adiantou por diversas vezes e de diversos modos verbas à AMUCIP e a entidade pública transferiu para ela os primeiros reembolsos que lhe eram destinados, processando-se a devolução em fase de maior desafogo.

0 alargamento da Parceria de Desenvolvimento

Numa fase final do Projecto, o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, E.P.E. passou a integrar formalmente a própria Parceria de Desenvolvimento. Apenas por motivos de natureza burocrática este Centro Hospitalar não tinha integrado a Parceria no momento de candidatura à Acção 2. Contudo, a sua participação em diferentes actividades do Projecto foi uma constante, para além de ser membro da Rede de Acompanhamento.

0 que se sugere e transcende a Parceria de Desenvolvimento

Os programas de co-financiamento que pretendam trabalhar numa perspectiva cidadã com pessoas e comunidades com pouca aceitação recíproca, incluindo ciganas deverão ter em conta:

- que a ausência de projectos e métodos de trabalho comuns e que a desconfiança tornam necessário que se preveja tempo para aprendizagens essenciais do trabalhar em conjunto;

➤ que a fragilidade financeira e a intermitência de fontes de rendimento exigem mais confiança por parte das entidades financiadoras e uma transferência regular de verbas que não impeça ou afecte o entusiasmo e o esforço de que estes projectos já se revestem pela enorme exigência de mudança estrutural que implicam.

A quem se recomenda esta dimensão da Prática

Esta dimensão da Prática tem destinatários/as de dois tipos:

- quaisquer associações de pessoas ciganas e agentes de entidades públicas ou privadas a nível central e local, que trabalhem com associações de pessoas ciganas ou com outras “associações de base” que pretendam constituir parcerias para intervenção social conjunta e integrada;
- as iniciativas comunitárias com programas de apoio à coesão social que visem trabalhar com públicos com processos de socialização muito diversos do padrão numa dada sociedade e com grande vulnerabilidade financeira.



A REDE DE ACOMPANHAMENTO

Para além da Parceria de Desenvolvimento, o Projecto “P’lo Sonho é que Vamos” contou ainda com a participação e contributo de um conjunto alargado de diferentes entidades que se constituem como membros da Rede de Acompanhamento.

Esta Rede visou, sobretudo, congregar em torno dos objectivos, pessoas e entidades com capacidade de:

- Se constituírem como agentes facilitadores do processo de implementação e desenvolvimento de algumas actividades do Projecto;
- Contribuírem para a identificação de estratégias consistentes para a auto-sustentação das respostas criadas;
- Acompanharem criticamente o processo de construção e validação de produtos;

- Credibilizarem, internalizarem e disseminarem as experiências inovadoras desenvolvidas.

A constituição e funcionamento da Rede de Acompanhamento permitiu, por outro lado, alargar as parcerias do Projecto sem comprometer a agilidade de funcionamento da PD.

As entidades que integraram a Rede de Acompanhamento foram as seguintes:

- ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I.P.
- Câmara Municipal de Beja
- Câmara Municipal do Seixal
- Câmara Municipal de Serpa
- IEFP - Centro Nacional de Qualificação de Formadores
- Centro de Saúde do Seixal
- Direcção-Geral de Saúde
- Fundação Montepio.

O apoio da Rede ao Projecto foi particularmente activo e muito contribuiu para a concretização do mesmo. Desse apoio salienta-se:

Quanto à Câmara Municipal do Seixal:

- a cedência do imóvel onde funciona a AMUCIP e o espaço para apoio à conciliação a que se refere o Pilar I;
- o pagamento regular da água e da electricidade da sede da AMUCIP;
- identificação de necessidades de formação entre as/os suas/seus profissionais e articulação com outras entidades da Rede Social;
- apoio pontual na realização de algumas actividades no “Espaço para Apoio à Conciliação”, nomeadamente ao nível da animação do Atelier de Teatro.

Quanto ao IEFP, designadamente através do Centro Nacional de Qualificação de Formadores:

- a organização do curso de formação de formadores/as a que se refere o Pilar III;
- a participação, também com a cooperação do Centro de Emprego do Seixal, na tertúlia sobre trabalho e emprego e, com a participação do Centro de Formação Profissional do Seixal, nos desenvolvimentos posteriores;
- a participação na elaboração do folheto “Apanhas e trabalho no campo em Espanha”;

Quanto à Fundação Montepio:

- o apoio financeiro¹³ para a realização de obras na sede da AMUCIP;
- o apoio financeiro à AMUCIP para que esta pudesse colmatar dificuldades de tesouraria;

Quanto ao Centro de Saúde do Seixal:

- a participação activa na formação de agentes, designadamente na demonstração da boa prática do Projecto Saúde Sobre Rodas e na co-organização e dinamização de tertúlias sobre a saúde, que tiveram lugar na sede da AMUCIP e a que se referem respectivamente os pontos 1 e 2 do Pilar IV;

Quanto ao ACIDI, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural,

- a oportunidade de participar em redes de pares;
- a aquisição de serviços de formação no domínio da cultura cigana.

Quanto às Câmaras Municipais de Beja e Serpa, a sua participação foi, sobretudo, ao nível da viabilização da formação dirigida a agentes sociais e da articulação com outras entidades parceiras das respectivas redes sociais.

O que foi preciso para que a Rede funcionasse bem

A Rede foi ela própria o resultado das redes de contactos das entidades que integram a Parceria de Desenvolvimento. A confiança vinha, em muitos casos, de longe, e estava consolidada. Por outro lado, a aprovação de uma candidatura pela Gestão do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL foi o passaporte que abriu as portas necessárias. Até este Projecto, a AMUCIP, que já se constituíra em 2000, que já se candidatara a outros programas de financiamento e que já vinha solicitando a cedência de espaço para a sua sede e desenvolvimento de actividades de intervenção social, não tinha obtido respostas favoráveis.

A Rede foi também um espaço de oportunidade para que todos os seus elementos aprofundassem a consciência das necessidades e das virtualidades das pessoas e instituições ciganas no processo de construção de sociedades multiculturais harmoniosas.

A PARCERIA TRANSNACIONAL



“P’lo Sonho é que Vamos” constituiu uma Parceria Transnacional com outros dois projectos EQUAL: um de Itália, “In Carovana. Sulla via delle Stelle”, e um de Espanha, Eurorromí, sendo que este último é dirigido especificamente a mulheres ciganas da Andaluzia.

Os três projectos têm em comum o objectivo de promover o acesso de pessoas ciganas à formação e ao emprego.

O desenvolvimento da parceria transnacional constitui-se como um espaço privilegiado de partilha e intercâmbio de experiências e de contacto com outras realidades, em particular, com associações e federações de mulheres ciganas da Andaluzia. Isto potenciou um importante reforço da visibilidade e reconhecimento internacional da AMUCIP, nomeadamente com a participação no I Fórum Europeu de Mulheres Ciganas, realizado em Sevilha.

As actividades transnacionais deram, assim, um óbvio contributo para o empoderamento da AMUCIP – viajar para fora do País, participar ‘de igual para igual’ em reuniões internacionais, constatar a multiplicidade de associações de mulheres ciganas em Espanha e mesmo das respectivas federações, apreciar em contacto directo com as protagonistas o modo como muitas ciganas andaluzas encaram o prosseguimento dos seus estudos e as suas carreiras profissionais em vários sectores do mercado de trabalho em Espanha - acentuou o interesse pela aprendizagem do Inglês como língua de acesso à informação e aos contactos internacionais.

Importa ainda não esquecer que a parceria transnacional se constituiu como uma oportunidade para a parceria, em geral, proporcionando momentos de convívio e de aprofundamento das relações pessoais, bem como a criação de condições para conhecer novas realidades e novas paisagens, alargando horizontes e enriquecendo olhares.

MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



II. UM PROJECTO

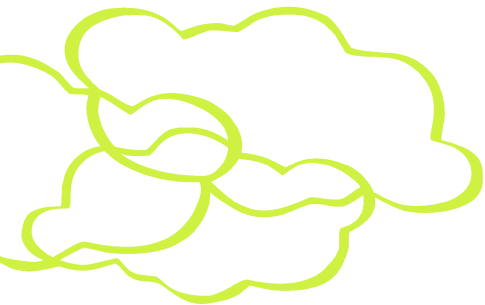
UMA ABORDAGEM INTEGRADA

PILAR I

CONCILIAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL COM A VIDA FAMILIAR
E O PERCURSO ESCOLAR – O "ESPAÇO PARA APOIO À CONCILIAÇÃO"

Projecto
co-financiado por:





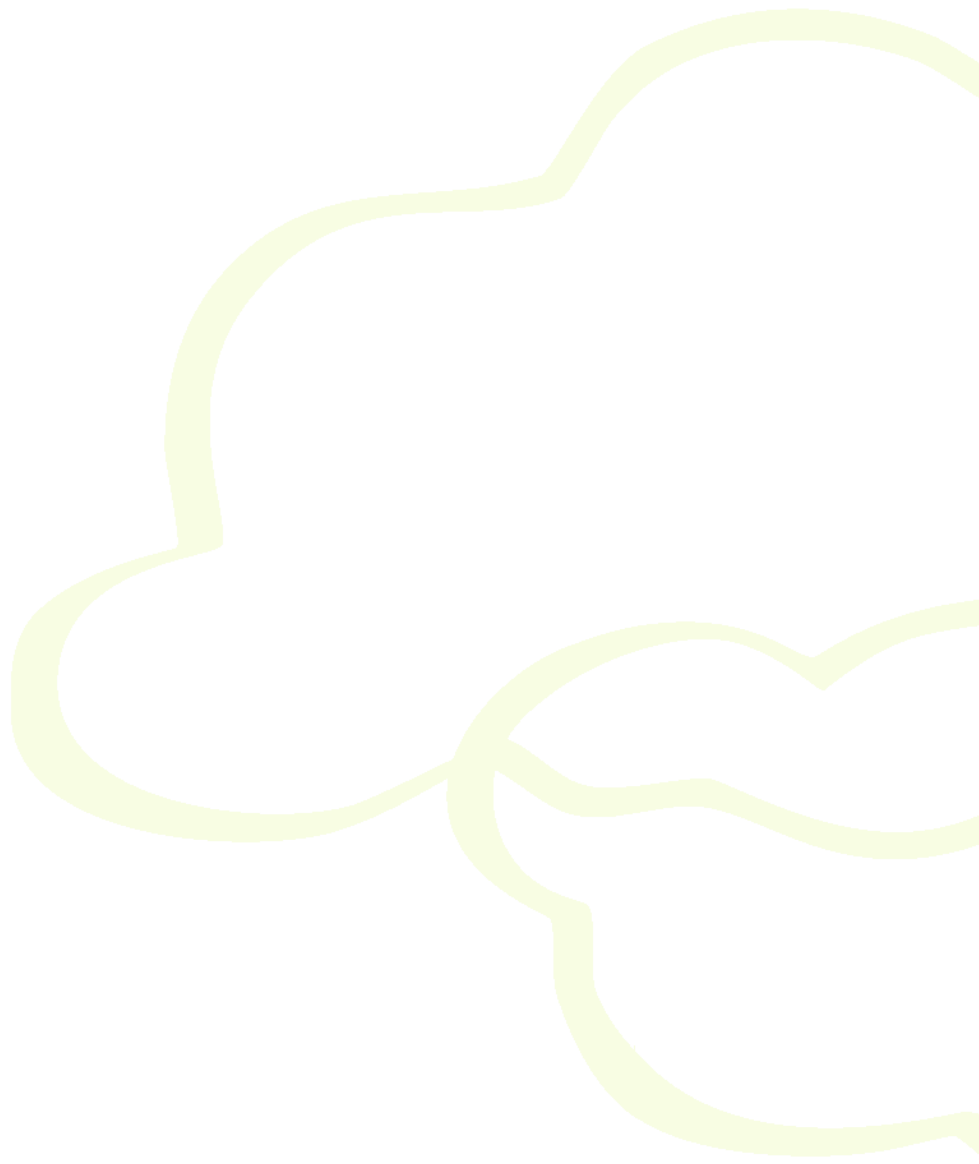
II. UM PROJECTO UMA ABORDAGEM INTEGRADA

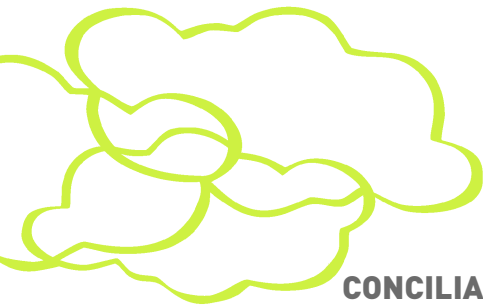
“Melhorar a Coesão Social – Guia de Boas Prática para a Cidadania e o relacionamento de Pessoas, Instituições e Comunidades Ciganas e não Ciganas” é um produto que surge no contexto do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, projecto de cidadania, que se propõe contribuir para o reforço da coesão social no nosso País, através de uma visão integrada do relacionamento entre pessoas e comunidades ciganas e não ciganas, assente em 4 pilares coerentes e indissociáveis, que se traduzem na Boa Prática que é o produto do Projecto construída segundo a lógica EQUAL “de igual para igual” e servida por diversos instrumentos.

Subjacente ao Projecto e às suas actividades, está o entendimento da PD de que quaisquer intervenções que visem a melhoria da situação de pessoas e comunidades ciganas pressupõem a visão integrada que se apresenta e o desenvolvimento de competências quer de pessoas que se identificam mais com a comunidade maioritária, quer das que se reconhecem como membros de comunidades ciganas, para o entendimento e boa relação de parte a parte, tendo presente, no quadro dos direitos humanos e do Estado de direito democrático, a diversidade de processos de socialização, de estilos de vida ou de pertenças culturais.

As práticas do Projecto são assim de “trabalhar com” e não de “trabalhar para”, o que implica a recusa não só de intervenções avulsas ou preparadas por agentes da comunidade maioritária sem a participação directa, ao longo de todo o processo, de pessoas ciganas e das suas organizações, mas também de posturas que revelem que só um dos lados é que terá que mudar.

É também esta dimensão inovadora das práticas que se entende responder não só à visão estratégica que enforma o Projecto como uma intervenção de cidadania entre iguais, mas também aos apelos de várias organizações internacionais (ONU, UNESCO, Conselho da Europa) e da União Europeia, designadamente quando se celebra o “Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos” e se prepara o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”.





PILAR I

CONCILIAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL COM A VIDA FAMILIAR E O PERCURSO ESCOLAR – O “ESPAÇO PARA APOIO À CONCILIAÇÃO”



1. ENQUADRAMENTO

Os padrões culturais das comunidades ciganas são muito marcados por papéis sociais de género, pelo que as vivências, designadamente familiares, e os percursos de vida e de trabalho são muito diferentes para mulheres e para homens ciganos, tornando as mulheres particularmente discriminadas no acesso a um conjunto de recursos: “[...] os raros estudos de que dispomos mostram que as mulheres ciganas encontram ainda mais dificuldades que os homens ciganos e que as mulheres da população maioritária no acesso à educação, ao emprego, à saúde e aos outros serviços necessários para uma inclusão social completa” (Estudo da Comissão Europeia *A situação das Comunidades Ciganas numa União Europeia Alargada*, 2004, p. 40 e seg).

Considerando a situação escolar das pessoas ciganas e, apesar de as crianças estarem hoje, na sua maioria, matriculadas na escola (na sequência, nomeadamente, da elaboração dos programas de inserção do Rendimento Social de Inserção - RSI - e, anteriormente, do Rendimento Mínimo Garantido - RMG), o seu percurso continua a ser caracterizado, em muitos casos, pelo insucesso – pelas dificuldades de adaptação destas crianças à escola mas também pelas dificuldades de adaptação da escola a estas crianças¹ – e pelo abandono escolar precoce². São muito poucos os rapazes ciganos que prosseguem os estudos para além do 1º ciclo do ensino básico mas são

03

¹ Como tem sido demonstrado e desconstruído por iniciativas tais como o Projecto Nómada, promovido desde 1995 pelo ICE – Instituto das Comunidades Educativas.

² A este respeito, a falta de higiene pessoal é frequentemente referida, nos concelhos do Alentejo, como problema que agrava a relação das crianças ciganas com a escola. De um modo geral, o facto de a idade, com os inerentes desenvolvimento físico e expectativa social por parte das comunidades de origem, ser mais avançada do que a da média das turmas em que se inserem cria rejeições suplementares à escola por parte das crianças e adolescentes ciganas/os.

ainda menos (ou quase nenhuma) as raparigas ciganas que o fazem³, facto que é referido em relatórios internacionais: “As raparigas ciganas são particularmente susceptíveis, por razões culturais, de abandonar a escola em idade muito precoce” (3º Relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância - ECRI - sobre Portugal, adoptado em 2006 e publicitado em 2007, p. 30, § 112).

Sabe-se que as meninas ciganas, uma vez atingida a puberdade, ‘serão faladas’ se continuarem na escola, fazendo perigar aquilo que vai condicionar a sua aceitação social e, como tal, o seu estatuto de mulher adulta: o casamento com alguém da própria comunidade. Por outro lado, estas raparigas são desde cedo chamadas a participar nas tarefas domésticas e no cuidado de irmãos e irmãs mais novas, até como forma de se prepararem para o seu próprio papel de mulheres casadas e mães.

“Destinadas” a acompanhar o marido nas suas actividades económicas, as mulheres desempenham, contudo, um papel importante, não sendo apenas “mais um braço”. Na venda ambulante, por exemplo, elas têm mesmo um forte protagonismo já que, geralmente, aparecem à frente das “bancas” apregoando produtos e preços, chamando a atenção de potenciais clientes.

As mulheres são, ainda, quem permite assegurar a unidade que, nas comunidades ciganas, existe entre trabalho e família. Com efeito, trabalho e vida familiar não são duas dimensões separadas, pelo que toda a família se desloca para feiras e mercados ou até para campanhas agrícolas sazonais, em Portugal ou em Espanha, sendo da responsabilidade das mulheres tanto em casa, como noutra local, assegurar os cuidados às crianças. Num sistema de endoculturação, as crianças são educadas na família, pelo menos até aos 6/7 anos de idade, existindo uma recusa em delegar tais tarefas a qualquer instituição (vd. Cruz, 2004).

Porquê, então, falar na necessidade de conciliação entre dimensões que parecem, afinal, não se constituir como realidades separadas nas comunidades ciganas?

Porque a inexistência dessa separação se repercute, em particular, na vida das mulheres ciganas que, permanentemente, no seu quotidiano, ensaiam um equilíbrio difícil entre diferentes afazeres e cuidados, num verdadeiro exercício da “policronia dos tempos” que caracteriza as comunidades ciganas. No dizer de uma das mulheres da AMUCIP: “Vida de mulher cigana é fogo!”; “Às vezes era um cansaço, entre o correr para atender as clientes e fazer a venda e o assoar os narizes das crianças”.

Porque este modo de ser limita as crianças ciganas no acesso a um direito que lhes assiste.

³ No ano lectivo de 2003/04, estavam matriculadas no sistema de ensino 9 335 crianças de etnia cigana, sendo que 88% destas frequentavam o 1o ciclo do ensino básico (de acordo com dados publicados pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo).

Com efeito, o facto de as crianças, pelo menos nos primeiros anos de vida, não deverem estar longe do olhar 'protector' de familiares faz com que os equipamentos de apoio sejam geralmente considerados desadequados e encarados com desconfiança, o que coloca as crianças ciganas numa ainda mais clara desvantagem face a outras na entrada para a escola.

Porque a noção de que, na sequência da sua frequência escolar, as raparigas possam "ficarem faladas" ou "perderem o valor" limita decisivamente o seu percurso educativo, restringindo, assim, também, as suas opções de vida no futuro.

Se a conciliação é condição de cidadania e uma forma de promover a realização pessoal e profissional de cidadãos e cidadãs, falar de conciliação no seio das comunidades ciganas ganha uma nova pertinência, tal é o significado dos sonhos por cumprir:

"Não me sinto realizada profissionalmente. Sempre só cuidei da casa e dos meus irmãos. Gostava de poder trabalhar na cantina da escola onde estudam os meus irmãos mais novos. Ganhava dinheiro para comprar roupa bonita para as festas mas os meus tios não querem, pois dizem que ao ir trabalhar perco o 'valor' e depois será mais difícil arranjar pretendente para casar. Gostaria de ser maquilhadora." Solteira, 22 anos. (AMUCIP, Tomar a Palavra, 2006, p. 50)

"Não me sinto realizada. Faço lides domésticas, cuido da minha irmã mais nova. Casei e fui vender. Gostaria de ser advogada ou juíza." Casada, 22 anos. (AMUCIP, Tomar a Palavra, 2006, p. 52)

"Não gosto da venda ambulante. Gostava de ter estudos e ter um emprego. Não gosto da vida de cigano, é uma vida muito difícil. Se pudesse ter estudado o meu sonho era ter como profissão ser hospedeira da TAP." Viúva, 52 anos. (AMUCIP, Tomar a Palavra, 2006, p.47)

"Sempre andei à venda. Sinto-me realizada porque só podia fazer aquilo, mas fazia-o bem feito. Sou boa profissional. Gostava de ter podido cantar o fado." Viúva, 83 anos. (AMUCIP, Tomar a Palavra, 2006, p.46)

Tendo em conta estas e outras realidades vividas pelas pessoas e comunidades ciganas, o Projecto entendeu que o conceito tradicional de conciliação trabalho-família deveria ser alargado, na perspectiva da igualdade de género de pessoas ciganas, às várias gerações que integram as famílias, de modo a que passasse a integrar a dimensão do percurso escolar, em particular das raparigas ciganas.

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO ESPAÇO – Que condições? Quais os passos?

Esta narrativa pretende dar conta da experiência ao nível da definição e implementação de uma resposta de apoio à conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e o percurso escolar de mulheres e homens ciganas/os, desenvolvida, pela primeira vez em Portugal, por uma associação de mulheres ciganas, e dirigindo-se, prioritariamente, a pessoas ciganas, seus filhos e filhas.

O Espaço criado no âmbito do Projecto, no primeiro trimestre de 2006, na sede da AMUCIP, no bairro da Cucena, Concelho do Seixal, permite a pessoas ciganas beneficiarem de um acolhimento para as suas crianças concebido, gerido e organizado por mulheres da sua própria comunidade, onde estão disponíveis várias actividades que vão ao encontro das suas necessidades e motivações.

Este Espaço surge de um diagnóstico participado por mulheres ciganas cujos resultados adiante se detalham, e com base no qual foram identificados os principais problemas que inibem o acesso pleno das crianças, e em particular das meninas, ciganas ao direito à educação e que, simultaneamente, se constituem como factores de sobrecarga para os quotidianos das mulheres ciganas, ainda que com expressões diferentes ao longo do seu percurso de vida.

06 AS CONDIÇÕES: O Sonho e a Vontade

O Espaço surge, antes de mais, do sonho e da vontade das cinco mulheres ciganas que fundaram a AMUCIP de terem um local onde pudessem acolher crianças ciganas, em horário extra-escolar. O sonho de terem um espaço dirigido a crianças de famílias ciganas cumpre ainda mais dois objectivos: o de viabilizarem, para elas próprias, um outro percurso profissional, para além da tradicional venda ambulante, rentabilizando saberes e competências anteriormente adquiridos, e o favorecer o seu reconhecimento, no seio da comunidade cigana, onde as crianças são consideradas um bem maior. Este sonho não pode, naturalmente, ser dissociado da sua vontade de se terem constituído como associação para poderem desenvolver um trabalho de intervenção social dirigido, prioritariamente, às pessoas da sua própria comunidade, algo que é, ainda, (quase) inédito. Essa vontade assenta, por sua vez, no pressuposto da necessidade de mudança ao nível do alargamento das perspectivas profissionais de homens e, sobretudo, de mulheres ciganas e da melhoria das condições de acesso das crianças, em particular das meninas, ciganas ao sistema educativo.

Como já foi referido anteriormente, prevalece nas comunidades ciganas um sistema de endoculturação, do qual decorre uma recusa em delegar as tarefas educativas

em qualquer instituição, sendo estas, geralmente, consideradas desadequadas e encaradas com desconfiança.

Talvez reforçadas pela convicção de que “ninguém melhor do que os próprios membros das comunidades ciganas pode transformar as realidades quotidianas das suas mulheres e filhas”, as mulheres que hoje constituem a AMUCIP podem ser as indicadas para promover e facilitar às crianças ciganas não só o direito à educação, mas também o direito ao sucesso de um percurso educativo adequado. Como tantas vezes referem: “queremos ter um espaço onde possamos tomar conta dos nossos meninos para eles não chegarem à escola sem sequer conhecerem um lápis ou identificarem as cores, enquanto que os outros meninos não ciganos já levam uma grande bagagem e vão em vantagem, porque quase todos frequentaram antes um pré-escolar”.

AS CONDIÇÕES:

A Formação de base das mulheres da AMUCIP

A formação de base das mulheres da AMUCIP que, através do projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, conceberam e desenvolveram o “Espaço para Apoio à Conciliação” afigura-se como uma condição fundamental à implementação da prática.

Estas mulheres, à excepção de uma, tinham anteriormente concluído com êxito um curso de formação em mediação sócio-cultural, enquanto beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido, já que a frequência de formação era uma das acções inscritas nos seus Programas de Inserção. A tal frequência estava associado o pagamento de uma bolsa de formação, aliciante maior para quem não tinha outra fonte de rendimento nem fundo para investir na (já gasta) venda ambulante. Mas depois “veio o gostinho” pela aprendizagem e o reconhecimento de que a posse de informação e de conhecimentos é uma ferramenta indispensável para uma (nova) inserção profissional.

Duas destas mulheres têm, também, o curso de auxiliar de acção educativa e outras duas frequentaram aulas de dança flamenca, nível I e II, na academia Prodance.

A formação escolar das mulheres da AMUCIP é ao nível do 6º e do 9º ano de escolaridade. Quatro obtiveram o 9º ano através de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências ou de formação profissional com certificação escolar. Como grande parte das raparigas ciganas, não concluíram, em criança, mais que o 4º ano de escolaridade; apesar do seu interesse pela escola e por estudar, tiveram de a abandonar. Por vezes, referem que a sua preparação não é a mesma de pessoas que andaram nove anos na escola, e que o esforço que têm de fazer para responder às suas actuais solicitações profissionais, é muito superior ao de outras pessoas que beneficiaram de um percurso de ensino regular. Nas suas aspirações mantém-se

presente uma vontade imbatível de continuarem a sua aprendizagem ao longo da vida – duas destas mulheres estão agora a tentar obter o 12º ano, através do Programa Novas Oportunidades e todas estão a frequentar um Curso de Inglês de Nível I que decorre na sede da AMUCIP, como se detalhará a propósito do Pilar II.

Ao longo deste projecto, e como estratégia fundamental de empoderamento, a que se dedica o Pilar III, a formação das mulheres da AMUCIP foi considerada prioritária. Obtiveram o Certificado de Aptidão Pedagógica do IEFP através da frequência e conclusão de um Curso Inicial de Formação de Formadoras, foram aprendentes da Formação Específica dirigido à AMUCIP e uma participou no curso de pós-graduação “Saber gerir projectos em parceria”, ministrado pelo ISCTE e financiado pelo Gabinete de Gestão EQUAL. Participaram, ainda, nas sessões de formação interna da Parceria de Desenvolvimento, designadamente sobre Igualdade de Género.

OS PASSOS:

0 O Diagnóstico – Juntaram-se e disseram...

A fase de diagnóstico é um momento importante e, habitualmente, o primeiro a acontecer. Neste caso, procedeu-se a uma auscultação junto de várias entidades locais (através do envolvimento da Rede Social do Seixal) sobre os problemas das pessoas e comunidades ciganas ao nível da sua inserção escolar e profissional, bem como do seu acesso a outras condições e recursos indispensáveis ao exercício da cidadania. Foi, por outro lado, promovida uma sessão com mulheres ciganas, residentes no Concelho do Seixal, para que as próprias se pudessem pronunciar quanto ao mesmo tipo de questões, bem como quanto à aceitação de uma resposta dirigida a crianças ciganas, inteiramente desenvolvida por mulheres ciganas.

Assim, para que tal reunião pudesse ter lugar houve que:

- Encontrar um espaço acolhedor, com uma localização central e acessível, com uma sala separada mas próxima, que permitisse o acompanhamento adequado e o entretenimento com actividades de natureza lúdica das crianças que as mulheres eventualmente trouxessem consigo;
- Cuidar das condições de bem-estar na reunião (ter cadeiras suficientes, ter um pequeno lanche à disposição das participantes);
- Contactar caso a caso as potenciais participantes. Este contacto foi feito pelos elementos da AMUCIP, dado o seu conhecimento directo das pessoas ciganas do Concelho;
- Receber bem, cumprimentando à chegada cada mulher;
- Colocar as questões certas para debate, organizando-o de modo a que não se afastasse dos assuntos que justificaram a intervenção.

A discussão fluiu, então, confirmando e enriquecendo um diagnóstico técnico, ainda que elaborado já com a participação activa das mulheres da AMUCIP.

Ênfase foi colocado na desvalorização da escola face ao predomínio da venda ambulante, actividade para a qual as aprendizagens escolares não são consideradas, com o argumento acrescido de que a venda ambulante “está no sangue”, “passa de geração em geração”, “aprende-se na vida desde a infância”, salientando-se, ainda, a necessidade de manter as crianças “debaixo de olho”, na lógica de que a educação se faz na família e na noção de que “as ciganas com os filhos são como as carraças com os cães”.

Contudo, há o reconhecimento de que a venda ambulante, actividade económica ainda predominante entre as comunidades ciganas, se encontra em processo rápido de compressão tornando-se, cada vez mais difícil assegurar o sustento das famílias.

Neste contexto de compressão, muitas mulheres e homens ciganas/os vêm-se confrontadas/os com a ausência de formação escolar e/ou profissional, de experiência ou de tradição profissional que lhes permita construir novos projectos profissionais.

É, pois, reconhecida a necessidade crucial de promover a consciencialização das mães e dos pais ciganas/os, a maior parte das/os quais não frequentaram a escola, sobre a necessidade e os benefícios da escolaridade para os seus filhos e, em particular, para as suas filhas.

Reclamações das participantes foram também dirigidas à escola. A uma escola que “marca” os meninos e meninas ciganos/as - “Só à minha sobrinha é que disseram para ela fazer uma trança por causa dos piolhos!!” - e que não usa uma linguagem “simples que a gente perceba”.

Referência particular foi feita ao Bairro da Cucena, no Seixal, ao seu isolamento geográfico e à insuficiência de transportes públicos, nomeadamente para ligação às escolas, questões que foram consideradas como dificuldades acrescidas para o processo de escolarização das crianças de famílias ciganas, já que à desmotivação e desconfiança se associam, assim, problemas “palpáveis”.

Foi expressa a necessidade sentida, em particular pelas mulheres ciganas, de serviços de acolhimento de crianças ‘à medida’, ou seja, adaptados aos ritmos de vida, desejos, vivências e exigências das comunidades ciganas⁴.

A implementação do “Espaço para Apoio à Conciliação” no Bairro da Cucena surge, pois, deste diagnóstico, procurando afirmar-se como um espaço de socialização

⁴ Refira-se, a este respeito, a abertura e interesse manifestados pela Santa Casa da Misericórdia do Seixal, entidade gestora do recentemente inaugurado Centro Comunitário do Bairro da Cucena, em vir a trabalhar de forma articulada (mediante protocolo já definido) com as actividades de acolhimento e animação de crianças e jovens, designadamente de etnia cigana, a desenvolver pelo Projecto neste mesmo Bairro.

onde se fala de “cigana para cigana”, despertando uma confiança que é gerada na ideia de que “elas são umas de nós”, e onde se salienta a importância da escola para alcançar outras formas de vida que começam a ser desejadas (e exigidas) face às evidentes dificuldades de uma vida ainda muito dependente da venda ambulante.

Sintetizando, as necessidades que dão origem à criação do “Espaço para Apoio à Conciliação”:

- Sistema de ensino-aprendizagem unicultural.
- Desmotivação para a aprendizagem e conseqüente absentismo escolar das crianças ciganas.
- Abandono escolar precoce das meninas ciganas originado pela obrigação de cuidar de irmãos/ãs mais novos/as e/ou pelo casamento precoce.
- Não valorização da escola por parte das pessoas e comunidades ciganas.
- Inexistência do hábito de deixar os/as filhos/as à guarda de outrem, fora do agregado familiar cigano.
- Falta de respostas sociais no Bairro adequadas às vivências das crianças ciganas.
- Isolamento das famílias do Bairro da Cucena face ao exterior.
- Ausência de transporte público para assegurar o percurso casa-escola-casa.
- Desigualdade de género acentuada nas comunidades ciganas que se traduz numa sobrecarga de trabalho para as mulheres ciganas.

OS PASSOS:

A Construção da Rede Local

Para a concretização desta prática, a indispensabilidade de um espaço físico impôs-se à partida, como atrás foi relatado. Paralelamente à cedência das instalações, houve que proceder ao estabelecimento das articulações necessárias com as instituições já presentes na freguesia, uma das quais gere um equipamento de apoio social no Bairro da Cucena, com o objectivo de evitar eventuais sobreposições e de estabelecer as complementaridades necessárias a uma mais eficaz intervenção social. No seguimento deste processo de negociação, impôs-se o estabelecimento de um protocolo de colaboração inter-institucional definindo as fronteiras da intervenção de cada uma das entidades e estabelecendo algumas regras de definição dos públicos-alvo de cada serviço. Este protocolo, contudo, nunca foi discutido em maior pormenor, nem chegou a ser assinado pela entidade parceira, embora, na prática, a cooperação no terreno se tenha vindo a concretizar.

Sempre numa lógica de valorização da importância das parcerias no crescimento da Associação e no reforço do seu trabalho de intervenção social, a AMUCIP e o Projecto apoiaram a concepção do Espaço e das suas actividades nas reflexões fomentadas

no âmbito da Rede Social, o que deu origem a que, através da Câmara Municipal do Seixal (entretanto constituída como membro da Rede de Acompanhamento do Projecto), a AMUCIP fosse convidada a integrar o Conselho Local de Acção Social do Seixal, bem como a Comissão Social de Freguesia de Paio Pires. No âmbito desta última, foi desenvolvido um plano de trabalho especificamente para o Bairro da Cucena, em cuja concretização a AMUCIP participa activamente.

O “Espaço para Apoio à Conciliação” conta, pois, com a cooperação, em rede institucional das seguintes entidades:

- Câmara Municipal do Seixal (cedência do Espaço, pagamento das despesas de funcionamento de água e luz);
- Centro de Emprego do Seixal (participação na tertúlia sobre Emprego e Formação);
- Centro de Saúde do Seixal (realização conjunta de diversas tertúlias sobre a saúde materno-infantil);
- Escolas de 1º Ciclo (Paio Pires, Casal do Marco, Escola nº1 do Fogueteiro);
- GNR de Paio Pires (colaboração em algumas actividades);
- Junta de Freguesia de Paio Pires (apoio em algumas actividades);
- Santa Casa da Misericórdia do Seixal.

A participação da AMUCIP nas estruturas existentes a nível local tem permitido mostrar como é possível pessoas ciganas e não ciganas pensarem e trabalharem em conjunto. Para além disso, aquela participação tem propiciado uma maior visibilidade do trabalho desenvolvido pela AMUCIP e das potencialidades de quem o realiza, contribuindo, assim, de forma decisiva para a sua afirmação enquanto entidade de intervenção social e comunitária, e, conseqüentemente, para a credibilidade de que carece para continuar.

Importa, ainda, não esquecer a importância que a Fundação Montepio - outra entidade membro da Rede de Acompanhamento do Projecto - desempenhou na concretização do Espaço para Apoio à Conciliação. Esta entidade, no âmbito das suas preocupações de responsabilidade social, atribuiu à associação um subsídio que (complementando o financiamento do Projecto) permitiu a concretização das obras indispensáveis no espaço cedido pela Câmara Municipal do Seixal para criar condições efectivas para o acolhimento de crianças e realizar as actividades programadas.

A argumentação apresentada à Fundação Montepio apoiou-se no carácter inovador desta intervenção, reveladora da disponibilidade de uma associação de mulheres ciganas para:

- aplicar soluções concretas para a resolução de problemas;
- encorajar os pais e as mães das crianças a quem presta os serviços acima

indicados a participarem em debates de diversos temas relativos ao exercício da cidadania num Estado de direito democrático;

- encorajar outras mulheres de outras comunidades ciganas a participar activamente na solução de problemas das suas comunidades.

A AMUCIP tem desenvolvido outras parcerias, entre os quais com a Associação GRACE, que através do Projecto Giro, apoiou a AMUCIP nas necessidades por esta identificadas: apoio logístico - doação de equipamento (máquina de lavar roupa e louça, frigorífico, televisão, leitor de DVD, cinco computadores portáteis e dois PCs, fotocopiadora); material didáctico; roupas e alimentos. O Dia do Voluntariado da GRACE, em 2006, foi realizado em benefício da AMUCIP e nele participaram todos os parceiros locais, num total de cerca de 70 crianças e 40 pessoas adultas de vários pontos do concelho: Arrentela, Fogueteiro e Cucena. Foram realizadas as seguintes actividades:

- atelier de informática para as mães das crianças que frequentam o Espaço;
- apoio para a criação da Horta pedagógica, com limpeza do terreno e plantações;
- pintura do muro que delimita o espaço da sede da AMUCIP;
- acção de prevenção rodoviária – acompanhamento das crianças vestidas com coletes apropriados para uma maior segurança até à escola mais próxima – Casal do Marco;
- gincanas.

12

OS PASSOS:

A Preparação do Espaço

“Mas o que é que estas senhoras nos vêm ensinar se nós já temos tudo pensado e organizado!” este foi um dos comentários, revelado mais tarde, por parte das mulheres da AMUCIP, perante a insistência da Parceria de Desenvolvimento em preparar a criação e o funcionamento do “Espaço para Apoio à Conciliação”, de acordo com uma metodologia de planeamento. A frase revela a necessidade de que os projectos se dotem do tempo e da capacidade de desconstrução recíproca de evidências, propícios ao reforço da confiança e à negociação do desenvolvimento de actividades.

Estas sessões de preparação tornaram-se, de facto, sessões de formação em exercício e conduziram à definição (escrita) dos objectivos de trabalho na sua relação directa com o diagnóstico realizado; à programação e calendarização das actividades; à criação de instrumentos de registo de natureza vária; ao equacionar de formas de avaliação. Podemos dizer que esta foi das tarefas mais difíceis do Projecto, na medida em que deparou com resistências, mesmo em pessoas abertas a processos de mudança, pois rompe com aquilo que são alguns dos traços fortes do seu quotidiano de uma vida.

Deste trabalho resultou uma apresentação em powerpoint⁵, feita pela própria AMUCIP, no contexto da Formação Específica (um subproduto deste guia, no pilar III - Empoderamento) que tem servido como instrumento de apresentação e divulgação das suas actividades.

3. COMO E O QUE FOI FEITO?

Objectivos do Espaço

Os objectivos do Espaço foram definidos pelas próprias mulheres ciganas da AMUCIP, no contexto da Formação Específica, tal como referido anteriormente. A passagem para o papel, através da palavra escrita, do que tinham nas “suas cabeças” foi uma tarefa muito difícil, para quem viveu uma vida inteira baseada na oralidade, pelo que também, num momento inicial, encarada como algo desnecessário e logo pouco valorizado. Contudo, depois de concluída a apresentação de *powerpoint* acima referida, a AMUCIP considerou este ter sido um dos trabalhos que fez com maior utilidade para a Associação.

Objectivos Gerais

- Sensibilizar crianças e jovens ciganas, bem como as suas famílias, para a necessidade de usufruir de uma escolaridade mínima obrigatória.
- Dar espaço às mulheres ciganas para poderem conciliar a sua vida profissional, pessoal e familiar e o percurso escolar das suas filhas e filhos.
- Informar/sensibilizar pessoas da comunidade cigana e não cigana do Bairro da Cucena sobre o diálogo intercultural e o aprofundamento do exercício da cidadania.

Objectivos Específicos

- Promover o desenvolvimento pessoal e criativo das crianças / jovens nos seus tempos livres.
- Inculcar regras de trabalho e hábitos de higiene.
- Desenvolver capacidade de concentração, observação e de trabalho de grupo, saber estar, saber fazer e saber saber.
- Motivar as crianças / famílias através do apoio escolar, para os benefícios da escola no seu processo de crescimento.
- Facilitar a comunicação família / escola.

⁵ Em anexo.

- Motivar as adolescentes através da dança para retomarem e desenvolverem os estudos e/ou a formação.
- Realizar Tertúlias com as famílias do Bairro da Cucena para o diálogo intercultural.

Actividades

As actividades desenvolvidas no Espaço, que também tentam ir ao encontro das necessidades identificadas e do interesse demonstrado pelos/as beneficiários/as, são as seguintes:

Mediação: Escola / Espaço / Família / Crianças

As escolas onde estão inseridas as crianças foram contactadas e realizaram-se reuniões, no espaço da AMUCIP e nas escolas, para um acompanhamento mais personalizado do percurso escolar destes/as alunos/as.

Por outro lado, e simultaneamente, é promovida uma articulação entre a escola e a família, através do desenvolvimento de um conjunto de actividades pontuais, tais como: Dia do Voluntariado da GRACE, Inauguração da sede da AMUCIP, passagem de informação de boca a boca a famílias da comunidade do Bairro da Cucena, matrícula de crianças com períodos longos de ausência das aulas ou com dificuldades familiares de vária ordem.

Apoio escolar

Este apoio permite obter uma informação mais ou menos precisa das capacidades e dos conhecimentos que cada uma das crianças tem a nível escolar.

É uma actividade que se pratica diariamente no Espaço, visto estas crianças não disporem em casa do necessário apoio e acompanhamento por parte dos/as encarregados/as de educação, na sua maioria, pessoas analfabetas.

Actividades lúdicas / Trabalhos manuais

Estas actividades funcionam em regime de porta aberta, pretendendo-se trabalhar o saber estar em grupo, o reconhecimento das competências, a sensibilidade manual, o respeitar as regras da sala e os/as colegas, a criatividade na elaboração dos trabalhos propostos.

São desenvolvidos trabalhos com plasticina, recortes e colagens, pinturas colectivas em papel cenário, moldagens em barro, etc.

Atelier de dança: flamenco / sevilhanas / fusão de dança cigana

Esta actividade é, talvez, aquela da qual as crianças mais gostam.

Através da dança pretende-se, nomeadamente, 'cativar' jovens raparigas dos 13 aos 16 anos, incentivando-as a retomarem os estudos. Este objectivo foi já concretizado em relação a duas destas raparigas: uma transitou do 1º para o 2º ciclo do ensino básico e outra, que tinha antes abandonado os estudos, está a frequentar o "ensino recorrente".

O Atelier constitui ainda um espaço no qual:

- Descontraem dos problemas do dia a dia;
- Desabafam;
- Jogam fora a raiva por muitas vezes contida;
- Libertam o stress acumulado devido a vários factores;
- E, não menos importante, divertem-se, sem pressão social face a papéis tradicionais de género.

Reciclagem e ambiente

Nestas actividades destaca-se o trabalho desenvolvido sobre a reciclagem e o ambiente, o qual teve como intuito abordar o tema da reciclagem com as crianças frequentadoras do espaço dando a conhecer a importância da reciclagem, fazendo do velho novo. A estratégia utilizada centrou-se na construção de ecopontos e na selecção de recortes que representassem diversos materiais que pudessem ser postos nos respectivos ecopontos. Esta estratégia foi desenvolvida sob a forma de um jogo.

Pontualmente, organizam-se workshops temáticos sobre higiene oral, pessoal, habitacional e urbana.

Horta pedagógica

A horta pedagógica foi uma actividade pensada mas não totalmente concretizada. Para o desenvolvimento desta actividade, a AMUCIP teve o apoio da Associação GRACE e da Câmara Municipal do Seixal, as quais forneceram o material, nomeadamente terra, sementes de produtos hortícolas vários (alface, cenoura, coentros, salsa, etc.), algumas árvores de frutos e instrumentos de cultivo. Para além disso, foram disponibilizados/as voluntários/as da GRACE e da Câmara Municipal do Seixal para orientar as crianças envolvidas na acção, nesse dia inicial.

O papel da AMUCIP nesta actividade prendia-se com a manutenção da horta pedagógica, incutindo nas crianças o reconhecimento daquele espaço como sendo

seu. Esta manutenção deveria ser feita semanalmente, com a participação activa das crianças. Porém, a manutenção da actividade, tão querida pelas crianças, careceu de um acompanhamento especializado, que não foi possível obter apesar dos vários pedidos efectuados. Das primeiras colheitas, os produtos foram distribuídos pelas crianças do Espaço. Por sua vez, as mães dessas mesmas crianças procuraram o espaço da AMUCIP para pedir alguns produtos, o que constituiu um pretexto para conversas informais sobre o percurso escolar das crianças.

Colónia de férias e outros passeios e actividades exteriores ao espaço

Esta actividade teve lugar no mês de Julho (de 2006 e de 2007), concretizando-se através da realização de várias saídas do Bairro, com o apoio da Câmara Municipal do Seixal, através da cedência de transporte. Foi muito gratificante para a AMUCIP ver a alegria das crianças do Bairro que nunca tinham visto o mar.

O mesmo aconteceu quando foram ao Jardim Zoológico, onde tiveram direito a um almoço na McDonald's.

Juntamente com o Centro Comunitário da Cucena da Santa Casa da Misericórdia do Seixal, foi possível ainda organizar algumas saídas em conjunto a piscinas e parques.

Actividades realizadas e não previstas

Atelier de teatro

Funcionou duas vezes por semana, no âmbito da parceria com a Câmara Municipal do Seixal, com orientação de uma Animadora do Gabinete de Acção Social que trabalhem directamente com as crianças. As actividades consistiram designadamente em jogos de quebra-gelo, jogos de papéis e no trabalho sobre a capacidade de concentração e as regras de boa convivência em grupo.

Do trabalho deste atelier resultou a apresentação de uma peça na Feira da Reciclagem sobre o Meio Ambiente, tendo sido testemunhado pela animadora numa das tertúlias sobre educação realizadas na sede da AMUCIP, o efeito positivo do trabalho desenvolvido na verificação do respeito das crianças umas pelas outras, face às pessoas adultas e face ao espaço de acolhimento.

Atelier de Romanon

Esta actividade foi realizada devido ao sentimento de que a língua mãe da comunidade cigana, o Romanon, se está a perder. Procuraram assim, reavivá-la, dando conta de algumas palavras utilizadas no quotidiano das crianças

(exemplificando: batata, azeite, pão, azeitonas, leite, queijo, polícia, ladrão, porco). O atelier concluiu que as crianças que sabiam mais de Romanon eram as que tinham vidas mais difíceis. As mais urbanizadas já foram perdendo a língua tradicional.

Atelier de bijuteria

Como a única actividade para as raparigas mais velhas era a dança, tentou-se encontrar outras actividades que poderiam interessar-lhes. Neste processo, foi identificada a realização de peças de bijuteria - colares, pulseiras e anéis - para serem expostas e vendidos na Semana Social, no Seixal. Os eventuais lucros reverterão a favor da compra de material para se prosseguir esta actividade, tão do gosto das jovens.

Informática - acesso à internet

Desde que a sede foi equipada com Internet, várias pessoas têm solicitado à AMUCIP o uso desta facilidade: as raparigas procuram coisas ligadas à música e à moda, mas também alguns homens ciganos pretendem procurar emprego ou informação sobre carros.

Assim, esta actividade leva ao reforço da necessidade de as pessoas ciganas frequentarem a escola também para aperfeiçoar as suas competências ao nível da escrita. Dizem as mulheres da AMUCIP: “a internet é outro mundo e eles estão a ver que sem a escola não conseguem aceder a esse outro mundo”.

Os/As beneficiários/as e o seu envolvimento

As famílias e as crianças que participam no “Espaço para Apoio à Conciliação” são na sua maioria do Bairro da Cucena. São abrangidas:

- 20 crianças (das quais 18 ciganas) dos 6 aos 12 anos, das quais 13 meninas e 7 meninos, que frequentam regularmente o Espaço.
- 15 jovens raparigas na dança: flamenco, sevilhanas e fusão de dança cigana.

Os critérios de selecção dos/as beneficiários/as foram definidos com base nas reuniões tidas com duas entidades parceiras locais com intervenção directa no Bairro da Cucena, a Câmara Municipal do Seixal e Santa Casa da Misericórdia do Seixal, de forma a não haver sobreposição de intervenções. Por outro lado, esta foi também a faixa etária que a AMUCIP considerou, de acordo com as possibilidades do espaço físico e da equipa, ser prioritária em termos de intervenção, para contrariar o abandono escolar, em particular, das raparigas ciganas na transição para o 2º ciclo.

Para a divulgação do Espaço foi elaborado um folheto informativo que se colocou nas portas da frente e de trás da sede da AMUCIP, com a informação de “Inscrições Abertas”. A adesão foi tão grande que ao fim de 3 dias não se puderam aceitar mais crianças.

Para que as crianças fossem aceites tinham de frequentar a escola, só podendo permanecer no Espaço na parte do dia em que não tinham aulas. O envolvimento das famílias em algumas actividades é feito mediante um contacto porta a porta.

No início de cada actividade é perguntado aos meninos e às meninas o que mais gostam de fazer e, em conjunto com as mediadoras da AMUCIP, são definidas as actividades a desenvolver.

Apesar disso, “a participação das crianças nas actividades é muito difícil dado se cansarem muito e quererem saltar de uma para outra com muita facilidade”. Existe, pois, uma grande preocupação em trabalhar a persistência e a importância de se começar e terminar uma tarefa. Por múltiplas razões, este é também um espaço de cidadania.

A sustentabilidade do Espaço

Debateu-se muito, designadamente por razões de sustentabilidade, a questão do eventual pagamento, ainda que simbólico, pela frequência do Espaço. Mas a oferta proporcionada pela Misericórdia, ao incluir alimentação, tornaria aquele Espaço menos competitivo, sem que o montante dos pagamentos viesse a ter um efeito significativo na sustentabilidade. Daí a importância da celebração de um Protocolo com a Segurança Social, que permita manter este equipamento e os respectivos serviços à comunidade.

4. DIFICULDADES ENCONTRADAS E ESTRATÉGIAS DE SUPERACÃO

Relacionamento com as escolas:

Para o desenvolvimento desta actividade foi necessário encetar contactos com as escolas para promover um inter-conhecimento entre os/as professores/as e a equipa da AMUCIP para apresentação do trabalho de mediação espaço/escola/família que a Associação se propunha realizar. Foram marcadas algumas reuniões, que não se chegaram a realizar por várias ordens de factores: desconhecimento à partida do trabalho que a AMUCIP estava a iniciar nesta área, alterações no sistema educativo que deixaram pouco espaço aos/às professores/as para se dedicarem a actividades fora do seu trabalho directo nas escolas, um certo fechamento e resistência ao trabalho em parceria, entre outras.

A continuidade do trabalho veio a permitir esbater algumas destas resistências iniciais, com base, nomeadamente, num inter-conhecimento mais efectivo. O nível de relacionamento e de confiança entretanto estabelecidos ficaram patentes numa das tertúlias sobre educação realizadas na sede da AMUCIP e de que há registo vídeo quase integral.

Participação das crianças nas actividades:

A participação das crianças nas actividades era, inicialmente, bastante complicada dada a sua dificuldade de concentração e falta de hábitos de trabalho em grupo.

A não frequência do ensino pré-escolar aliada ao elevado absentismo escolar, leva, entre outros factores, a que estas crianças não só não consigam realizar uma tarefa do princípio ao fim, mas também lhes seja penoso estarem fechadas em sala durante um período mais longo.

Uma estratégia participada entre a equipa da AMUCIP e as crianças que frequentam o Espaço foi a definição de regras de comportamento – por exemplo, “bater à porta sem ser com os pés”, “deitar o lixo no caixote”, “falarem baixo e à vez”. A continuidade do trabalho com estas crianças tem facilitado uma alteração dos seus comportamentos, no sentido de manifestarem um maior respeito pelas outras pessoas e de se adaptarem ao desenvolvimento conjunto de actividades em sala. A criação do atelier de teatro atrás mencionada, que suscitou grande interesse por parte das crianças, concorreu também, de forma significativa, para a progressiva superação desta dificuldade.

Sensibilização das crianças e jovens adolescentes para a educação:

A sensibilização para a frequência da escolaridade obrigatória não atingiu plenamente os resultados esperados, nomeadamente em termos das raparigas ciganas prosseguirem a escola para além do 4º ano. Estão em causa, a este nível, mudanças estruturais da comunidade cigana, o que supõe naturalmente ritmos e tempos longos. Não obstante, começa a evidenciar-se um maior reconhecimento por parte das pessoas ciganas da importância de prosseguir os estudos, nomeadamente para poderem aceder à Internet e para ultrapassarem as dificuldades que sentem ao nível da escrita. As mães parecem ser as mais sensibilizadas a este nível mas ainda não conseguem impor-se e contrariar costumes tradicionais profundamente enraizados, designadamente não “ir contra aquilo que o marido pensa”. Nas palavras da AMUCIP, este é um caminho a percorrer, pois consideram, à semelhança de outras mulheres ciganas, como as da AMURADI (Associação de Mulheres Ciganas Universitárias da Andaluzia) que o facto das mulheres não prosseguirem os estudos não faz parte da cultura cigana, antes derivando de um costume que se pode transformar em benefício de todas/os.

Por outro lado, por parte da comunidade maioritária, também não se conseguiram resolver todos os obstáculos a uma participação escolar assídua por parte destas crianças, nomeadamente, o seu transporte para as escolas. Esta era uma acção desde o início considerada prioritária para promover o acesso à educação por parte das crianças ciganas residentes no Bairro da Cucena, dadas as dificuldades de

acesso às escolas que servem o Bairro. A concretização desta acção deparou-se com diversos obstáculos, desde logo pela não elegibilidade, à partida, da aquisição de uma viatura no âmbito do PIC EQUAL. No sentido de contornar este obstáculo, o Projecto desenvolveu vários esforços no sentido de obter recursos financeiros suficientes para adquirir uma carrinha que assegurasse o dito transporte, apelando à responsabilidade/solidariedade das empresas, através da RSO (Responsabilidade Social das Organizações) e directamente junto da empresa Toyota, dados os equivalentes e conhecidos apoios desta designadamente a actividades culturais desenvolvidas por autarquias. Tudo isto sem resultados. Neste contexto, e porque o adiantado do projecto e a dimensão dos custos envolvidos (viatura, combustível, seguros) encareceriam substancialmente o Projecto, inviabilizando o seu prolongamento, e não contribuiriam para a sua sustentabilidade, tem-se tentado ultrapassar esta dificuldade através de outros meios alternativos, nomeadamente através de reuniões com o sector da Educação da Câmara Municipal do Seixal, que tem a responsabilidade dos transportes escolares ao nível do 1º ciclo, no sentido de assegurar o transporte das crianças entre o Bairro e as escolas, e vice-versa.

5. RESULTADOS E MAIS VALIAS

Desta dimensão da prática resultou o seguinte:

- um espaço de intervenção social e comunitária criado e gerido por mulheres ciganas e reconhecido como um espaço amigável e de confiança pelas pessoas e comunidades ciganas;
- um mecanismo de mediação levado a efeito por mulheres ciganas entre as escolas e as famílias ciganas;
- a harmonização, nas actividades e modalidades de funcionamento do Espaço, entre elementos de mudança, concebidos e desenvolvidos por mulheres ciganas, e o respeito pelos valores e normas da cultura cigana;
- o desenvolvimento de competências das mulheres da AMUCIP na gestão e implementação de um espaço de acolhimento de crianças;
- maior disponibilidade e autonomia das mulheres ciganas que, ao deixarem as crianças no espaço, ficam com mais tempo para si próprias;
- o desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças ciganas, nomeadamente ao nível do cumprimento de horários;
- a motivação das adolescentes ciganas, designadamente através da dança e das novas tecnologias de informação, para retomarem e desenvolverem os estudos e a formação;
- o exemplo dado pelas mulheres da AMUCIP a outras mulheres e jovens ciganas, designadamente ao desenvolverem uma actividade diferente da venda ambulante;

- a credibilidade e o reconhecimento acrescidos da AMUCIP e das mulheres que a constituem como agentes de intervenção social e prestadoras de serviços à sua própria comunidade, por parte das pessoas e comunidades ciganas bem como de outras entidades públicas e privadas da rede social local.

Constituem indicadores desse reconhecimento, as seguintes apreciações:

De utentes do Espaço:

- “Desde que vim para aqui a minha vida mudou, porque com a ajuda das monitoras consegui ir para a escola. Fizeram-me a matrícula e levaram a minha avó de carro porque não havia transporte. Agora quando saio da escola, tenho um sítio para onde ir” (Débora, 9 anos).
- “Se não existisse o “Espaço” eu passava as tardes em casa, porque nem sempre me deixavam sair de casa pois com a minha idade não posso andar na rua como as minhas irmãs mais novas” (Tâmara, 14 anos).

De mães de utentes do Espaço:

- “A AMUCIP é uma grande ajuda porque eu tenho de ir trabalhar e assim sei que a minha filha está bem entregue, que não anda na rua ” (mãe da Telma, trabalhadora na Junta de Freguesia de Paio Pires, 32 anos).
- “Espero que este mês passe a correr porque vocês fazem muita falta, elas estando aqui eu estou descansada” (mãe da Rita, aluna do ensino recorrente, 25 anos).

De instituições locais:

- “Dou-vos os parabéns pela participação da população cigana na feira da reciclagem” (Vereadora Corália Ribeiro, da Câmara Municipal do Seixal).
- “Tenho salientado o papel importante e o trabalho realizado pela AMUCIP no desenvolvimento e no diálogo no Bairro da Cucena” (Fernando Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Paio Pires).
- “Dou os parabéns à AMUCIP, pois foi quem mais participou na actividade da limpeza do bairro” (Eunice, técnica do Gabinete Seixal Saudável da Câmara Municipal do Seixal).
- “O trabalho da AMUCIP é muito importante pela proximidade que tem com a população. Na vertente educativa fazem um papel muito importante passando aos pais a valorização da escola” (Dora Abreu, Técnica do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal do Seixal).

PILAR I

Síntese

Objectivos

Gerais:

- Criar e organizar um local adequado onde mulheres ciganas pudessem acolher crianças ciganas, em horário extra-escolar;
- Viabilizar um percurso profissional, para além da tradicional venda ambulante, rentabilizando saberes e competências anteriormente adquiridos, para as mulheres da AMUCIP, favorecendo o seu reconhecimento, no seio da sua própria comunidade, onde as crianças são consideradas um bem maior;
- Sensibilizar crianças e jovens ciganas, bem como as suas famílias, para a necessidade de usufruir de uma escolaridade mínima obrigatória;
- Dar espaço às mulheres ciganas para poderem conciliar a sua vida profissional, pessoal e familiar e o percurso escolar das suas filhas e filhos;
- Informar/sensibilizar pessoas da comunidade cigana e não cigana do Bairro em que o Espaço se localiza sobre o diálogo intercultural e o aprofundamento do exercício da cidadania.

Específicos:

- Promover o desenvolvimento pessoal e criativo das crianças / jovens nos seus tempos livres;
- Inculcar regras de trabalho e hábitos de higiene;
- Desenvolver capacidade de concentração, observação e de trabalho de grupo, saber estar, saber fazer e saber saber;
- Motivar as crianças / famílias através do apoio escolar, para os benefícios da escola no seu processo de crescimento;
- Facilitar a comunicação família / escola;
- Motivar as adolescentes através da dança para retomarem e desenvolverem os estudos e/ou a formação;
- Realizar Tertúlias com as famílias do Bairro para o diálogo intercultural.

Número de participantes/
beneficiários/as
envolvidos/as

Total 35, em que 33 são ciganos/as
H 7, dos quais 6 ciganos
M 28, das quais 27 ciganas

- 20 crianças (das quais 18 ciganas) dos 6 aos 12 anos, das quais 13 meninas e 7 meninos, que frequentam regularmente o Espaço;
- 15 jovens raparigas na dança: flamenco, sevilhanas e fusão de dança cigana:

Uma vez que o Espaço é também utilizado para actividades referidas nos outros Pilares, remete-se neste ponto também para as respectivas fichas.

Características
centrais da acção

Necessidades que dão origem à acção:

- Sistema de ensino-aprendizagem unicultural.
- Desmotivação para a aprendizagem e consequente absentismo escolar das crianças ciganas.
- Abandono escolar precoce das meninas ciganas originado pela obrigação de cuidar de irmãos/ãs mais novos/as e/ou pelo casamento precoce.
- Não valorização da escola por parte das pessoas e comunidades ciganas.
- Inexistência do hábito de deixar os/as filhos/as à guarda de outrem, fora do agregado familiar cigano.
- Falta de respostas sociais no Bairro adequadas às vivências das crianças ciganas.
- Isolamento das famílias do Bairro da Cucena face ao exterior.
- Ausência de transporte público para assegurar o percurso casa-escola-casa.
- Desigualdade de género acentuada nas comunidades ciganas que se traduz numa sobrecarga de trabalho para as mulheres ciganas.

Contextualização

Local onde se realizou: Sede da AMUCIP, Bairro da Cucena, Freguesia de Paio Pires, Concelho do Seixal.

Características do Espaço: Moradia térrea, com duas salas maiores (1 para utilização diária das crianças e outra para tertúlias, formação, reuniões e atelier de dança) e uma pequena (escritório e arquivo de documentação), 1 cozinha, 1 casa de banho, 1 alpendre, 1 arrumação na cave e 1 pequeno logradouro com algumas árvores e canteiros para a horta.

Caracterização das comunidades:

A Cucena é um bairro de realojamento social com uma forte presença de famílias ciganas (62 famílias, com um total de 258 elementos, dos quais 138 mulheres e 120 homens) acumulando em si diferentes tipos de problemas e dificuldades nos processos de inserção escolar e profissional. As famílias ciganas foram realojadas no Bairro da Cucena, vindas da Arrentela, onde as crianças beneficiavam de apoio de tempos livres.

Resultados relevantes para a disseminação

- Criação de um espaço de intervenção social e comunitária criado e gerido por mulheres ciganas e reconhecido como um espaço amigável e de confiança pelas pessoas e comunidades ciganas;
- Demonstração a outras pessoas ciganas como é possível harmonizar a participação de mulheres ciganas em actividades por elas concebidas e desenvolvidas, introduzindo aqui alguns elementos de mudança, por relação a práticas tradicionais, mantendo-se, no entanto, o respeito pelos valores e normas da cultura cigana;
- Demonstração desta resposta como contributo para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças ciganas, nomeadamente ao nível do cumprimento de horários, bem como para a motivação das adolescentes ciganas, designadamente através da dança e das novas tecnologias de informação, para retomarem e desenvolverem os estudos e a formação;
- Demonstração desta resposta como contributo para o reforço da credibilidade e o reconhecimento acrescido da AMUCIP e das mulheres que a constituem como agentes de intervenção social e prestadoras de serviços à sua própria comunidade, por parte das pessoas e comunidades ciganas bem como de outras entidades públicas e privadas da rede social local.

MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



II. UM PROJECTO

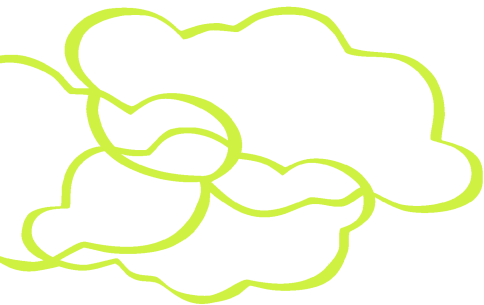
UMA ABORDAGEM INTEGRADA

PILAR II

TRABALHO REMUNERADO – EXPLORAÇÃO DE CAMINHOS
PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS CIGANAS

Projecto
Co-financiado por:





PILAR II

TRABALHO REMUNERADO - EXPLORAÇÃO DE CAMINHOS PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS CIGANAS



1. ENQUADRAMENTO

01

Embora a questão do “trabalho remunerado” se colocasse às mulheres da AMUCIP como factor de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da sua comunidade - dado reconhecerem também o muito que tinham beneficiado a nível pessoal e de abertura de horizontes com os cursos de formação quer tinham frequentado¹, adaptados ao seu nível de conhecimentos e com uma “bolsa de formação” que lhes permitia garantir o seu sustento - a inserção profissional não era, de início, um objectivo com autonomia no Projecto. Só que o desenrolar do mesmo evidenciou a centralidade do tema, designadamente no que se refere ao empoderamento da AMUCIP face a pessoas e instituições ciganas e não ciganas, por um lado, pelo reforço da sua “aceitação” enquanto “interlocutora privilegiada” do Bairro da Cucena, e por outro, pelo aprofundamento da cidadania na esfera pública e privada de homens e mulheres ciganos/as. Com efeito, após a instalação da AMUCIP na Cucena, diversas mulheres da comunidade cigana se lhe dirigiam manifestando interesse em encontrar meios de trabalho e formação e solicitando o apoio desta Associação para o efeito. E como, por várias vezes, foi referido pelas associadas da AMUCIP, pessoas que nos primeiros tempos tinham criticado as fundadoras da associação reconheciam agora, de forma explícita, as vantagens da iniciativa.

A recolha daquelas manifestações de interesse – que conduziu à construção progressiva de um instrumento consolidado na forma de questionário para levantamento de necessidades de formação² identificadas pelos/as próprios/as, a uma Tertúlia de Troca de Saberes³ e a contactos com o Centro de Emprego e o Centro

¹ “Mediação sócio-cultural” e “Auxiliar de acção educativa” - no âmbito dos “Programas de Inserção” do “Rendimento Mínimo Garantido”.

² Questionário em anexo.

³ Sobre o conceito, o seu desenvolvimento e a sua aplicação, ver Pilar IV.

02

de Formação Profissional do Seixal – e a existência de outras dimensões no Projecto conexas com a inserção profissional de pessoas ciganas – formação em posto de trabalho com subsequente criação de emprego para interlocutor/a cigano/a no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo; melhoria da acessibilidade da informação sobre o trabalho e o emprego, designadamente no que se refere às campanhas agrícolas em Espanha – aconselhou a revalorização do tema no produto final através de um Pilar II dedicado ao “Trabalho remunerado”, nele se integrando os diversos instrumentos adaptados ao público-alvo desenvolvidos pelo Projecto e que poderiam concorrer para a ‘Inserção Profissional de Pessoas Ciganas’.

2. AS EXPECTATIVAS DAS PESSOAS CIGANAS DO BAIRRO DA CUCENA EM MATÉRIA DE INSERÇÃO PROFISSIONAL: A TERTÚLIA SOBRE O TRABALHO, EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS SEUS DESENVOLVIMENTOS

Logo que ficou claro que havia interesse de pessoas ciganas na avaliação de possibilidades de realizarem formação, estabeleceu-se um contacto preliminar com o Centro de Emprego do Seixal tendo sido, desde o início, manifestada abertura para análise das situações concretas. Considerou-se então a hipótese de realizar uma tertúlia sobre o tema, para debate entre pessoas ciganas e instituições da comunidade maioritária².

Os objectivos seriam:

- em 1º lugar, demonstrar a necessidade e a vontade das pessoas ciganas frequentarem cursos de formação para melhoria de oportunidades de formação e trabalho - com criação do seu próprio emprego ou para trabalho por conta de outrem - apesar de; e
- em 2º lugar, evidenciar que os percursos de infância e juventude marcados pela reduzida capacidade de atracção da escola e da formação para a diversificação das opções de vida e de trabalho implicavam na idade adulta a atribuição de uma compensação mínima que lhes permitisse dedicar-se a novas aprendizagens profissionais sem terem que ir angariar, por outros meios, o seu sustento e o de suas famílias.

Organizou-se assim, na sede da AMUCIP, no Bairro da Cucena, uma tertúlia sobre trabalho, emprego e formação profissional, em que participaram elementos diversos da comunidade cigana, da Parceria de Desenvolvimento e da Rede de Acompanhamento, e por indicação do Conselho Directivo do IEFP, o Director do Centro de Emprego do Seixal e uma representante da Rede EURES (Livre circulação de trabalhadores/as nos Estados membros da União Europeia) da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

⁴ Em Novembro de 2006.

Do debate que se estabeleceu ficou claro que muitas pessoas ciganas – homens e mulheres de diversas idades e estado civil, incluindo viúvas – estavam interessadas não só em diversificar a sua actividade profissional, basicamente porque “a venda já não tem futuro”, mas também os seus horizontes de vida. Ao Director do Centro de Emprego do Seixal manifestaram a sua vontade de aumentar conhecimentos e transmitiram o seu interesse em diversas formações profissionais, que detalharam indicando as suas áreas de preferência. Transcrevem-se algumas das suas intervenções e expectativas:

- “Fazendo um curso acho que vou ter mais bem-estar profissional e vou realizar-me pessoalmente.”
- “Futuro muito escuro. As vendas estão em decadência.”
- “Gostaria de me preparar para ter outras oportunidades de trabalho.”
- “Gostaria de ter um emprego para suprir as minhas dificuldades e obter uma vida melhor.”
- “Neste momento não tenho grandes expectativas devido à minha etnia, mas com este curso tenho a certeza que esta situação mudaria.”
- “O céu é o limite e eu gosto de sonhar alto, e as causas difíceis ainda me fazem ter mais força.”
- “São fracas, mas este curso poderia ter uma porta aberta de acesso ao emprego.”
- “Se não me derem possibilidades de aprender, acho que não vou conseguir.”
- “Seria uma mais valia se estivesse habilitada e com o curso feito.”
- “Tenho um sonho...um dia poder abrir um espaço de venda de artigos de vestuário e fazer acções de voluntariado em instituições sem fins lucrativos.”
- “Toda a vida fui doméstica e gostaria de ter uma oportunidade a nível profissional.”
- “Vejo o meu futuro a trabalhar num emprego estável, adquirido de preferência através do curso que eu gostaria de tirar. Sendo assim, como o meu marido também trabalha, gostaria de o ajudar com a despesa da casa e a criar os filhos.”
- “Consegui com muito esforço completar o 9º ano de escolaridade. Com este curso e com a equivalência ao 12º ano poderia sentir-me muito mais segura e confortável em relação ao meu futuro profissional.”
- “A vida doméstica é demasiado castrante e gostaria de mudar e aprender coisas novas.”
- “A informática é uma boa prática para quem quer gerir um negócio, seja ele qual for.”
- “Gostaria de ter o meu trabalho certo para descontar para a Caixa, para ter depois a minha reforma garantida.”
- “Gostaria de ter oportunidade de mudança de ramo e de obter ferramentas que me dessem acesso a essa mudança a nível profissional.”

- “Gostava de entrar num curso que me desse mais habilitações para um emprego porque a vida de feirante está a acabar.”
- “Na condição de mulher cigana e a viver em união de facto, este curso seria uma oportunidade de reforçar os meus conhecimentos.”

Na sequência desta tertúlia, e prosseguindo a actividade que já vinha desenvolvendo, a AMUCIP distribuiu e recolheu 79 questionários sobre necessidades de formação identificadas por pessoas ciganas, através das quais foi possível consolidar quais as áreas que lhes suscitam mais interesse, as suas habilitações e as suas dificuldades e facilidades em termos de desempenhos, transcendendo mesmo o nível profissional. Apresenta-se em anexo o tratamento estatístico dos principais resultados.

Seguiram-se negociações com o IEFP, as quais já se traduziram na realização de um curso de inglês básico nível 1, no qual se inscreveram 15 pessoas, das quais 6 mulheres ciganas, o qual decorre na sede da AMUCIP. Independentemente da avaliação, a título de acção positiva no domínio da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, de situações que não se enquadrem na oferta formativa à data disponível, os serviços competentes do IEFP, avaliarão já no âmbito do QREN, soluções de formação para pessoas constantes da lista a que atrás se alude, que manifestaram interesse e se enquadram nos requisitos exigidos.

Necessidades detectadas

Diversos estudos (designadamente Magano e Silva, 2000; Cortesão, et al., 2005) têm evidenciado que a cultura cigana se tem pautado por uma recusa sistemática de submissão às regras do mercado de trabalho capitalista e por um distanciamento do tipo de racionalidade que o sustenta, o que traduz uma forte recusa da proletarização, à qual se associa, sem dúvida, a relutância por parte de muitas entidades empregadoras em contratarem pessoas ciganas – a persistência de preconceitos e atitudes discriminatórias no emprego, face a pessoas ciganas é, aliás, reconhecida como um problema grave pelas instâncias comunitárias (cf. Comissão Europeia, 2004; Conselho da Europa, 2005). No entanto, começa a ser evidente o surgimento de novas necessidades a este nível, na sequência da compressão cada vez mais visível das ofertas criadas pelas actividades económicas tradicionais.

Essa compressão, de facto, é exercida em várias frentes. A venda ambulante é cada vez mais reprimida pelas forças policiais e objecto de controlo por parte das autoridades locais; as feiras e mercados têm vindo a desaparecer ou a perder importância. Por outro lado, novas lógicas de preços são introduzidas pela proliferação das grandes superfícies, bem como pelo alastramento de lojas geridas por imigrantes de origem asiática que entram em concorrência com os preços tradicionalmente praticados por vendedores e vendedoras ciganos/as.

Também em relação às actividades agrícolas sazonais, particularmente em Espanha, os cidadãos e as cidadãs ciganas portuguesas se vêm confrontados/as com a concorrência acrescida de imigrantes do Magrebe e do Leste da Europa, aos quais é dada preferência pelas entidades empregadoras, até porque, ao contrário das famílias ciganas, se deslocam sozinhos, sem levar consigo a família, crianças incluídas - como é do conhecimento e como constitui preocupação da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e da rede consular portuguesa em Espanha (em particular o Consulado em Sevilha), atenta às suas atribuições em matéria de apoio a trabalhadores e trabalhadoras portuguesas no estrangeiro, designadamente no que diz respeito ao direito comunitário aplicável em matéria de liberdade de circulação de trabalhadores⁵.

Assim, neste contexto de compressão, senão mesmo de destruição, das oportunidades de trabalho tradicionais, muitas mulheres e homens ciganos começam a ambicionar outro “futuro” e aspirar “para os seus descendentes um futuro que não passe pela “venda” (Dias, Eduardo Costa, et al, 2006:92)⁶. No entanto, esta aspiração é confrontada com a ausência de formação escolar e/ou profissional, experiência ou tradição profissional que lhes permitam facilmente construir novos projectos profissionais, correndo-se o risco de ficarem sonhos por cumprir: “Quando eu era pequeno brincava às feiras, como o meu pai. A minha filha só brinca com papéis, quer ser advogada” (um elemento presente na Tertúlia sobre a Educação).

Conforme se pode constatar da caracterização do público-alvo e consequentemente da análise dos resultados, a maioria das pessoas ciganas que participaram na Tertúlia e que se inscreveram para solicitar acesso a uma formação não tinham um percurso escolar regular nem tinham frequentado qualquer curso de formação profissional.

É sabido, porque tem vindo a ser sucessivamente constatado, que o sistema oficial de ensino está pouco adaptado à diversidade e multiculturalidade das sociedades actuais. Os cursos de formação existentes estão pouco adaptados à realidade sócio-cultural de pessoas com poucas qualificações.

Assim, torna-se necessário que sejam mais estudadas as carências de formação deste público-alvo com elaboração e análise dos balanços de competências individuais, estudados e propostos diferentes percursos formativos, de acordo não só com as necessidades locais de prestação de serviços, como também com actividades passíveis de serem desenvolvidas por conta própria ou através de empresas familiares.

¹ Nos concelhos de intervenção do projecto, no Alentejo, foi comunicado que haveria menos famílias ciganas a participar nas campanhas agrícolas sazonais em Espanha.

² Embora o estudo citado não possa ser considerado como representativo (foram realizadas apenas 21 entrevistas), ele aponta para uma nova tendência dentro de uma franja da população cigana que não deve ser descurada.

Condições para a implementação de respostas

Estas respostas de formação têm que resultar de um trabalho de parceria que envolva o público-alvo, através de interlocutores válidos, as autarquias e entidades públicas e privadas de formação escolar e profissional, de modo a permitir a adaptação de referenciais já existentes e validação de percursos formativos alternativos, bem como um acompanhamento de cada indivíduo durante o seu percurso de aprendizagem. Só assim será possível a quebra do círculo em que estas pessoas com pouca qualificações se encontram, permitindo-lhes a obtenção de, pelo menos, uma qualificação de nível 1.

Aliás, soluções deste tipo já foram concretizadas por uma entidade parceira deste Projecto - a DGACCP - no âmbito do Programa Operacional nº 9 (QCA I) de Emprego e Formação Profissional para Emigrantes Adultos, em que se verificou uma taxa de sucesso de 98% na obtenção dos diplomas, tendo-se negociado com as escolas de formação profissional e sistema de ensino escolar para adultos os perfis profissionais, a adaptação dos referenciais de formação (escolar e profissional) com base nos balanços de competências individuais de diversos Estados membros da Comunidade Europeia (França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Espanha). Recorde-se que o público-alvo era constituído por portugueses/as adultos/as sem qualificações e abandono escolar precoce a residir e a trabalhar naqueles Países.

06 Envolvimento do público-alvo

A AMUCIP, ao realizar a tertúlia dedicada ao “Emprego e Formação”, utilizou uma estratégia de sensibilização individual e de convocação quase “porta a porta” numa atitude cidadã de igualdade de direitos e oportunidades, com o objectivo último de contribuir para a melhoria das condições de vida da sua comunidade. Foi significativa a participação activa - debates e preenchimento dos questionários - das comunidades ciganas do Bairro da Cucena, da Arrentela e do Fogueteiro nesta Tertúlia, tendo ficado demonstrado muito interesse nos temas tratados.

Metodologias de implementação e instrumentos a utilizar

Da metodologia chave do projecto “trabalhar com e de igual para igual” resultou a procura conjunta - comunidade cigana e instituições públicas e privadas - de respostas específicas para necessidades específicas de formação de pessoas com pouca escolaridade e pouco qualificadas, tendo a AMUCIP proposto, como solução de proximidade, a utilização do seu espaço para a realização de acções de formação o que mereceu a concordância do Centro de Formação Profissional do Seixal. A organização do curso de Inglês atrás indicado já obedeceu a este modelo, tendo o Centro de Formação indicado a formadora e suportado os custos da acção.

Dificuldades encontradas e estratégias de superação

As principais dificuldades e obstáculos encontrados decorrem de percursos escolares muito irregulares, especialmente no que respeita ao sexo feminino. À pouca escolaridade e à pouca qualificação da maioria das pessoas ciganas, que neste momento se vêem sem saídas profissionais, acresce a não preparação do sistema oficial de ensino e formação para percursos irregulares de desenvolvimento pessoal tanto de jovens como de adultos.

Considera-se que é imperioso e urgente para a construção da paz social, presente e especialmente futura, criar novas estratégias ao nível da recuperação ou inserção profissional de públicos com pouca escolaridade e qualificação, utilizando novas formas de superação das dificuldades que têm vindo a ser diagnosticadas nos últimos anos. Essas forma de superação passam por:

- Trabalho em conjunto das entidades de formação tanto escolar como profissional, públicas e privadas, com os organismos centrais e locais que trabalham com estes públicos no sentido de elencarem as profissões que poderão trazer respostas a necessidades a nível local, regional, autárquico, de bairro, etc. seguido do envolvimento das entidades de formação na adaptação dos referenciais de formação existentes e na construção de perfis formativos diferenciados e ajustados às competências dos/as candidatos/as a essa formação;
- Desenvolvimento das competências historicamente reconhecidas às pessoas ciganas - empreendedorismo, comercialização, marketing - na formação para a criação do auto-emprego ou para a constituição de empresas familiares, dando respostas locais a necessidades locais (por exemplo carpintaria, artesanato, mecânica-automóvel e motociclos - confecção e modelagem, culinária e pastelaria, jardinagem, horticultura, estufas, etc.);
- Criação de uma “bolsa para a frequência da formação” para este público-alvo, a título de acção positiva compensatória já que a comunidade cigana foi alvo de grandes desigualdades de tratamento durante séculos;

De realçar, que esta problemática contempla a maioria da comunidade cigana assim como todas as pessoas que, por qualquer razão, chegaram à vida adulta com um percurso escolar irregular, abandono escolar precoce ou com poucas qualificações.

Neste contexto, a qualidade da intervenção tem de ser baseada no tratamento e acompanhamento individual de cada candidato/a até à inserção profissional.

Só com uma atenção individualizada e uma procura conjunta e integrada de uma resposta específica de formação, baseada no balanço de competências de cada um/a, será possível quebrar os bloqueios psicológicos e culturais relativamente ao ensino e formação existentes em todas as pessoas que conheceram insucesso ou abandono quando jovens.

3. MATERIAIS INFORMATIVOS ADAPTADOS

Relativamente à necessidade de informação acessível sobre trabalho nas campanhas agrícolas em Espanha, foi elaborado um folheto informativo bilingue “Apanhas e Trabalho no Campo em Espanha”, o qual mobilizou as seguintes competências da Parceria:

- a institucional e técnica da DGACCP e do IEFP, a partir do material de divulgação geral da campanha “Trabalhar no Estrangeiro”, que inclui material informativo da DGACCP genericamente dirigido a quem pretenda trabalhar no estrangeiro, por sua vez, elaborado em parceria com a Inspeção-Geral do Trabalho, a Segurança Social, o Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- a da AMUCIP, relativamente à adaptação da linguagem para a tornar mais próxima do público alvo; assim, a elaboração deste Folheto informativo envolveu deste o início os/as beneficiários/as da prática, dada a participação da AMUCIP na redacção, e da Parceria espanhola, que integra várias pessoas e associações de pessoas ciganas, na validação;
- a do CESIS para a versão em língua castelhana;
- a da Parceria espanhola, para a validação na Andaluzia.

Ainda no sentido de dar resposta de necessidades específicas de informação de pessoas ciganas no domínio do trabalho remunerado, foram elaborados folhetos informativos sobre mercados e feiras, trabalho e emprego - apoio à iniciativa empresarial e ao empreendedorismo e contribuições e impostos, cuja concepção prosseguiu os mesmos tramites que o anterior:

- recolha da informação pertinente e síntese da mesma;
- simplificação e adaptação da linguagem utilizada, com revisão linguística da AMUCIP.

4. ESTÁGIO COM TUTORIA EM POSTO DE TRABALHO

Um dos objectivos deste Projecto era contribuir para a melhoria do relacionamento entre as comunidades ciganas e os serviços públicos, designadamente de saúde, que tem sido marcado por tensões e incompreensões recíprocas.

No Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, a presença e a atitude desafiadora das regras de aplicação geral a utentes por parte de muitas pessoas ciganas, nas instalações para acompanhar e visitar doentes ciganos/as, era, em muitos casos, considerada como perturbadora, por vezes de modo grave, quer por parte de doentes não ciganos/as e suas famílias, quer por parte do Conselho de Administração e de profissionais do Centro Hospitalar: “Eles (ciganos) juntam aqui a família toda, fazem muito barulho e exigem entrar.” Tendo em conta por um lado, as necessidades de organização dos serviços de saúde, por outro, os códigos culturais

da comunidade cigana relativamente ao apoio devido a familiares doentes, mas também que os serviços públicos devem responder às necessidades de todos os seus públicos, harmonizando da melhor forma os diversos interesses em presença, o Projecto detectou a necessidade de interlocução intercultural e visou colmatá-la como adiante se detalha.

Com efeito, a nível europeu, é referida como boa prática, a formação e consequente contratação pelos serviços de saúde de mediadores/as ciganos/as, no sentido de facilitar a relação entre estes e as famílias ciganas, em particular, no que respeita à promoção da saúde materno-infantil (cf. Comissão Europeia, 2004).

O enquadramento institucional, o processo de recrutamento e o perfil de competências do/a interlocutor/a cigano/a

Como é sabido, não está prevista com autonomia na legislação portuguesa a figura de um/a interlocutor/a ou mesmo mediador/a para assegurar o diálogo intercultural nos serviços de saúde entre a comunidade maioritária e a comunidade cigana. A única situação conhecida da AMUCIP era a de um mediador no Hospital Dona Estefânia em Lisboa, pelo que o Projecto procurou informar-se sobre a prática, de que também havia eco de ser reconhecidamente positiva. Apurou-se que a ligação institucional formal era com o Conselho de Administração, através da Enfermeira Directora. Este aspecto era particularmente importante porque se verificava alguma resistência no CHBA ao acompanhamento e coordenação da formação em exercício do/a interlocutor/a que o Projecto previra. O Conselho de Administração do CHBA deliberou então adoptar o precedente do Hospital Dona Estefânia.

Por outro lado, e a fim de criar condições tão favoráveis quanto possível à aceitação de interlocutor/a cigano/a no CHBA, solicitou-se à Enfermeira Directora e ao mediador do Hospital Dona Estefânia que participassem na formação de profissionais de saúde agentes do CHBA evidenciando as vantagens e referindo os modos como tinham ultrapassado os obstáculos da participação do mediador entre os/as profissionais. O que se verificou com benefício geral.

O recrutamento para formação em contexto de trabalho, com vista à respectiva contratação, de um homem e de uma mulher ciganos para a interlocução mais harmoniosa no CHBA entre as duas comunidades teve dificuldades diversas. Desde logo, a alteração de circunstâncias de enquadramento do lado do Centro Hospitalar no decurso do Projecto, da qual decorreu um atraso na concretização das actividades previstas. Por outro lado, foi manifesta a grande dificuldade na identificação de pessoas ciganas que, na zona de Beja⁷, correspondessem ao perfil definido (nomeadamente em termos de competências de literacia, mas também de capacidade

⁷ Tendo-se colocado a possibilidade de recurso a pessoas residentes em qualquer zona do País, também não se encontraram candidatos/as que - tendo possibilidade para se deslocar e arcar com os respectivos custos de instalação - satisfizessem o perfil.

de serem reconhecidas pela sua própria comunidade) para a realização do estágio. Aliás, não foi possível encontrar uma mulher cigana que respondesse a esse perfil.

As diligências para encontrar pessoas candidatas incluíram primeiro a divulgação das 'vagas' através de um conjunto de entidades locais junto das comunidades residentes na zona; face à ausência de respostas a nível local, contacto com várias organizações que tinham feito formação de mediadores/as ciganos/as e com alguns desses mediadores. Estes contactos e o próprio conhecimento que o Projecto foi adquirindo, bem como o contacto estabelecido com o mediador cigano a trabalhar há vários anos no Hospital Dona Estefânia, deram origem à identificação de três nomes de homens ciganos a residir na zona de Beja.

Os três foram sujeitos a uma entrevista de selecção no Centro Hospitalar, na qual participaram, para além da coordenadora do Projecto, a coordenadora do Centro de Formação do CHBA e o Enfermeiro Director, enquanto responsável no Conselho Directivo pelo enquadramento e a orientação do estágio e futuro tutor do estagiário.

Após a selecção de um dos candidatos, o estágio iniciou-se a 16 de Julho e terminou no final de Dezembro de 2007.

Em termos de localização física do posto de trabalho, o estagiário encontra-se na recepção do Hospital. Contudo, as suas áreas de intervenção cobrem diferentes zonas:

- Hall de Entrada Principal e espaços externos
- Sala de Espera da Urgência
- Salas de Espera das Consultas Externas
- Sala de Espera do Laboratório (LAC)
- Sala de Espera do Serviço de Imagiologia
- Serviços de Internamento (a pedido dos/as Enfermeiros/as).

O posto de trabalho assim criado tem como missão: mediar a relação entre as comunidades ciganas e o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, para que a prestação dos cuidados de saúde a pessoas ciganas decorra num espaço de comunicação de qualidade.

O estagiário age no campo da procura externa, no *interface* Pessoa/Grupo/Comunidade Cigana com o Serviço Hospitalar; no campo da oferta, aceitando o empoderamento por parte de profissionais de saúde.

Apresenta-se seguidamente o perfil de competências da figura de interlocutor/a cultural visando o reforço do diálogo intercultural entre pessoas ciganas e não ciganas, em contexto de serviços de saúde, designadamente em meio hospitalar:

TAREFAS	COMPETÊNCIAS SOLICITADAS	CONHECIMENTO
1. Iniciar contacto com a pessoa e / ou grupo da comunidade cigana.	A) Facilidade de estabelecer contacto sem ser intrusivo.	Conhecer as regras do relacionamento interpessoal no seio da comunidade cigana.
2. Inteirar-se da necessidade que determinou a ocorrência ao Hospital.	B) Interpretação das evidências e dos códigos utilizados.	Conhecer as regras do Serviço Nacional de Saúde da transferência de doentes do centro de saúde para o hospital.
3. Disponibilizar-se para a ajuda.	C) Compreensão empática.	Conhecer as defesas que deve mobilizar para se proteger emocionalmente.
4. Aceitar a <i>procuração</i> delegada pelo/a “cliente”.	D) Assertividade para afirmar a sua função.	Ter consciência precisa dos limites da <i>procuração</i> que pode aceitar.
5. Intervir em ordem à consecução dos objectivos traçados para a resolução dos problemas de quem está a representar.	E) Ousar intervir na linha secante entre as regras institucionais e a <i>cunha</i> , sem pôr em causa o profissional no seu domínio técnico de intervenção.	Conhecer os limites da sua área de intervenção.
6. Assumir-se no papel de <i>procurador</i> da pessoa cigana utente do serviço hospitalar, em situação de inadaptação ao sistema das regras institucionais.	F) Usar a competência comunicacional, recorrendo ao vocabulário em uso no meio hospitalar, para traduzir o problema sentido pelo/a seu/sua representado/a, tornando-o significativo.	Dominar o vocabulário do meio hospitalar que permita traduzir os problemas mais frequentes na sua mediação.
7. Mediar a comunicação entre profissionais de saúde e população utente da comunidade cigana.	G) Usar a competência comunicacional, recorrendo ao vocabulário em uso pela comunidade cigana.	Conhecer os regulamentos das visitas, do acolhimento do/a utente, entre outros.

8. Intervir com os grupos da comunidade cigana que se aglomeram para a visita no hall de entrada do Hospital, de modo a ser evitado o depósito indevido de lixo.

H) Usar a competência comunicacional, com recurso a argumentos a que a comunidade cigana é sensível.

Ter conhecimento sobre o espaço físico e a localização dos contentores dos resíduos não contaminantes.

9. Orientar os grupos da comunidade cigana para espaços onde podem permanecer sem correrem risco de atropelamento.

I) Usar a competência comunicacional, com recurso a argumentos a que a comunidade cigana é sensível.

Ter informação sobre espaços recomendáveis;
Conhecer a cultura da comunidade cigana local.

10. Intervir na sensibilização dos homens da comunidade cigana para que as puérperas ciganas permaneçam internadas no pós-parto o tempo recomendável.

J) Usar a competência comunicacional, recorrendo ao vocabulário em uso pela comunidade cigana.

Conhecer as vantagens/desvantagens para a saúde das mulheres da alta precoce no pós-parto.

11. Mediar a intervenção de profissionais de saúde na sensibilização preventiva com as famílias de risco de doença genética – leucinoses (nas quais há casamentos consanguíneos).

L) Usar a competência comunicacional, recorrendo ao vocabulário em uso pela comunidade cigana.

Conhecer os principais riscos de doença genética, entre descendentes nas famílias de casamentos em consanguinidade.

Organização da intervenção formativa

A formação desenvolveu-se, na sua maioria, em posto de trabalho com supervisão. A supervisão foi assegurada por dois elementos do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo – pelo Enfermeiro Director, que integra o Conselho de Administração, e pela responsável do Departamento de Formação.

Realizaram-se reuniões entre elementos da Parceria de Desenvolvimento, os elementos responsáveis pela supervisão e o estagiário, para acompanhamento e avaliação do processo. Destas reuniões resultou a identificação da necessidade de se organizar, no âmbito do estágio, sessões para o aprofundamento das competências do estagiário ao nível da leitura e da escrita. Promoveu-se uma resposta formativa, suportando o Projecto os respectivos custos.

5. RESULTADOS E MAIS VALIAS

Os instrumentos deste Pilar reflectem:

- a possibilidade e as vantagens para todas as partes envolvidas de uma procura conjunta de soluções entre comunidades ciganas, entidades públicas e privadas e autarquias;
- o desenvolvimento de competências para a compreensão e o diálogo tanto das mulheres da AMUCIP como da Parceria e da Rede de Acompanhamento;
- a vontade de aprendizagem e de qualificação profissional por parte de pessoas ciganas, contribuindo para o desfazer de mitos que associam recorrentemente estas comunidades à preguiça e à subsídio-dependência;
- a necessidade de acções positivas adaptadas para a recuperação de percursos de socialização de que esteve quase ausente a educação formal e em que persiste a iliteracia funcional;
- a criação de uma rede de confiança entre a AMUCIP e pessoal técnico de diferentes organizações públicas e privadas;
- o potencial das pessoas ciganas para a intervenção social através de associações que criem, designadamente em parceria com instituições da comunidade maioritária, assegurando também por essa via meios de subsistência e realização pessoal e profissional num quadro de benefícios para a comunidade como um todo;
- o reconhecimento da capacidade de interlocução das pessoas ciganas, junto da sua comunidade “E não é que os ciganos ouvem-no!” (elemento do Centro Hospitalar sobre o estagiário);
- o potencial de criação de emprego para pessoas ciganas, enquanto mediadoras/interlocutoras interculturais, que existe junto de entidades que prestam serviço público, designadamente hospitais/centros de saúde, autarquias locais, com incidência nas Câmaras Municipais, segurança social, escolas;
- a possibilidade de reforçar a acessibilidade da informação de interesse público com a participação do respectivo público alvo num sistema de proximidade e de diálogo informal;
- uma estratégia de intervenção passível de ser utilizada com diferentes grupos e em diferentes locais.

PILAR II

Síntese

Objectivos:

- Evidenciar perante pessoas da comunidade cigana do Seixal e perante instituições locais da comunidade maioritária a vontade de inserção profissional de pessoas ciganas;
- Melhorar as condições para novos caminhos de melhoria de competências, de formação e de actividade profissional de pessoas ciganas;
- Concretizar acções de formação com vista à inserção profissional de pessoas ciganas.

Características centrais da acção

- Levantamento das necessidades de formação de pessoas ciganas, realizado por uma associação de mulheres ciganas, através de um instrumento criado por elas no quadro da Parceria de Desenvolvimento do Projecto;
- Realização de uma Tertúlia de Troca de Saberes sobre Trabalho, Emprego e Formação Profissional, em 'território cigano' – a sede de uma associação de mulheres ciganas – com a participação activa do Centro de Emprego local;
- Realização de um curso de Inglês, nível 1, na sede uma associação de mulheres ciganas;
- Realização de um curso de pós-graduação sobre “Saber gerir projectos em parceria” pela presidente de uma associação de mulheres ciganas;
- Realização por parte de uma pessoa cigana de formação com tutoria em posto de trabalho para intermediação cultural num hospital público a nível distrital.

Contextualização

Locais onde se realizou:

- Levantamento das necessidades de formação de pessoas ciganas: Bairro da Cucena e outros no Concelho do Seixal;
- Tertúlia de Troca de Saberes sobre Trabalho, Emprego e Formação Profissional: Sede da AMUCIP, Bairro da Cucena, Freguesia de Paio Pires, Concelho do Seixal;
- Curso de Inglês de Nível I: Sede da AMUCIP, Bairro da Cucena, Freguesia de Paio Pires, Concelho do Seixal;
- Formação específica com tutoria em posto de trabalho e com reforço de competências no domínio da

linguagem, para intermediação cultural: Centro Hospitalar do Baixo Alentejo - Beja

Caracterização das comunidades:

- Bairro da Cucena: ver Pilar I.
- Beja: concelho no interior sul do País, predominantemente rural, com uma forte presença de pessoas e comunidades ciganas; muitas destas estão sedentarizadas e permanecem no concelho desde há vários anos, outras têm um perfil de (semi)itinerância. Concentração de famílias ciganas em bairros com algumas características de guetto, num dos casos na sequência de um processo de realojamento recente que tem sido objecto de controvérsia. Clima social adverso, em termos do diálogo e relacionamento intercultural, nomeadamente da relação de pessoas e comunidades ciganas com os serviços sociais, incluindo os de saúde.

Resultados relevantes para a disseminação

Criação de instrumentos adaptados para melhorar as condições de inserção no mercado de trabalho:

- **Questionário de levantamento das necessidades formativas para ingresso no mercado de trabalho** - instrumento que foi testado e pode ser replicado e aplicado sem dificuldade;
- **Indicador da situação de uma pequena comunidade cigana face à inserção profissional** – obtido a partir do tratamento estatístico das respostas ao questionário
- **Identificação de situações que não se enquadravam na oferta formativa disponível e que poderão considerar específicas de grupos sociais desvalorizados, objecto de discriminação secular, com forte marcação de papéis sociais de género, com conjugalidade e procriação muito precoces, que culturalmente recusam tanto casamento e procriação fora da comunidade como a proletarianização e com percursos escolares irregulares:**
 - Necessidade de bolsa de formação que permitam 'justificar' perante a família e comunidade quer a não ida à venda, quer a ausência de casa e das tarefas do cuidado à família para ida à formação;
 - Apoio precoce das raparigas à actividade de apoio à vida familiar, em substituição das suas mães;
 - Recusa de sociabilidades prologadas e em meio dominado pela comunidade maioritária a partir da adolescência, em particular no que se refere a raparigas;
 - Possibilidade, por razões culturais – punição individual por violação de códigos próprios extensiva à família - de

Número de
 participantes/
 beneficiários/as
 envolvidos/as

- mudança urgente e prolongada de local de residência;
- o Ausência de habilitações escolares mínimas para a frequência de cursos de formação disponíveis.
 - Metodologia de tertúlia de troca de saberes animada por pessoa(s) cigana(s) numa lógica ‘de igual para igual’ e em ‘território amigável’ entre pessoas ciganas e pessoas da comunidade maioritária e suas instituições para debate de interesses profissionais e avaliação de respostas ajustadas às possibilidades do público-alvo
 - Realização de um Curso de inglês básico nível 1, na sede AMUCIP - no qual se inscreveram 15 pessoas, das quais 6 mulheres ciganas – com organização e custos a cargo do Centro de Formação Profissional do Seixal.
 - Sensibilização do IEFP, a nível local, regional e central, para a situação das comunidades ciganas face à inserção profissional e negociação de respostas;
 - Organização de formação com tutoria em posto de trabalho e com reforço de competências no domínio da linguagem, para intermediação cultural em Centro Hospitalar;
 - Criação de um perfil de competências para a interlocução intercultural em serviços de saúde
 - Identificação de necessidades de acessibilidade à informação disponível sobre matéria conexas com o trabalho e o emprego e revisão de conteúdos, com elaboração de folhetos⁸ sobre os seguintes temas:
 - o Trabalho e emprego em geral, incluindo apoio à iniciativa empresarial e ao empreendedorismo;
 - o Trabalho no estrangeiro - folheto informativo bilingue “Apanhas e Trabalho no Campo em Espanha” – em língua portuguesa e em língua castelhana, revisto também pelo IEFP e pela Segurança Social, bem como pela parceria espanhola;
 - Mercados e feiras;
 - Contribuições e impostos.
 - o Sobre a frequência de outras acções de educação/formação por parte de mulheres ciganas com o consequente reforço de competências com vista à empregabilidade ver também o Pilar III – Empoderamento.

Na tertúlia:
 Total 43, em que 32 são ciganos/as:

- o H 13, dos quais 12 ciganos
- o M 30, das quais 20 ciganas

 No estágio: 1 homem cigano

⁸ Todos em anexo.

MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



II. UM PROJECTO

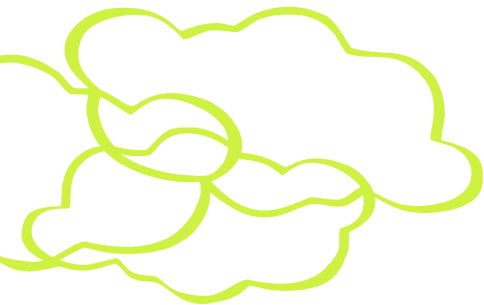
UMA ABORDAGEM INTEGRADA

PILAR III

EMPODERAMENTO - "FORMAÇÃO PARA PESSOAS CIGANAS"

Projecto
co-financiado por:





PILAR III

EMPODERAMENTO - “FORMAÇÃO PARA PESSOAS CIGANAS”

1. ENQUADRAMENTO

“O tratamento desigual não é sempre resultado de discriminação intencional ou de atitudes racistas, podendo resultar de estruturas sociais que respondem sobretudo às necessidades da população maioritária, sem prestar atenção suficiente às necessidades particulares que populações minoritárias possam ter. Em larga medida, isto resulta da ausência de membros de minorias nos processos de tomada de decisão” (Conselho da Europa, 2005). É também por isso que orientações recentes, nomeadamente a nível da Comissão Europeia, identificam como objectivo prioritário o encorajamento das pessoas ciganas para assumirem a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento (Quintin, 2005). “As organizações ciganas têm um papel a desempenhar na promoção do seu próprio bem-estar participando nas sociedades na medida das suas capacidades, e contribuindo para a eliminação de preconceitos e estereótipos” (Comissão Europeia, 2004). Neste mesmo sentido, as associações e organizações ciganas deverão, também, envolver-se activamente em iniciativas para a promoção de monitoria étnica, como meio de identificação de problemas, fundamentação de políticas específicas e avaliação de impacto (idem). Tais processos de monitoria deverão integrar de forma deliberada a dimensão do género, de modo a evidenciar as diferentes situações e processos vividos por mulheres e homens ciganas/os. Por outro lado, os próprios “governos deveriam incorporar uma perspectiva de género nas suas estratégias dirigidas às pessoas ciganas, com base em investigação rigorosa que identifique adequadamente os interesses e as questões que afectam as mulheres, para além do seu papel tradicional de prestação de cuidados maternos” (Comissão Europeia, 2004).

Estas serão estratégias possíveis¹ para garantir que “os ciganos (que) consideram que quem sabe da sua cultura e da sua forma de vida são eles próprios (e que enquanto) directamente interessados (...) deverão ser os principais conceptores e

01

¹ Embora nem sempre fáceis de implementar: por exemplo, no concelho de Beja, as instituições locais dizem não conseguir encontrar formas de interlocução com as comunidades ciganas, não estando estas organizadas nem evidenciando lideranças claras.

organizadores dos seus próprios projectos, ainda que para isso precisem do nosso apoio” (Amiguiño, 1993).

Todas estas estratégias foram seguidas pelo Projecto:

- integração na sua Parceria de Desenvolvimento de uma associação de mulheres ciganas, a AMUCIP, como seu membro de pleno direito e não única e exclusivamente como uma entidade destinatária das suas acções;
- reconhecimento claro, através de acções positivas diversas, de que as mulheres ciganas enfrentam ainda maiores dificuldades do que quer os homens ciganos quer as mulheres da comunidade maioritária no acesso a um conjunto de direitos sociais e, nomeadamente, ao direito à participação e à intervenção social;
- transferência de aprendizagens empoderadoras para as mulheres da AMUCIP através do trabalho directo e indirecto da Parceria de Desenvolvimento;
- participação da AMUCIP, no quadro do Projecto, em diversas actividades e redes, com nítida influência e reforço da dimensão de diálogo intercultural nos processos de decisão aplicáveis a toda a comunidade.

O processo de empoderamento da AMUCIP

A participação activa, ‘de igual para igual’, da AMUCIP na Parceria de Desenvolvimento e na Rede de Acompanhamento tem constituído um processo de promoção de empoderamento aos seus diferentes níveis:

- Individual – porque se promovem as competências pessoais dos elementos da Associação, em particular através de um programa de formação contínua e à medida, que atravessa todo o desenvolvimento do Projecto e que toca três grandes temas centrais: a AMUCIP enquanto associação; a AMUCIP enquanto entidade empregadora; a AMUCIP enquanto agente de intervenção social;
- Colectivo – porque se reforça a capacidade de iniciativa e de efectiva concretização de grupo de pessoas enquanto organização que passou a ser reconhecida com visibilidade quer como elemento activo das parcerias locais, quer como associação exemplo, tanto no que se refere ao ACIDI, como à Estrutura de Missão do “Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos”, com prémios a nível local e nacional. Refira-se aqui o grande questionamento que a AMUCIP mereceu por parte de outras entidades do Concelho do Seixal, quase inteiramente financiadas por dinheiros públicos, sobre a capacidade que a Associação teria de garantir sustentabilidade às acções que entretanto iniciava. Se esta é, de facto, uma questão que a todos deve preocupar e, em primeiro lugar à própria AMUCIP, o mero questionamento é revelador de uma desconfiança de princípio por parte das instituições instaladas da comunidade maioritária, habituadas a trabalhar para e não com, e traduz as dificuldades suplementares de afirmação de uma pequena

“associação de base” em matéria de relações de poder, a exigir, também por isto um forte reforço de competências em matéria de empoderamento;

- Comunitário – porque se contribui para a capacidade de auto-resolução de problemas de uma comunidade minoritária, tanto face aos seus elementos, como face à comunidade maioritária.

Das necessidades evidenciadas pela AMUCIP no início do Projecto para cumprir nele a sua parte - capacidade de intervenção social designadamente através da organização e funcionamento do Espaço para Apoio à Conciliação, formação para agentes de instituições da comunidade maioritária², sensibilização de pessoas das comunidades ciganas e não ciganas do Seixal, Beja e Serpa para o diálogo intercultural e para o aprofundamento do exercício da cidadania – resultou como primeira resposta, ainda durante a Acção 1 do Projecto e com custos suportados pelo IEFP, o reforço de competências pessoais e técnicas, designadamente para a interlocução entre instituições e pessoas ciganas e comunidades ciganas, a formação certificada das associadas da AMUCIP – que já tinham realizado com êxito um curso de mediadoras sócio-culturais – com Certificado de Aptidão Pedagógica (CAP) emitido pelo Sistema Nacional de Certificação Profissional. Com efeito, o CAP permitir-lhes-ia o reconhecimento profissional quer por parte da comunidade maioritária – que assim deixava de poder invocar pretextos para não aprofundar os seus conhecimentos no domínio da cultura cigana – quer por parte de comunidades ciganas – que viam legitimada por força de um diploma emitido pelo IEFP a competência interventiva, designadamente no domínio dos direitos humanos e da cidadania, de “outras pessoas ciganas, tão ciganas como elas”.

03

Uma vez aprovada a candidatura à Acção 2, teve início a “Formação Específica para a Intervenção Social e Comunitária da AMUCIP”.

Qualquer destas respostas formativas foram construídas e negociadas à medida, no seguimento de um conjunto de necessidades identificadas pelas próprias mulheres ciganas, entre as quais se destacam:

- estar habilitadas a dar formação, designadamente na área da cultura cigana;
- saber utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação;
- possuir conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas de educação / formação / emprego;
- possuir conhecimentos sobre o funcionamento dos Serviços Públicos;
- saber gerir uma associação sem fins lucrativos;
- ter conhecimentos sobre metodologia de planeamento.

Toda a formação dirigida à AMUCIP foi orientada pelos seguintes objectivos:

- Reforçar a auto-estima, o empoderamento e as competências pessoais, técnicas e interculturais para a intervenção social de pessoas ciganas e das suas organizações;

² Formação para o desenvolvimento de competências interculturais designadamente sobre cultura cigana.

- Valorizar as mulheres ciganas como formadoras certificadas, face às comunidades ciganas e face à comunidade maioritária;
- Promover activamente a igualdade de género;
- Reforçar um conjunto de competências necessárias para a interlocução entre pessoas e comunidades ciganas e instituições várias, de natureza pública ou privada;
- Contribuir para autonomia económica das mulheres ciganas, designadamente enquanto trabalhadoras independentes também no sector da intervenção social para apoio à comunidade, e das suas organizações;
- Reforçar as competências de intermediação por parte de mulheres ciganas, não apenas enquanto messageiras entre duas comunidades em que abundam os preconceitos recíprocos, mas enquanto intervenientes activas no processo de mudança social para aprendizagens e vivências compatíveis com os valores dos direitos humanos que subjazem ao Estado de direito democrático e à Constituição da República;
- Demonstrar a necessidade de construir metodologias de formação adaptadas às características do público-alvo, incluindo a cooperação, o diálogo permanente e a negociação entre formadores/as e formandas/os.

2. O “CURSO-PILOTO DE FORMAÇÃO INICIAL DE FORMADORES/AS, COM CERTIFICADO DE APTIDÃO PEDAGÓGICA”



O instrumento “Curso-piloto de Formação Inicial de Formadores/as, com Certificado de Aptidão Pedagógica” trabalhou de modo adaptado ao público-alvo os temas essenciais a qualquer curso de formação inicial de formadores/as, e teve uma duração superior para incorporar as áreas da aprendizagem intercultural e dos direitos humanos, incluindo igualdade de género e cidadania.

Utilizaram-se metodologias expositivas e activas de modo combinado, de modo a deixar claro que, para além da aprendizagem experiencial, o domínio, ainda que elementar, do quadro normativo é essencial ao conhecimento e ao empoderamento.

A certificação individual de aquisição de competências no domínio pedagógico-didáctico, a que o curso deu origem, pressupõe:

- a) que foram atingidos pelo/a participante os objectivos gerais visados por este programa;
- b) que o/a participante revelou capacidades de auto-responsabilização face ao cumprimento dos tempos e trabalhos propostos, integração e interacção com o grupo.

Competências necessárias para a construção do curso

Foram necessárias as seguintes competências:

- a institucional e técnica do IEFP, através do Centro Nacional de Qualificação de Formadores³, que concebeu a formação, a negociou com as formandas/o, reuniu e coordenou a equipa formativa;
- as técnicas sectoriais da equipa formativa, nos vários domínios da formação;
- as pessoais da equipa formativa para a inovação e o risco que esta formação apresentava;
- as pessoais das mulheres ciganas para trabalharem sobre os aspectos culturais dos seus estilos de vida, com particulares dificuldades no domínio da conciliação trabalho/vida familiar, de modo a poderem agendar formação pós-laboral e a cumprir horários durante o período de duração do curso.

Contributos e complementaridades dos diferentes parceiros

O contributo determinante foi do IEFP quer pela organização do curso, quer pelo facto de ter suportado integralmente os respectivos custos, quer ainda pela disponibilização de instalações de proximidade e de legitimação: o Centro de Formação Profissional do Seixal.

A DGACCP participou na organização do curso e assegurou o módulo 'Direitos Humanos e Cidadania', adaptando-o do referencial de formação desenvolvido no Projecto EQUAL "Migrações e Desenvolvimento".

Diversas complementaridades foram favorecidas no âmbito deste curso porque o IEFP e a DGACCP já eram entidades parceiras no referido Projecto EQUAL "Migrações e Desenvolvimento", as pessoas da AMUCIP eram utentes do Espaço Cidadania promovido por aquele Projecto e tinham participado em várias actividades do mesmo, designadamente de sensibilização, pelo que subscreveram o Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, que lhes permite integrar o Fórum para a Cidadania, entidade consultiva prevista no Pacto Territorial para assegurar a participação de todas as partes interessadas no desenvolvimento de boas relações interculturais a nível local.

Outras complementaridades, designadamente no domínio da escolha de formadores/as, decorreram do trabalho e das opções no domínio da formação realizadas no quadro Projecto EQUAL "Migrações e Desenvolvimento".

Envolvimento dos/as beneficiários/as e destinatários/as

As/o beneficiárias/o da formação foram envolvidas na negociação da carga horária, da própria estrutura do curso e do horário da formação.

³ À data, Centro Nacional de Formação de Formadores.

Acresce que, agora na qualidade de beneficiárias, as entidades parceiras e algumas formadoras foram por sua vez formandas da AMUCIP na sua primeira acção de formação sobre cultura cigana, que teve lugar na sede da Associação.

O CESIS e a DGACCP contribuíram com a respectiva experiência para apoiar a construção dos módulos de formação de agentes que a AMUCIP concebeu, preparou e animou no âmbito do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”.

Metodologias de implementação e instrumentos a utilizar

A partir de 1998, exige-se a certificação pedagógica de formadores/as – CAP – para o desenvolvimento da actividade de formador/a em projectos ou acções apoiadas por fundo comunitários.

Pelos motivos atrás indicados, foi necessário construir em benefício da AMUCIP, um curso específico que incluísse toda a exigência curricular e horária do CAP clássico, mas ajustado às suas necessidades e aos interesses do Projecto. Foram assim aplicadas novas estratégias, quer nas metodologias, quer nos conteúdos, quer no acompanhamento.

As metodologias tiveram um reforço da dimensão participativa, tendo bastante em conta o facto de a oralidade e o movimento serem dominantes na cultura cigana.

Os conteúdos foram reforçados com um módulo de Aprendizagem Intercultural e outro de Direitos Humanos e Cidadania, ajustados a partir do Referencial de Formação – para o qual se remete – experimentado no Projecto EQUAL “Migrações e Desenvolvimento”.

O acompanhamento foi permanente quer por parte da Coordenadora do Curso – que teve um papel determinante sobretudo na negociação dos horários e na gestão dos obstáculos, por vezes imprevistos, que ocorreram – quer por parte da equipa formativa, que procedeu a reuniões frequentes ao longo da formação e que acordou no envio constante de *feed-back* de modo a que houvesse consistência, continuidade e visão integrada ao longo de toda a acção.

As ideias-chave que presidiram a esta construção foram a negociação permanente entre a coordenação do curso e as instituições envolvidas, as formadoras e formador e as formandas e formando, a confiança recíproca como base da cooperação e empenhamento entre todas as pessoas e entidades envolvidas e a criação de condições para o empoderamento das mulheres ciganas formandas, quer junto da sua própria comunidade, quer junto das comunidades não ciganas, incluindo a equipa formativa e as instituições. O facto de ser a primeira acção de formação em que a AMUCIP participava como entidade parceira foi particularmente tido em conta. O início da formação foi mesmo adiado, várias vezes, porque se aguardava o final das obras na sede, e, na altura, se considerava que a realização desta acção de formação na própria sede teria um impacto muito positivo, para a afirmação da Associação na

comunidade. No entanto, para não atrasar demasiado o processo acabou-se por “negociar” com o grupo outro local de realização, que fosse próximo e com acessibilidades, e que ao mesmo tempo, não fosse “interdito” a nenhum membro do grupo da comunidade cigana. O Centro de Formação Profissional do Seixal do IEFP cedeu uma sala e deu apoio durante todo o processo, tendo tido um papel essencial na festa de entrega dos certificados, em que foi oferecido um lanche a todos/as convidados/as, com base em listagem elaborada pela AMUCIP na linha de estratégia de divulgação da sua implantação na Comunidade.

No início da acção, querendo marcar a diferença e buscando o lado simbólico, a equipa formativa ofereceu ao grupo de participantes uma faixa - para ser colocada na parede da sala de formação - que manifestava o empenhamento daquela equipa no caminho a percorrer em conjunto “O futuro pertence às pessoas que acreditam na beleza dos seus sonhos”⁴ ao mesmo tempo foi oferecido um álbum, elaborado por uma designer gráfica, reproduzindo na capa as fotografias do grupo. Todos/as foram convidados/as a ir preenchendo o álbum, com as avaliações que iam realizando no final de cada sessão e cada formador/a tirou fotografias dos vários momentos da formação que também enriqueceram a “história” do percurso formativo.

Dificuldades encontradas e formas de superação

As maiores dificuldades encontradas prendem-se com os atrasos e as faltas, largamente decorrentes de uma organização cultural do tempo que pouco tem a ver com a rigidez dos horários da comunidade não cigana. Acresce que, também culturalmente, é sobre as mulheres e as raparigas ciganas que pesa a responsabilidade da casa e das pessoas dependentes a cargo, designadamente crianças, pais idosos, ou familiares desamparados.

Superaram-se as dificuldades com a solidariedade das instituições, da equipa formativa e das próprias formandas/o, já que se reforçou a carga horária sem mais custos directos para o IEFP e houve formandas/o que, já sem contarem com isso, aceitaram participar em mais horas de formação para permitirem a aplicação de metodologias que exigem grupos. Por outro lado, foi aceite a sugestão de uma das formandas se fazer acompanhar pela sobrinha de 9 anos que tem a cargo, pois de outro modo não poderia ter acesso à mesma.

⁴ Eleanor Roosevelt.

Caracterização do curso⁵

TEMAS DE FORMAÇÃO	ESTRUTURA PROGRAMÁTICA ⁶	DURAÇÃO
O/A formador/a face aos Sistemas e Conceitos de Formação	A – Eixo de Enquadramento	3h
O Perfil do/a Formador/a		3h
Processos e Factores de Aprendizagem	A – Eixo de Enquadramento	6h
Comunicação e Animação de grupos	A – Eixo de Enquadramento	6h
Métodos e Técnicas Pedagógicas	A – Eixo de Enquadramento	9h
Objectivos Pedagógicos	B – Eixo de Operacionalização	6h
Avaliação da Aprendizagem	B – Eixo de Operacionalização	6h
Recursos Didácticos	B – Eixo de Operacionalização	6h
Planificação da Formação	B – Eixo de Operacionalização	3h
Plano de Sessão	C – Eixo de Aplicação	3h
Simulação Pedagógica inicial	C – Eixo de Aplicação	12h
Simulação Pedagógica Final	C – Eixo de Aplicação	12h
Projecto de Intervenção Pedagógica	C – Eixo de Aplicação	3h
Aprendizagem Intercultural	D - Eixo transversal	12h
Direitos Humanos e Cidadania	D - Eixo transversal	6h
TOTAL		96h

Objectivos do curso

No final desta acção os/as participantes deverão ser capazes de:

- Situar o papel do/a formador/a no sistema onde desenvolve a sua actividade e definir o perfil de competências desejável, através da:
 - caracterização do sistema de formação onde intervém como formador/a;
 - discriminação das competências exigíveis ao/à formador/a no sistema onde intervém;

⁵ Detalhes em Anexo.

⁶ Conteúdos programáticos em anexo.

- auto-avaliação face ao perfil de competências desejável;
 - introdução da perspectiva de “mainstreaming” de género e da interculturalidade na formação profissional.
- Preparar, desenvolver e avaliar sessões de formação, através da:
- definição de objectivos pedagógicos, em termos operacionais, na sua área de actividade;
 - escolha e aplicação de técnicas e dos métodos pedagógicos mais adequados aos objectivos, aos público-alvo e ao contexto da formação;
 - selecção, concepção e adequação dos recursos didácticos, em suportes diversificados, em função da estratégia pedagógica adoptada;
 - construção de instrumentos de avaliação em função dos objectivos previamente definidos, cuja aplicação permita verificar e controlar os resultados da aprendizagem, bem como a eficiência e a eficácia da formação;
 - elaboração dum plano de sessão formativa na sua área de actividade;
 - utilização duma relação pedagógica facilitadora dos processos de aprendizagem.
- Participar no desenvolvimento do sistema de formação onde está inserido, através da:
- elaboração de propostas concretas, desenvolvidas na forma de projecto de intervenção pedagógica, que contribuam para o desenvolvimento do sistema de formação no nível técnico-pedagógico e/ou organizacional.

Factores críticos que desempenharam um papel importante na emergência e na qualidade do curso

A vontade inquebrantável por parte de todas as pessoas envolvidas de que a experiência se concretizasse positivamente, quer pelos efeitos no caso concreto, quer pela demonstração da potencialidade de mudança através do reforço da cidadania e das práticas “de igual para igual” nas relações interculturais entre comunidades ciganas e não ciganas.

O crescimento individual por parte de todas as pessoas envolvidas decorrente da partilha desta experiência.

Resultados e mais valias

Com esta acção de formação as mulheres da AMUCIP desenvolveram capacidades de empoderamento, no sentido de melhorarem a forma como elas próprias ministram a formação sobre a cultura cigana, a técnicos/as de várias áreas (Saúde, Educação, Cidadania, Tradição/Família) que trabalham com esta comunidade.

Desta formação decorreram os seguintes resultados directos:

- 8 mulheres ciganas associadas da AMUCIP obtiveram o Certificado de Aptidão Pedagógica do IEFP através da frequência e conclusão de um Curso Inicial de Formação de Formadoras.

Depois de uma partilha de ideias sobre a formação, as mulheres da AMUCIP, chegaram às seguintes conclusões:

Olga: “ Eu, como conhecedora da minha cultura e enquanto membro da AMUCIP, era convidada por várias entidades para dar o meu testemunho em seminários e conferências e outros eventos onde era abordada a cultura cigana. Sobre a minha cultura esta formação não me deu nada de novo mas enriqueceu-me na forma de conseguir transmitir aos técnicos de uma forma mais sistematizada os meus conhecimentos.”

Sónia: “Para mim, esta formação foi muito gratificante, pois consegui adquirir capacidades que antes da formação não estavam desenvolvidas. Deu-me a conhecer os meios existentes para a preparação e desenvolvimento de uma intervenção formativa, desde a sua concepção até a avaliação. Deu-me empoderamento, pois as entidades que me convidavam para dar o meu testemunho antes de ter o CAP, hoje as mesmas já me convidam para participar, como formadora certificada, e o meu discurso para os técnicos é com muito mais confiança. Valorizo muito este curso e acredito que estas formações aos técnicos podem ser a mudança para o futuro das nossas culturas, pois é na reflexão que conseguimos ver o outro e compreendê-lo.”

Alzinda: “O curso de formadores foi muito bom a nível de novos conhecimentos e capacidades que não as tinha. Foi-me difícil conciliar o trabalho que tinha com o horário do curso mas hoje vejo que o esforço que fiz foi muito benéfico. Porque hoje como formadora sinto-me mais confiante para dar formação a técnicos/as, coisa que era muito complicada para mim porque sou muito tímida e aprendi a ser mais confiante. Por isso, o meu sentimento acerca do curso de formadores é muito sentido e agradeço a quem nos deu esta oportunidade e acreditou que éramos capazes de ser as primeiras formadoras ciganas.”

Sandra: “Senti muitas dificuldades face ao horário do curso, visto que a minha vida pessoal é difícil, na medida em que existem membros da minha família a quem tenho que prestar vários cuidados. Para poder frequentar o curso tive que aprender a reorganizar a minha vida, partilhando as minhas tarefas domésticas e pedindo autorização para levar a menor por quem sou responsável. Apesar das dificuldades sentidas, o curso de formação de formadores foi muito gratificante acerca da minha vida profissional. Com este curso fez me ver que é possível conciliar a vida profissional e familiar, porque estou a trabalhar. Este é o meu sentimento.”

“Para além das 8 mulheres ciganas, também frequentaram este curso 5 pessoas não ciganas. Apesar das dificuldades sentidas por nós, mulheres ciganas, de conciliar a

frequência do curso com a vida familiar, o curso representou para nós um convívio saudável, funcionando simultaneamente como um escape das dificuldades quotidianas e de partilha entre diferentes culturas. Desta forma, ajudou a descodificar de ambas as partes estereótipos ou ideias pré concebidas existentes presentes nos dois grupos em interacção.”

Como comentou uma formadora: “Ao nível dos sentimentos, foi das melhores experiências que estas 5 mulheres vivenciaram e ofertaram a elas próprias.”

A validação também foi dada pela equipa formativa, pelas formandas da formação experimental e que foram elementos da Parceria de Desenvolvimento e formadoras no CAP e também pelas pessoas agentes sociais, que foram formandas.

Estes resultados permitem inferir o cumprimento de diversos critérios de qualidade exigidos para produtos EQUAL, em que avultam a inovação, o empoderamento e a igualdade de género. Mas no que a inovação respeita, há também a ter em conta a reconceptualização de que foi objecto o Curso de Formação Pedagógica de Formadores/as do IEPF de modo a adaptá-lo a características deste público, e, bem assim, o permanente diálogo e negociação entre formador/as e formandas/o. Assim, embora a estrutura programática mantivesse os três eixos – Enquadramento, Operacionalização e Aplicação – foram aditados ao Eixo de Enquadramento os módulos de Aprendizagem Intercultural e Direitos Humanos e Cidadania. O IEPF passou assim a dispor de um novo instrumento para a formação de formadores/as; o que não deixa de ser interessante e motivador no Ano Europeu da Igualdade para Todas as Pessoas – 2007 – e em vésperas do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

No que respeita aos critérios EQUAL utilidade, acessibilidade e transferibilidade, constatou-se por um lado a excelente avaliação do curso pelas mulheres da AMUCIP:

- sobre a aprendizagem: motivação, dinamismo, empatia, valores adquiridos ao longo da vida, motivação, comunicação, relações humanas, comportamentos. “É um processo que se constrói a cada dia”;
- sobre os módulos e as aulas: “foram de uma forma geral divertidas, pedagógicas, participativas, criativas”;
- sobre interculturalidade: “é uma das chaves que pode abrir a porta da paz no mundo. Só temos que ter consciência disso. Deu-nos mais conhecimento sobre outras culturas”;
- sobre os jogos: “a criatividade dos jogos foi um dos pontos altos do curso. Com eles podemos reflectir sobre a discriminação, o respeito pelo outro, a integração e a socialização”.

Por outro lado, a experiência pós-curso evidenciou as capacidades profissionais das mulheres da AMUCIP, enquanto formadoras, o que é particularmente importante até

em termos da respectiva independência financeira, dado serem as únicas ciganas certificadas como formadoras pelo IEFP.

Considera-se assim que foram atingidos os grandes objectivos de reforço e de legitimação das competências das mulheres das AMUCIP como formadoras, e de reforço da capacidade para a intervenção social e para a sustentabilidade financeira da AMUCIP, com a qualidade exigida para qualquer produto EQUAL.

Em síntese, as mais valias desta prática evidenciam-se nos seguintes aspectos:

- Reforça a cidadania, o empoderamento e as competências pessoais, técnicas e interculturais das mulheres ciganas, com reflexos positivos junto das comunidades ciganas e da comunidade maioritária;
- Oferece-lhes qualificação para obterem rendimentos do trabalho designadamente como profissionais independentes;
- Habilita mulheres ciganas de uma jovem Associação para a prestação de serviços de formação, designadamente no domínio da cultura cigana, junto de entidades públicas e privadas, a nível central e local;
- Capacita mulheres ciganas de uma jovem organização para um trabalho de intervenção social e comunitária;
- Constitui um recurso para o reforço da interlocução entre pessoas e comunidades ciganas e instituições várias.
- Disponibiliza um conjunto de instrumentos de formação adaptados às necessidades específicas de associações de mulheres e homens ciganas/os.



3. “FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA DA AMUCIP”

A “Formação Específica para a Intervenção Social e Comunitária da AMUCIP” é uma proposta de intervenção andragógica, na modalidade de formação contínua, num total de 120 horas previstas e 225 horas de formação realizadas, com vista ao reforço das competências das mulheres ciganas da AMUCIP, que se constituem como elementos activos do Projecto.

Centra-se na utilização de métodos activos, bem como nas necessidades identificadas no “momento”, de acordo com as etapas do projecto de intervenção, e em exercícios práticos (utilização de materiais andragógicos adaptados às reais necessidades da intervenção a desenvolver pela Associação).

Trata-se de uma formação que acompanha todo o desenvolvimento do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, sendo que ao longo do processo vão sendo identificados e introduzidos novos temas a abordar e formadoras/es a contactar, de acordo com as necessidades sentidas pelo grupo ou pelas responsáveis pela formação.

Tornar a “Formação Específica para a Intervenção Social e Comunitária da AMUCIP” num “produto” alvo de disseminação tem subentendida a noção de que esta é uma matriz de formação adaptável à formação de qualquer associação – existente ou que se pretenda constituir - de pessoas oriundas de grupos em situação de exclusão social e, em particular, de associações de pessoas ciganas que pretendam desenvolver uma intervenção social junto das suas comunidades.

13

Necessidades que justificam a formação

As necessidades de formação que dão origem à “Formação Específica” dirigida à AMUCIP foram identificadas a partir da realização de um Balanço de Competências inicial das aprendentes. Este Balanço engloba a construção de uma bateria de competências desejáveis para os elementos da AMUCIP assegurarem as funções que têm no Projecto, ligadas às diferentes actividades, mas em particular as relacionadas com a concepção e desenvolvimento do “Espaço para Apoio à Conciliação”.

Foi inicialmente realizado um trabalho com a AMUCIP para identificação das áreas em que manifestavam maiores fragilidades e a partir das quais deveria ser construído o plano de formação. Assim, foi necessário, *a priori*, realizar um trabalho de representação e re-discussão, em grupo, sobre as necessidades que levaram à

existência do Projecto, seus objectivos e respectivas actividades. Esta discussão permitiu aferir, na fase de arranque, a motivação das participantes e o seu conhecimento real do Projecto no seu todo.

Este período da formação - que em muito extravasou o contexto do diálogo estabelecido entre quem dinamizou estas sessões e os elementos da AMUCIP, enquanto aprendentes, pois se estendeu a muitas reuniões de Parceria - permitiu a consolidação necessária do Projecto que até então podia ser (mal) entendido como o inicial “Projecto da AMUCIP”, ou seja o “Espaço para Apoio à Conciliação”, por um lado, e as outras actividades cuja responsabilidade era das “parceiras”, por outro. Tempo e energia foram, pois, utilizadas na construção de algo colectivo em detrimento de um somatório de vários “nossos projectos”, o que inicialmente se revelou, de facto, tarefa não fácil. Foi, pois, necessário considerar todas as actividades, não só as estruturantes do Projecto, revelando-se a sua unidade, mas todas as acções a desenvolver no próprio “Espaço para Apoio à Conciliação”.

Face ao objectivo da AMUCIP - trabalhar para a sua própria comunidade – suscitou-se a reflexão sobre o tipo de problemas que as pessoas que procurassem a Associação, e em particular as do Bairro da Cucena, poderiam ter e que competências seria necessário desenvolver para as apoiar.

Através deste processo, e de discussões várias, foram identificadas as seguintes necessidades de formação:

- Conhecer bem o Projecto, nomeadamente enquanto projecto EQUAL;
- Saber utilizar as (novas) tecnologias de informação e comunicação - fax, e-mail, internet...);
- Deter alguns conhecimentos de informática;
- Ser capaz de deter e aplicar conhecimentos sobre:
 - pobreza e exclusão social;
 - educação / emprego;
 - funcionamento dos serviços públicos a que as pessoas ciganas mais se dirigem;
- Saber gerir uma associação sem fins lucrativos.

Condições para a implementação da “formação específica”

A formação específica teve como contexto de implementação o próprio Projecto. As pessoas que beneficiaram da formação foram simultaneamente agentes de intervenção do Projecto, estando a ele afectas, enquanto elementos da equipa de trabalho: quatro mulheres a tempo inteiro e duas a meio tempo. Esta condição revelou-se fundamental, ainda que não suficiente, para garantir, pelo menos numa fase inicial em que reticências em relação a esta actividade se faziam sentir, a assiduidade das participantes.

⁷ Uma das associadas da AMUCIP concluiu o 9º ano no quadro do Projecto.

Como é referido no Pilar I do presente Guia, relativo ao “Espaço para Apoio à Conciliação”, todas as formandas têm a escolaridade mínima obrigatória como habilitação formal, apesar de obtida através de formas alternativas ao ensino regular (RVCC e Curso de Formação Profissional com equivalência escolar)⁷.

As pessoas responsáveis por esta intervenção formativa, ao nível da coordenação e da organização e desenvolvimento da formação são, também elas, agentes de intervenção do Projecto e têm dele um conhecimento global. Tal facto possibilitou uma enorme facilidade no cruzamento da “Formação Específica” com as outras actividades em curso, e permitiu um jogo de vários papéis: o de colega, parceira, formadora e aprendente ajudando a consolidar relações.

A “Formação Específica” contou também com a colaboração de pessoas exteriores ao Projecto, enquanto formadoras, dada a sua experiência de terreno na intervenção social, a sua capacidade de adequação de linguagem e de transmissão de conteúdos de forma simples e acessível, a sua disponibilidade para promoverem a realização de actividades práticas que pudessem servir de exemplo e a partir dos quais a AMUCIP se pudesse apoiar no futuro (ex.: elaboração do relatório de actividades e contas da associação, plano de actividades e orçamento, balanços).

Princípios metodológicos da intervenção andragógica

Os princípios metodológicos tidos em conta na realização desta intervenção de carácter formativo podem ser considerados, simultaneamente, como os seus factores críticos de sucesso. Assim, podem ser identificados os seguintes princípios:

- Consideração das pessoas que participaram na acção, na qualidade de aprendentes, como parceiras com quem se estava a trabalhar e a construir algo em comum e não como um grupo a quem se estava a ‘ministrar’ formação. Este é um princípio que destaca a participação integral do chamado “público-alvo”, desde a fase de identificação das competências a desenvolver, passando pela identificação dos conteúdos, até ao processo de avaliação;
- Respeito pelos ritmos das aprendentes, mesmo que isso significasse tempos de realização muito diferentes dos que se podiam prever inicialmente e, noutros contextos, possam ser considerados como “normais”. Esta foi, no entanto, a garantia de que tudo fosse construído pelas próprias aprendentes, nomeadamente no que se referiu à preparação do “Espaço para Apoio à Concliação”;
- Valorização das dificuldades sentidas no decorrer do Projecto e adequação da formação à ultrapassagem dessas dificuldades. Um dos aspectos que a este nível merece ser ressaltado diz respeito à necessidade de descodificar a linguagem e de trabalhar os princípios EQUAL;
- Adopção de uma atitude positiva face às dificuldades encontradas e utilização de criatividade na sua resolução;

- Disponibilidade (mental e profissional) e flexibilidade para uma adaptação constante aos horários para que os mesmos se ajustassem às necessidades, sem mutação, das aprendentes;
- Adopção de uma atitude crítica e preocupação por uma avaliação contínua, de modo a acrescentar ou retirar conteúdos temáticos anteriormente definidos;
- Atenção às constantes exigências do Projecto, de forma a dar resposta atempadamente às diferentes solicitações.

Finalidade da Intervenção Formativa

A “Formação Específica para a Intervenção Social e Comunitária da AMUCIP” deve ser entendida como uma matriz de formação adaptável à formação de qualquer associação de pessoas oriundas de grupos socialmente desvalorizados e/ou em situação de exclusão social, em particular de associações de pessoas ciganas que pretendam desenvolver uma intervenção social junto das suas comunidades.

Com esta formação, o Projecto pretendeu promover o empoderamento dos elementos da AMUCIP, ao nível do reforço das competências pessoais e técnicas necessárias a um desenvolvimento, com qualidade, das actividades de intervenção social e comunitária, bem como ao reforço do empoderamento da própria Associação, enquanto ONG, ao nível da sua capacidade de interlocução entre instituições e pessoas e comunidades ciganas.

Destinatárias/os da formação

As primeiras destinatárias desta formação foram as seis mulheres da AMUCIP que integraram a equipa do Projecto. Têm idades compreendidas entre os 30 e os 57 anos e, tal como já foi referido, todas elas possuem a escolaridade mínima obrigatória obtida através do RVCC ou de Curso de Formação Profissional com equivalência escolar.

Esta formação pode ser aplicada, ainda que com as necessárias adaptações que os seus próprios princípios orientadores exigem, a mulheres e homens com o mesmo nível de escolaridade e, sobretudo, com os mesmos interesses e preocupações: intervir no sentido do desenvolvimento e empoderamento das suas comunidades.

O itinerário da Intervenção Formativa

Tendo em conta a já referida capacidade de adaptação constante às necessidades do Projecto e às necessidades e interesses que as aprendentes iam demonstrando ao longo da intervenção formativa partiu-se de uma proposta mínima de 120 horas de formação para um total de 20 sessões, acabando por se concretizar 41 sessões para

225 horas de trabalho. As sessões realizadas foram distribuídas pelos módulos constantes no quadro seguinte.

MÓDULOS DA FORMAÇÃO	PREVISTO		EFECTUADO	
	Nº DE SESSÕES	Nº TOTAL DE HORAS	Nº DE SESSÕES	Nº TOTAL DE HORAS
MÓDULO 1 O Balanço de Competências	2	12	3	13
MÓDULO 2 A AMUCIP e as suas actividades no contexto do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL	6	36	7	60
MÓDULO 3 A AMUCIP e a sua actividade enquanto associação	4	24	7	32
MÓDULO 4 A AMUCIP enquanto entidade empregadora	1	6	1	4
MÓDULO 5 A AMUCIP enquanto entidade prestadora de serviços à comunidade	7	42	19	95
MÓDULO 6 Avaliação da formação			2	9
TOTAL	20	120	41	225

17

MÓDULO 1 Balanço de Competências

O balanço de competências é um instrumento bastante útil para se realizar um diagnóstico de necessidades de formação participado pelas aprendentes. Este módulo permite-lhes, por um lado, fazer um balanço das suas competências actuais e apreciar eventuais progressos ao longo do Projecto e, por outro lado, familiarizar-se com uma metodologia que podem replicar no contexto do seu trabalho com outras pessoas.

MÓDULO 2

A AMUCIP e as suas actividades no contexto do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL

Os termos e os conceitos, tanto do Projecto (nomeadamente na sequência da utilização de uma metodologia de planeamento), como do próprio PIC EQUAL, estão imbuídos de uma “codificação” que poderia desequilibrar a Parceria, já que inequivocamente a AMUCIP não lhe tinha acesso imediato.

O facto de a formação específica ter considerado um módulo destinado ao aprofundamento dos conhecimentos associados ao Programa e seus princípios orientadores, cada vez mais princípios transversais a um conjunto de programas - comunitários ou nacionais - e à intervenção social, em geral, não só contribuiu para o apetrechamento da AMUCIP para a qualidade do seu trabalho, como, ao tornar comum uma linguagem conceptual, tornou coerente e em exercício o lema EQUAL “De Igual para Igual”.

No caso de este itinerário de formação vir a ser aplicado no contexto de outro programa, as especificidades inerentes ao Programa EQUAL devem ser substituídas por conteúdos que permitam a aquisição dos conhecimentos necessários a uma apropriação dos principais conceitos e procedimentos desse Programa. Melhor ainda seria que os Programas tivessem a preocupação de utilizar uma linguagem simples e capaz de ser entendida e apropriada pela generalidade dos seus públicos, assumindo a pluralidade cultural inerente ao serviço público nas sociedades multiculturais e cosmopolitas.

MÓDULO 3

A AMUCIP e a sua actividade enquanto associação

Apesar dos seus sete anos de vida, a AMUCIP – como decerto muitas outras associações de pessoas não ciganas - ainda se encontrava num estado embrionário de desenvolvimento, enquanto associação. Não obstante a existência de corpos sociais, as Assembleias Gerais, exigidas por lei, não eram regularmente realizadas, os planos e relatórios de actividades e respectivos orçamentos, praticamente não existiam. Face a este diagnóstico organizacional inicial, identificaram-se as principais questões a trabalhar, para concretizar o objectivo de dotar a AMUCIP dos conhecimentos e dos instrumentos adequados à sua prática enquanto associação:

- Organização da associação – corpos sociais e suas competências;
- Relatórios e Planos de Actividades e Contas;
- Gestão financeira das associações.

MÓDULO 4

A AMUCIP enquanto entidade empregadora

Pela primeira vez na sua existência, a AMUCIP assumiu-se como entidade empregadora pelo que se tornou necessário o conhecimento dos procedimentos e responsabilidade inerentes. Foram trabalhadas questões como:

- Obrigações face à Segurança Social;
- Contratos de trabalho: tipos de contratos, suas especificidades e exigências;
- Plano de férias;
- Higiene e Segurança no Trabalho.

MÓDULO 5

A AMUCIP enquanto entidade prestadora de serviços à comunidade

Neste módulo, procurou-se abordar um leque variado de temas para apoiar o trabalho de intervenção social e comunitária da AMUCIP, em função dos seguintes objectivos:

- Dotar as trabalhadoras da AMUCIP de conhecimentos, metodologias e instrumentos para intervenção junto de crianças e jovens;
- Dotar as trabalhadoras da AMUCIP de conhecimentos relativos a métodos de concepção e planeamento de projectos;
- Conhecer e distinguir conceitos de: pobreza e de exclusão; inserção e inclusão social;
- Promover a utilização das TIC na concretização das actividades e produção de documentos em diversos suportes;
- Identificar os problemas e aplicar técnicas e políticas preventivas para a protecção do computador e do sistema no uso da Internet ;
- Dar a conhecer o funcionamento dos serviços sociais e de algumas medidas de política social.

Competências básicas de formadores e formadoras como factor de sucesso

Para qualquer dos módulos, o/a formador/a deverá, obrigatoriamente, cumprir 3 pré-requisitos:

- Evidenciar a sua adesão à presente proposta andragógica, dominando-a em termos conceptuais, práticos e estratégicos;
- Dominar aprofundadamente os conteúdos programáticos;

- Ter competências específicas e experiência comprovada no uso de metodologias activas e participativas, particularmente no que se refere ao ensino de pessoas adultas e à gestão de processos de aprendizagem experiencial.

Para além disso, é necessário um conjunto de competências pessoais que permita a implementação dos princípios metodológicos preconizados. Assim:

- Capacidade para considerar as aprendentes como parceiras da intervenção formativa;
- Capacidade para adaptar o seu ritmo aos ritmos das aprendentes;
- Ter uma atitude positiva face às dificuldades, centrando-se nas soluções para as mesmas;
- Ser criativo/a;
- Ser flexível e ter capacidade para uma adaptação constante de estratégias e conteúdos;
- Saber valorizar a avaliação e exercê-la de forma contínua.

Resultados e mais valias

- O programa de formação é desenhado 'à medida' e acompanha, de forma evolutiva, o desenvolvimento de todo o Projecto;
- As destinatárias da formação participam na definição de objectivos e conteúdos desta;
- Actividade formativa dirigida à capacitação das mulheres ciganas da AMUCIP para a sua participação numa PD EQUAL e numa perspectiva de sustentabilidade das actividades da Associação, podendo ser adaptada em qualquer projecto de intervenção;
- Preocupação sistemática com a adaptação de linguagem e conteúdos às necessidades das aprendentes, por parte da equipa de formadoras.
- Reconhecimento, por parte das mulheres da AMUCIP, da utilidade desta formação específica, e consequente transferibilidade em contextos semelhantes.

Dificuldades encontradas e estratégias de superação

Dada a importância de que se revestem para a compreensão da forma como decorreu o processo formativo, exemplificam-se algumas dificuldades encontradas e as estratégias utilizadas para a sua superação, sistematizando-as no quadro seguinte.

DIFICULDADE

Inexistência de equipamento informático, numa fase inicial antes da existência da sede e logo a seguir às obras de reabilitação da casa onde a AMUCIP se instalou. Esta dificuldade, para além das questões práticas de organização que gerou obrigando, nomeadamente, a deslocações suplementares e dificultadas pela (quase) inexistência de transporte públicos que sirvam, aos horários convenientes para a formação, diferentes freguesias do Concelho do Seixal, acentuou um sentimento de exclusão bem expressa em algumas frase amargas: *“É para ciganos, basta armar a tenda!”*

Alguma desconfiança em relação a esta Formação:

*“O que vêm elas aqui fazer?
Ensinar-nos a tomar conta das
nossas crianças?”*

ESTRATÉGIA

Disponibilização de equipamento por parte de outras organizações. Utilização de espaços alternativos com equipamento informático e ligação à Internet.

Reforço da importância de uma troca de saberes mais do que de uma transmissão de conhecimentos;

Exploração das outras actividades do Projecto que não o “Espaço para Apoio à Conciliação” – actividade principal para a AMUCIP;

Informação sobre as exigências de um programa como o EQUAL e a necessidade de reforçar o empoderamento da AMUCIP com mais conhecimentos;

Discussão e validação de todos os temas com as aprendentes.

DIFICULDADE

Problemas de transporte das aprendentes.

Assiduidade irregular de algumas aprendentes: prioridades diferentes; acumulação de outros trabalhos.

Horário da formação.

ESTRATÉGIA

“Boleia” – as formadoras levavam a aprendentes para a formação, quando estas não tinham meio de transporte próprio, devido à fraca acessibilidade de transportes públicos.

Necessidade de reforçar alguns temas com mais horas de formação.

Os horários foram ajustados várias vezes de acordo com as necessidades identificadas – contudo, o Projecto definiu um dia da semana (segunda-feira), em que as actividades regulares do Espaço não funcionavam⁸, para ser dedicado ao trabalho de equipa da AMUCIP, para reuniões de PD e para formação.

Reajustamento de horários frequente para que todas as aprendentes pudessem participar.

⁸ Este dia foi definido tendo em conta que é também à segunda-feira que a maioria das feiras e mercados estão encerrados, logo seria um dia em que mais facilmente as famílias, não indo para a venda, poderiam assumir o cuidado e o acompanhamento das crianças.

4. Outros factores de empoderamento para a AMUCIP

No decurso do Projecto e potenciados por ele, outros factores não previstos, vieram contribuir para o empoderamento da AMUCIP. De entre eles salienta-se:

- A concepção, redacção e organização do livro **“Tomar a Palavra – Olhares e Falas de Mulheres Ciganas Portuguesas sobre a Família e o Trabalho”** da autoria da AMUCIP, realizado com o apoio financeiro, no âmbito de co-financiamentos a ONG do Conselho Consultivo da ex Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), e também com vários apoios da Parceria de Desenvolvimento e de entidades parceiras na Rede de Acompanhamento, com destaque para a Câmara Municipal do Seixal. Trata-se de um conjunto de entrevistas – cerca de 50 – realizadas a mulheres ciganas de diversas idades, situações familiares e locais de residência, evidenciando a variedade de opiniões das mulheres ciganas sobre trabalho, assuntos familiares, expectativas de vida, educação, tradições, e que conclui com um conjunto de mensagens que as mulheres entrevistadas dirigem às comunidades ciganas e à comunidade maioritária. O livro, que é, aliás, abundantemente citado neste Guia, é utilizado como recurso pedagógico, na formação, incluindo a de agentes, tratada no Pilar IV.
- O acompanhamento, durante o ano de 2006, de uma antropóloga com trabalho realizado sobre comunidades ciganas, no quadro de mentoria do Projecto “De Mulher para Mulher” da Rede de Jovens para a Igualdade de Homens e Mulheres, apoiado financeiramente pela ex-CIDM, dado que a mentora da referida antropóloga integrava a Parceria de Desenvolvimento. Desse acompanhamento, com reflexos também na elaboração do Livro “Tomar a Palavra”, resultou a redacção da história da AMUCIP e das suas associadas, num contexto que já contribuiu e que continuará a contribuir para a visibilidade da Associação.
- A participação da AMUCIP, da sua Presidente e das suas associadas em diversas iniciativas de entidades públicas e privadas – com a inerente visibilidade, também reforçada pela comunicação social a nível local e nacional, quer dando testemunho da sua experiência, quer animando sessões de formação.

PILAR III

Síntese

Características centrais da acção

Objectivos específicos:

- Reforçar a auto-estima, o empoderamento e as competências pessoais, técnicas e interculturais para a intervenção social de pessoas ciganas e das suas organizações;
- Valorizar as mulheres ciganas como formadoras certificadas, face às comunidades ciganas e face à comunidade maioritária;
- Promover activamente a igualdade de género;
- Reforçar um conjunto de competências necessárias para a interlocução entre pessoas e comunidades ciganas e instituições várias, de natureza pública ou privada;
- Contribuir para autonomia económica das mulheres ciganas, designadamente enquanto trabalhadoras independentes também no sector da intervenção social para apoio à comunidade, e das suas organizações;
- Reforçar as competências de intermediação por parte de mulheres ciganas, não apenas enquanto messageiras entre duas comunidades em que abundam os preconceitos recíprocos, mas enquanto intervenientes activas no processo de mudança social para aprendizagens e vivências compatíveis com os valores dos direitos humanos que subjazem ao Estado de direito democrático e à Constituição da República;
- Demonstrar a necessidade de construir metodologias de formação adaptadas às características do público-alvo, incluindo a cooperação, o diálogo permanente e a negociação entre formadores/as e formandas/os.

Contextualização

Locais onde se realizou:

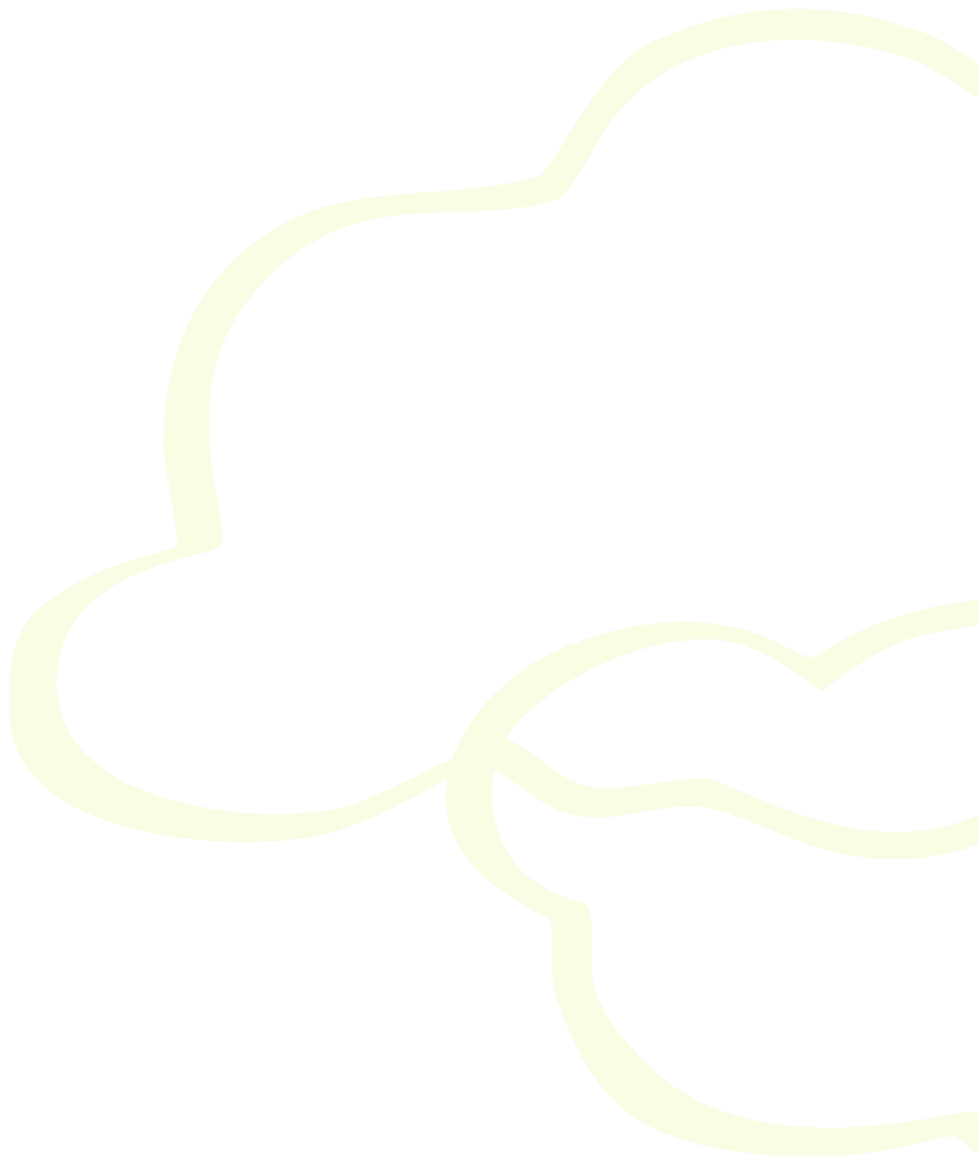
- Curso de Aptidão Pedagógica do IEFP: Centro de Formação Profissional do Seixal
- Formação Específica – Sede da AMUCIP no Bairro da Cucena e, episodicamente, nas sedes dos outros membros da parceria de Desenvolvimento.

Resultados relevantes para a disseminação

- Adaptação, transferível, do Referencial de Formação de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, da autoria do IEFP, a um grupo de formandas/o maioritariamente constituído por mulheres ciganas que integram uma Associação que pretende realizar intervenção social;
- Construção, transferível, de um itinerário de formação específica, e dos inerentes recursos pedagógicos, destinado a uma Associação de mulheres ciganas que pretende realizar intervenção social;
- Constituição de equipas de formadores/as com experiência de formação de mulheres ciganas;
- Demonstração do efeito motivacional para a frequência continuada de outras acções de educação/formação por parte de mulheres ciganas, nomeadamente:
 - 1 mulher cigana, a presidente da AMUCIP, participou no curso de pós-graduação “Saber gerir projectos em parceria”, ministrado pelo ISCTE e financiado pelo Gabinete de Gestão EQUAL;
 - 2 mulheres da AMUCIP encontram-se no fim da Acção 2 do Projecto a tentar obter o 12º ano, através do Programa Novas Oportunidades;
 - 6 mulheres ciganas, todas da AMUCIP, frequentam um Curso de Inglês de Nível I em que se inscreveram 15 pessoas.
- Desenvolvimento de sinergias por parte de pessoas e instituições da comunidade maioritária no apoio a uma Associação de mulheres ciganas que pretende realizar intervenção social.

Número de participantes/beneficiários/as envolvidos/as

- Na tertúlia:
Total 43, em que 32 são ciganos/as:
- H 13, dos quais 12 ciganos
 - M 30, das quais 20 ciganas.



MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



II. UM PROJECTO

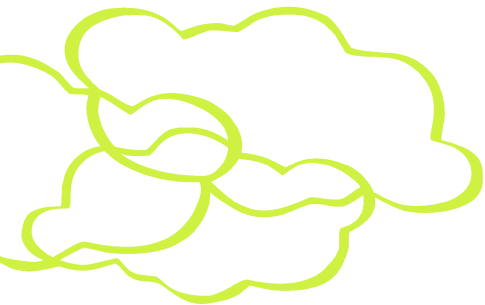
UMA ABORDAGEM INTEGRADA

PILAR IV

CIDADANIA - "FORMAÇÃO AGENTES SOCIAIS", "TERTÚLIAS
DE TROCA DE SABERES" E "INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA"

Projecto
Co-financiado por:





PILAR IV

CIDADANIA - “FORMAÇÃO PARA AGENTES SOCIAIS” , “TERTÚLIAS DE TROCA DE SABERES” E “INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA”

1. ENQUADRAMENTO

“Que conheçam cada cigano, porque nem todos são iguais” - esta é apenas umas das frases ditas quando mulheres ciganas tomaram a palavra no âmbito de uma recolha de testemunhos realizada e publicada pela AMUCIP (AMUCIP, 2006), numa iniciativa absolutamente inédita no nosso País, a que atrás já se fez referência. Neste livro, a AMUCIP dá conta da necessidade de se adoptar um olhar plural sobre pessoas e comunidades ciganas, atentando-se na sua diversidade e heterogeneidade. Como tem sido apontado por estudos neste domínio, “não existe uma etnoclasse cigana, mas sim vários estratos sociais ciganos que comungam, porventura com níveis de participação diferentes, uma mesma etnicidade e assumem uma identidade étnica comum mas que se pode expressar diferentemente “[Machado, in ACIME, 1997:7].

01

Utilizar o termo comunidade no plural¹ tem implícita esta noção confirmada pelo próprio desenvolvimento do Projecto. Nos contactos com vários/as interlocutores/as e na observação de diversas realidades concelhias (Seixal, Beja e Serpa) verifica-se, precisamente, essa pluralidade de vivências: há pessoas ciganas predominantemente sedentarizadas e outras para quem o quotidiano é marcado por uma (semi)itinerância; há famílias realojadas, residindo em habitações de tipologia clássica, ainda que normalmente em locais isolados, com difíceis acessibilidades e que não são servidos adequadamente por transportes públicos, mas mantêm-se a presença de grupos de pessoas e famílias residindo em zonas muito degradadas onde persistem as más condições de higiene e conforto; há pessoas que não conheceram outra actividade económica para além da venda ambulante e outras cuja vida profissional foi inteiramente na agricultura, no exercício de actividades agrícolas de carácter sazonal – em Portugal, mas também em Espanha, em particular na Andaluzia – nas colheitas do morango, do tomate, da laranja ou da azeitona. A estes elementos de diferenciação acresce um outro que assume expressão particular no seio das diferentes comunidades e famílias ciganas, e que é induzido pela dimensão género. De facto, verifica-se uma

¹ Para além da própria pluralidade de definições que dá conta da inexistência de consenso em torno do conceito.

forte predominância de padrões culturais muito marcados por papéis sociais de género, pelo que as vivências, designadamente familiares, e os percursos de vida e de trabalho são muito diferentes para mulheres e para homens ciganos bem como, desde cedo, para meninas e meninos e, sobretudo, para rapazes e raparigas ciganas. Daqui decorre que, quando se fala de pessoas ciganas, há que falar de mulheres e de homens e, mais do que isso, adoptar de forma sistemática uma perspectiva de género que evidencie as desigualdades que os respectivos papéis sociais pré-determinados induzem.

Independentemente dos factores que se podem constituir como elementos de diferenciação, as comunidades ciganas partilham, porém, uma situação de exclusão que, segundo alguns autores (cf. Machado, in ACIME, 1997) assume o carácter de uma exclusão secular. Na esteira de uma história de discriminação e mesmo de perseguição, tanto a nível nacional como da Europa (cf. Comissão Europeia, 2004), as comunidades ciganas são, ainda hoje, afectadas por graves problemas de integração social, económica, cultural e política, e por formas de pobreza extrema, exclusão e discriminação².

A situação que as comunidades ciganas ainda hoje vivem em domínios como a educação e formação, trabalho, habitação e saúde são bem reveladoras do “fosso” entre os direitos legalmente consagrados e as condições efectivas de exercício desses direitos. Importa não esquecer que é, desde logo, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º (Princípio da igualdade), que estabelece que³:

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Também ao nível europeu se tem assistido à adopção de importantes instrumentos legais, no sentido da garantia do respeito pelos direitos humanos das pessoas ciganas, nomeadamente no âmbito do Conselho da Europa, mas também da União Europeia (dos quais é exemplo recente a Directiva do Conselho 2000/43/EC, implementando o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas independentemente da sua origem racial ou étnica).

Por outro lado, o ano de 2007 é o “Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos” e assiste-se ao lançamento da Década para a Inclusão das Pessoas Ciganas,

² Conforme salientado por Odile Quintin, à data Directora-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, na Comissão Europeia, em discurso proferido em 25 de Janeiro de 2005, no Fórum Cigano do Parlamento Europeu.

³ Contudo, importa referir também que, tal como é apontado por estudos feitos neste domínio (cf. Pinto, 2000), no final do século XX subsistia em Portugal um procedimento legislativo discriminatório face às pessoas ciganas – trata-se de um dos artigos do Regulamento da Guarda Nacional Republicana, aprovado em 1985, que permite o exercício de vigilância especial sobre os nómadas por se entender que a sua mobilidade e carência económica favorecem as práticas criminais – havendo uma nítida associação entre pessoas nómadas e pessoas ciganas.

iniciativa que abrange oito países da Europa Central e de Leste e que conta com a participação da Comissão Europeia⁴.

Mas é também a nível europeu, bem como a nível nacional, que se reconhece a relativa inoperância e inefectividade de muitas disposições legais (em relação às pessoas e comunidades ciganas tal como, aliás, em relação a outros grupos sociais em situação de desfavorecimento). As próprias respostas políticas apresentam-se muitas vezes inadequadas e incoerentes, exemplo disso será o facto de que muitos Estados Membros da União Europeia (entre os quais não se conta Portugal), com comunidades ciganas numerosas, as identificarem como um grupo vulnerável e não definirem explicitamente as pessoas ciganas como grupo-alvo dos seus Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (cf. Comissão Europeia, 2004).

Parece, assim, inegável que “as pessoas ciganas ainda não usufruem dos seus plenos direitos enquanto cidadãs da U.E.” (Quintin, 2005). ‘Cidadãos do mundo’, como muitos/as lhes têm chamado, vêem-se excluídos de um conceito de cidadania que “foi construído com base nas sociedades nacionais e os ciganos, ao não participarem nessas sociedades, adquirem uma cidadania feita de exclusão, uma cidadania que fica por cumprir já que não é garantida a equidade que permita quer a melhoria das condições de vida, quer a alteração da subalternidade” (Pinto, 2000:133).

Estas são, por outro lado, comunidades sobre as quais existe um relativo desconhecimento, senão mesmo indiferença do ponto de vista científico. Desde logo, as estimativas da dimensão da população cigana são pouco rigorosas e fidedignas⁵. Na Europa, a população cigana é estimada em cerca de dez milhões de pessoas, embora alguns/mas apontem para os doze milhões. Também em Portugal, a dimensão estimada da população cigana apresenta ampla variação: entre uns números que apontam para vinte/trinta mil pessoas ciganas (cf. Pinto, in Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, 1998) e outros que referem a existência de entre 50 a 100 mil ciganos/as, o que constituirá, aliás, uma das expressões mais claras e frias do relacionamento distante entre as comunidades ciganas e a sociedade geral. O desconhecimento é mútuo, a comunidade geral ignora a cultura dos ciganos e estes ignoram os direitos e deveres que lhes assistem enquanto cidadãos, vivendo num grande isolamento (Bacelar de Vasconcelos, in Montenegro, org., 1999). Também o então Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão, fazia referência a um enorme défice de conhecimento recíproco e de consciência de mútua pertença à cidadania portuguesa (Leitão, in Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, 1998).

⁴ A este propósito, e independentemente das dimensões relativas das comunidades ciganas em presença e dos respectivos problemas específicos, considera-se prejudicial para a situação, o progresso e a defesa de direitos e de interesses das comunidades ciganas em outros Estados membros do Conselho da Europa, incluindo Portugal, que a iniciativa não seja alargada, com os ajustamentos adequados, a todos aqueles Estados onde existem comunidades ciganas.

⁵ O que leva, por exemplo, a Comissão Europeia a apontar a inexistência de dados estatísticos sobre as comunidades ciganas como um desafio político a enfrentar, defendendo a recolha e divulgação de informação estatística oficial de dados agregados sobre estas comunidades (bem como sobre outras minorias étnicas e culturais) (Comissão Europeia, 2004).

“Elas (profissionais de um determinado serviço) não nos deixam falar, falam muito depressa e numa língua que a gente não percebe, é do sotaque” - fala de uma mulher cigana num grupo de discussão realizado aquando do diagnóstico do Projecto.

“Entendem! Eles (os ciganos) só não entendem o que não querem e quando não querem” – observação de uma profissional de um serviço público num grupo de discussão realizado aquando do diagnóstico do Projecto.

O cruzamento das duas frases anteriores dá conta de uma incapacidade para o diálogo, bem como da distância entre as pessoas ciganas e a sociedade em geral e do distanciamento desta e, em particular dos serviços, em relação às pessoas ciganas. É, de facto, o desconhecimento mútuo que impera.

Esta questão não se pode dissociar da estigmatização acrescida de que as comunidades ciganas têm sido vítimas, nos últimos anos, a qual “atinge não indivíduos em particular, mas todo o corpo social, gerando comportamentos hostis e de rejeição por parte das comunidades locais” (Bacelar de Vasconcelos, in Montenegro, org., 1999:14).

Para além de uma associação dos colectivos ciganos à prática de actividade ilícitas está em questão, em particular nos concelhos do Alentejo abrangidos pelo Projecto, o incumprimento, por parte de pessoas ciganas, dos acordos de inserção do Rendimento Social de Inserção, nas áreas do emprego e da educação, bem como a propensão para omitir informação relevante quanto aos rendimentos.

A generalização desta ideia em concelhos envelhecidos e economicamente deprimidos (como é o caso de Serpa) onde a população maioritariamente idosa vive de pensões com valores muito baixos, “apesar de terem trabalhado toda uma vida” cria um sentimento de injustiça face à atribuição do RSI a pessoas que, na sua opinião, “não fazem nada” e se “limitam a viver na dependência dos subsídios”.

Como sublinha o Conselho da Europa na sua página electrónica relativa a pessoas ciganas e nómadas, “parece que a situação difícil em que se encontram numerosas comunidades ciganas e nómadas representa a prazo um risco para a coesão social dos Estados membros” (Nota de abertura § 3).

O papel das autoridades locais, bem como de instituições várias a nível local, reveste-se, assim, de enorme importância, designadamente promovendo ou restando a implementação de políticas desenhadas a nível nacional dirigidas à inclusão social das pessoas e comunidades ciganas (cf. Comissão Europeia, 2004). Tal como sublinhado pelo Comissário para os Direitos Humanos, “em muitos países, observei que as autoridades locais, especialmente aquelas que detêm cargos eleitos, se mostram muitas vezes pouco disponíveis para implementarem medidas propostas no âmbito de programas nacionais com receio de se tornarem impopulares aos olhos da população maioritária, ou por vezes devido às suas próprias atitudes discriminatórias” (Conselho da Europa, 2005).

Essa impopularidade traduz um “sentimento anti-cigano” identificado pela própria Comissão Europeia (2004) como sendo uma realidade presente na maioria, senão em todas, as sociedades europeias, sendo particularmente agudo em alguns países. Por outro lado, em relatório recentemente editado pelo Conselho da Europa, da autoria do Comissário para os Direitos Humanos, Álvaro Gil Robles, reconhece-se uma deterioração desta situação nos últimos anos, “em parte devida aos impactes sociais da transição económica na última década, mas também devida a um clima de intolerância crescente, particularmente evidente desde 2001. Uma nova vaga de atitudes anti-ciganos parece ter emergido em alguns países da Europa Ocidental, com especulações dos media sobre imigração em larga escala de pessoas ciganas da Europa de Leste na sequência do alargamento da União Europeia” (Conselho da Europa, 2005).

E, como o mesmo Relatório refere, estes sentimentos estão de tal forma enraizados que contribuem para a banalização e aceitação generalizadas da discriminação a que as pessoas ciganas são sujeitas: “a discriminação não é uma questão que afecte uma área particular da vida, mas que se manifesta de várias formas na vida pública e privada, e que é frequentemente alimentada por estereotipificação nos media e até nas declarações de responsáveis públicos. Os sentimentos anti-ciganos estão de tal forma enraizados em algumas sociedades que a discriminação contra as pessoas ciganas em áreas como o emprego, a educação, o alojamento ou o acesso aos serviços e equipamentos públicos parece ser geralmente tolerada, e não considerada ilegal” (Conselho da Europa, 2005).

Embora presentes em Portugal há pelo menos cinco séculos, as comunidades ciganas têm conseguido preservar a sua cultura e modo de vida, quase sempre à margem da sociedade, o que terá contribuído para a sua tão vinda exclusão social (cf. Magano e Ferreira da Silva, 2000). Esta cultura forte, marcada entre outros aspectos, por um acentuado ‘viver o dia a dia’, sem investimento no futuro (cf. Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, 1998) ou, por outras palavras, por um modo polícrono de viver os espaços e os tempos (cf. Montenegro, in Montenegro, org., 1999) tem potenciado que a generalidade das pessoas ciganas, apesar da sua crescente diferenciação, se continue “a reconhecer numa identidade cultural assente num código de honra específico, numa língua o ‘caló’, na procura de manutenção de uma identidade própria, face ao não cigano que se procura manter afastado das regras da vida que regem as relações entre os ciganos” (ACIME, 1997:9).

Não se trata de negar ou pôr em questão a identidade e a cultura ciganas, antes sim de lhes dar visibilidade e reconhecimento, de modo a favorecer o diálogo intercultural. “A educação e a consciencialização sobre a cultura e as tradições ciganas são vitais para a prossecução deste objectivo (o de garantir o respeito integral do princípio da não-discriminação), dado que a intolerância é frequentemente gerada por falta de conhecimento. (...) Iniciativas que promovam a interacção entre populações ciganas e

não ciganas são também de enorme importância” (Conselho da Europa, 2005).

Tendo presente quanto precede, o Projecto pretendeu dar um contributo para a melhoria do exercício da cidadania, tanto no que respeita às comunidades ciganas, como à comunidade maioritária, numa perspectiva de que o entendimento e a coesão social exigem respeito, confiança e passos dos dois lados.

Neste Pilar IV, “Cidadania”, procurou-se uma resposta formativa integrada, com uma dimensão formal – o instrumento “Formação para agentes sociais”, que visa responder às necessidades da comunidade cultural maioritária - e uma dimensão informal – o instrumento “Tertúlias de troca de saberes”, que visa responder às necessidades da comunidade cultural minoritária.

O instrumento “Formação para agentes sociais” resulta de reconceptualizações de referenciais de formação desenvolvidos no âmbito de outros projectos EQUAL no domínio da cidadania e da interculturalidade⁶, e traduz-se numa formação em sala com componentes de aprendizagem experiencial no domínio da interculturalidade, para além de dimensões de exploração da intervenção social como componente de desenvolvimento, incluindo a construção de projectos adaptados a cada situação concreta, dos direitos humanos - com focagem na igualdade de género, na não discriminação - acentuando as dimensões da ética, da comunicação e da gestão de conflitos - na diversidade cultural, incluindo a cultura cigana, e no exercício da cidadania. A formação para profissionais de saúde incluiu ainda aspectos específicos, designadamente a análise das questões de natureza cultural que a saúde implica.

O instrumento “Tertúlias de troca de saberes” foi concebido, aplicado e adaptado ao contexto e estilo de vida de pessoas e comunidades ciganas, para atender às necessidades de desenvolvimento de competências relacionais e interculturais, de desconstrução de estereótipos, de aprofundamento da cidadania e da criação de novas respostas para a interlocução entre pessoas e comunidades ciganas e não ciganas. Traduz-se em reuniões informais sobre diversos temas, coordenadas em co-monitoria por elementos da PD do Projecto mas sempre animadas pela AMUCIP, entre agentes e representantes das instituições envolvidas - que participam, em princípio após a formação acima indicada - e pessoas ciganas - que participam sabendo que no grupo estão animadoras ciganas como elas que as encorajam a falar e a expor dúvidas ou reclamações, mas também anseios e propostas de melhoria da vida individual e colectiva - para apresentarem os seus saberes e as suas opiniões sobre o tema em análise e debate, convidando à partilha e ao conhecimento novo, mais do que impondo verdades definitivas.

⁶ Designadamente o ‘Migrações e Desenvolvimento’.

No sentido de dar resposta a necessidades identificadas no decurso da exploração da intervenção social como componente de desenvolvimento, no âmbito da formação para agentes sociais, foi concebida e implementada uma intervenção formativa de carácter não formal, designada “De cigana para cigana”, junto de um pequeno grupo de mulheres ciganas residentes no Bairro das Pedreiras, em Beja.

A resposta de carácter predominantemente formativo desenvolvida no âmbito deste Pilar é complementada por uma dimensão de natureza informativa. Assumindo-se que a informação é condição de cidadania, concebeu-se materiais informativos adaptados às pessoas e comunidades ciganas com vista a promover o seu acesso à informação sobre um conjunto de temas identificados como particularmente importantes:

- Rendimento Social de Inserção;
- Protecção social;
- Educação;
- Saúde;
- Habitação.

A perspectiva de cidadania do Projecto vê-se reforçada pelas frases de sábias mulheres ciganas:

“Que somos todos iguais...O sangue é todo vermelho...A única coisa diferente é a cultura...E se nos conhecêssemos melhor...Talvez não discriminássemos tanto...”

“Que devemos dar um passo, parte a parte, ciganos e não ciganos, e no fundo o que nos diferencia é apenas a cultura...Temos que respeitar os outros, com as nossas diferenças” (AMUCIP, 2006: 83, 86).



2. “FORMAÇÃO PARA AGENTES SOCIAIS”

A “Formação para agentes sociais” surge na sequência da recolha de informação sobre as comunidades ciganas, e respectiva realização de grupos de discussão em torno dessa mesma informação, junto de elementos das Redes Sociais de Beja, Serpa e Seixal. Porquê estes Concelhos? O Seixal porque é o Concelho onde vivem os elementos da AMUCIP e onde a própria AMUCIP tinha expectativas de vir a desenvolver actividades dirigidas à sua comunidade. Por outro lado, o Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, através de uma das entidades da Parceria de Desenvolvimento, a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, contactou um conjunto de Concelhos de Alentejo no sentido de obter informação sobre eventuais processos de discriminação de pessoas ciganas, face ao direito comunitário em matéria de livre circulação de trabalhadores/as, aquando do exercício de actividades agrícolas de carácter sazonal em Espanha. A este pedido de

informação responderam apenas alguns concelhos, que houve que seleccionar face à capacidade de intervenção do Projecto, e dos quais, Beja e Serpa, pretenderam juntar-se às iniciativas do Projecto e, inclusivamente, fazer parte da sua Rede de Acompanhamento. As más condições de vida de uma boa parte das populações ciganas residentes nestes concelhos, a existência de projectos de intervenção que identificam, como população alvo, pessoas ciganas ou ainda a existência de processos de realojamento, já consolidados ou emergentes, como foi o caso de Beja onde, no início do Projecto, uma parte das famílias do Bairro da Esperança foi realojada no Bairro das Pedreiras, são factores que fundamentam uma intervenção social imediata com algumas características de inovação.

A necessidade de intervir, mas de intervir com maior qualidade, com maior capacidade de fundamentação no conhecimento da população, suas especificidades culturais, carências e expectativas; com maior capacidade para delinear estratégias e esperar resultados; com maior competência para o diálogo intercultural, impõe-se sobremaneira em contextos onde as relações entre pessoas ciganas e não ciganas e entre as primeiras e os serviços são negativas e conflituosas, assentes em desconfianças e preconceitos mútuos que não só impedem o diálogo como inibem a vontade - também política - e a competência técnica para a acção. Uma formação especificamente orientada para estas questões torna-se, pois, necessária.

Sendo o Projecto “P’lo Sonho é que Vamos” promovido por entidades exteriores aos Concelhos identificados (à excepção do Seixal, embora mesmo aí apenas a AMUCIP possa ser considerada como uma organização local) considerou-se de grande importância a sua discussão, construção (ainda que parcial) e “aprovação” pelas Redes Sociais concelhias, verificando-se a adequação das preocupações do Projecto aos objectivos dos Planos de Desenvolvimento Social já elaborados e à motivação dos diferentes parceiros. Estas não foram apenas condições enunciadas para a concretização das acções que requeressem um envolvimento directo das organizações locais, mas também um factor favorável à continuidade da intervenção desenhada e à implementação das metodologias preconizadas pelo Projecto, após a conclusão do mesmo.

Para além disso, o facto de o Projecto ter procurado “legitimação” junto das Redes Sociais tem subjacente uma atitude de coerência face ao princípio das parcerias e à sua importância enquanto abordagem metodológica. Garantiu-se, assim, uma maior abrangência ao nível das organizações representadas através da participação das/os suas/seus profissionais na formação, envolvendo-se diferentes domínios de intervenção: autarquias; escolas; serviços de saúde; instituições particulares de solidariedade social; associações de desenvolvimento; serviços da segurança social.

Importa referir, ainda, a preocupação do Projecto em criar um “linguagem” comum a todos os elementos da equipa da Parceria de Desenvolvimento e de transferir conhecimentos para dentro das próprias organizações que a compõem. Assim, alguns módulos de formação, em particular aqueles que versam as questões da Igualdade de Género, da Aprendizagem Intercultural e da Cultura Cigana foram aplicados também aos membros da Parceria de Desenvolvimento e a outros elementos das respectivas organizações, o que significa que se este itinerário formativo se caracteriza por uma abordagem integrada das necessidades reveladas ao nível da competência e capacidade para a intervenção social, em particular junto de comunidades ciganas, ela também pode ser considerada como uma formação modular.

Necessidades que justificam a formação

Considerando os diferentes territórios, as necessidades que justificaram a formação são comuns e decorrem do anteriormente exposto, podendo-se sintetizar na existência de dificuldades de intervenção social junto das comunidades ciganas e na presença de estereótipos que dificultam o diálogo e a proximidade com as comunidades, factores que se constituem como obstáculos sérios a uma intervenção social a uma sociedade mais coesa.

A Finalidade

O referencial da “Formação para Agentes Sociais” deve ser entendido como uma matriz de formação adaptável a qualquer grupo de agentes sociais que intervenha em contextos territoriais com presença de pessoas e comunidades ciganas.

Com esta formação, o Projecto pretendeu promover o reforço das competências técnicas para a intervenção social, bem como o reforço das competências pessoais, relacionais e interculturais de profissionais com vista ao surgimento de novas respostas e atitudes que melhorem a compreensão entre comunidades ciganas e não ciganas e as condições de vida e de exercício da cidadania, por parte das primeiras.

Destinatárias e destinatários da formação

As/os destinatárias/os desta formação foram 61 profissionais dos Concelhos do Seixal, Serpa e Beja, incluindo profissionais do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo (pessoal do serviço social, de enfermagem e pessoal administrativo). A estes acrescem 20 elementos da Parceria de Desenvolvimento e suas organizações.

Futuramente, esta formação pode ser aplicada a outros/as profissionais que exercem a sua actividade em contextos que apresentem o mesmo tipo de necessidades.

O itinerário da formação

A formação contemplou 42 horas de formação de carácter teórico e 30 horas de uma vertente mais prática, para as/os profissionais das Redes Sociais do Seixal, Beja e Serpa. Esta formação foi ministrada em sessões de 6 horas diárias, sendo a sua distribuição pelas semanas diferenciada em função dos grupos e das suas disponibilidades tendo havido, pois, várias modalidades.

Para o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo os conteúdos da formação não só foram adaptados, como a carga horária foi menor – 33 horas realizadas em sessões semanais de 3 horas cada.

A formação foi organizada como formação presencial utilizando-se métodos e técnicas diversificados, de modo a permitir ir ao encontro dos interesses e modelos de aprendizagem das/os destinatárias/os. Privilegiaram-se pedagogias activas como forma de criar um “vai vem” entre a abordagem de carácter mais teórico-conceptual e os problemas concretos que se colocam ao diálogo intercultural e a uma intervenção social integrada.

As sessões realizadas distribuíram-se de acordo com os módulos constantes no quadro seguinte.

MÓDULOS DE FORMAÇÃO – REDE SOCIAL DO SEIXAL, BEJA E SERPA	Nº DE HORAS	MÓDULOS DE FORMAÇÃO – PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO	Nº DE HORAS	MÓDULOS DE FORMAÇÃO – CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO ALENTEJO	Nº DE HORAS
MÓDULO 0 Balanço de Competências	3h				
MÓDULO I O Planeamento da Intervenção Social	21h				
MÓDULO II A Interculturalidade na Intervenção Social	42h	MÓDULO II A Interculturalidade na Intervenção Social	36h	MÓDULO I Direitos Humanos, Igualdade de Género, Não Discriminação e Cidadania	6h
				MÓDULO II Saúde e Interculturalidade	27h
MÓDULO III A Construção de um Projecto de Intervenção Social	6h				

11

Exemplos do planeamento da formação, e dos seus conteúdos programáticos, são apresentados em anexo. No entanto, tendo em conta a inovação introduzida ao nível dos Módulos II - “Interculturalidade na Intervenção Social”, para as Redes Sociais, e “Saúde e Interculturalidade”, para o grupo de formandos/as do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, com a introdução do tema “Cultura Cigana”, inteiramente assegurado pelas formadoras da AMUCIP, o mesmo se apresenta em seguida de forma detalhada.

“Cultura Cigana” - O percurso formativo

- Formadoras: Elementos da AMUCIP
- Tempo mínimo de formação: 9 horas
- Competências a adquirir pelos/as formandos/as:
 - Conhecer alguns factos históricos e actuais relativos às comunidades ciganas em Portugal;
 - Ser capaz de identificar os três elementos comuns à cultura cigana portuguesa.

➤ Conteúdos da formação:

- Bloco 1: Percursos e tradições
- Bloco 2: Educação, trabalho e família
- Bloco 3: Saúde e instituições

CONTEÚDOS	METODOLOGIA E/OU SUGESTÃO DE ACTIVIDADES	RECURSOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS
<p>Introdução: Contacto com várias culturas, adaptação mas diferenciação cultural</p> <p>BLOCO 1: PERCURSOS E TRADIÇÕES</p> <p>I - Conhecer a realidade</p> <p>Alguns factos históricos sobre comunidades ciganas em Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1516: 1ª referência a comunidades ciganas - 1521: Gil Vicente, Farsa das Ciganas - Até 1910: tentativas e expulsão - 1920: Regulamento GNR 'severa vigilância sobre os ciganos' - Após o 25 de Abril: as normas anteriores foram declaradas inconstitucionais pelo Conselho da Revolução 	<p>Método expositivo com apoio de slides (power-point)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Um computador e um data show - Flip-chart - Marcadores coloridos - Tantos exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos quantas as pessoas em formação.
	<p>Exibição do vídeo "Filhos da Estrada e do Vento" Trabalho de grupo – 10 minutos -em função das seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que é que lhe chamou mais a atenção? - Parece-lhe que o que viu ainda se mantém na actualidade? <p>Porta voz de cada grupo apresenta as respectivas conclusões</p> <p>Debate geral</p>	<p>Vídeo "Filhos Estrada e do Vento"</p>

Situação das comunidades ciganas em Portugal - Alguns elementos de caracterização:

- Dimensão da comunidade
- sedentarização - e semi-itinerância, até porque as actividades económicas dominantes continuam a ser a venda ambulante e as actividades agrícolas ambulantes

- 1993: ordem de expulsão de ciganos no prazo de 8 dias pela Câmara de Ponte de Lima

- 2005: Intervenção do ACIME junto de algumas Câmaras no Baixo Alentejo por 'posturas municipais que impedem a permanência no Concelho de ciganos/as por mais de 24h que não residam no Concelho'

Slide de passagem: a situação retratada no filme parece já não corresponder à realidade dominante nos dias de hoje: "Mais de 90% das pessoas e famílias ciganas encontram-se hoje sedentarizadas registando-se uma progressiva transição dos acampamentos para bairros de lata das periferias urbanas e destes para bairros de habitação social, constituídos por prédios e vários andares. Contudo, uma parte significativa continua a ser semi-itinerante, até porque as actividades económicas predominantes são a venda ambulante e actividades agrícolas sazonais."

Método expositivo com apoio de slides (power-point)

Utilização de citações do livro da AMUCIP
Pedir a 1 ou 2 formandas para ler uma das mulheres pág 30 - 81 anos viúva

Livros para as formandas
"Tomar a Palavra"

II – Reflectir sobre a realidade

Apresentar o 1º tema “Pedir e dar as leis”:

- contrários oficiais porque houve uma lei que foi chamada a decidir

O que a família perde: todos os familiares próximos correm perigo de morte por vingança, normalmente até aos primos em 1º grau, se forem homens. Têm que sair das suas casas – ir para longe dos ofendidos – ou mesmo do país; perdem as bancas

As mulheres primas em 1º grau da pessoa que matou: Não as querem ver, podem ir às vendas, nem a festas ciganas

Exercício “Sr. João e Sr. José” 10 minutos de trabalho em grupo

Método expositivo com apoio de slides:

“As desavenças” (corporais, fornecedores)

“Quando existe morte” (“Quem mata deixa de ter lei” – a comunidade não aprova a morte)

Chamar a atenção das formandas para os efeitos destas leis, designadamente no realojamento e na necessidade de itinerância

Slide: “Quando existem danos físicos menos graves entre ambas as partes, aí sim, é pedido 1 tribunal cigano composto pessoas mais velhas que tenham estas características:

- serem homens;
- terem credibilidade na comunidade cigana (não se tenha envolvido em negócios de droga, que seja de família com prestígio, percurso de virtude: não altera a verdade dos factos ao sabor as suas conveniências);
- serem pessoas muito correctas;
- serem valentes”

Slide: “Como funciona o tribunal cigano” vão pelo lado que seja justo

Slide: “quem pede lei e não a cumpre nunca mais na sua vida virá ter a ajuda dos mais velhos”

Levar 20 fotocópias do texto “Sr. João e Sr. José”

	<p>Quem organiza as festas tem que ter em atenção os contrários</p> <p>Contrários não oficiais – sem danos físicos; apenas palavras ofensivas Não há lei. Os interessados afastam-se por sua iniciativa</p> <p>“A lei na comunidade cigana baseia-se na palavra”</p> <p>Livro “Tomar a palavra” Mensagem aos ciganos pág. 81, casada 40 anos</p>	
<p>Apresentar o 2º tema “O luto”: - os mais chegados – família de origem (traje que esconda toda a beleza) não ver televisão, não ir ao cinema, não comer carne, não ir a festas, não ir ao café Não corta mais barba e cabelo, durante o resto da vida.</p> <p>“Os meus familiares não são menos que os outros”</p> <p>Explicar a evolução O que se mantém: - 1 e 2 e Novembro – finados tirados para viver com os mortos</p> <p>Lutos alteraram-se nas zonas urbanas do litoral, o que tem a ver com a sedentarização e com as exigências do trabalho.</p>	<p>Fotografias do luto</p> <p>Chamar a atenção das formandas para as obrigações dos ‘finados’ e no Natal (3 dias 24 – consoada – 25 – dia da carne; 26 – dia do rapa) – ir para o cemitério o dia todo</p>	
<p>Apresentar o 3º tema “O casamento”: - Referir a organização da festa: lista de convidados; banquete de padrinhos; música tradicional; pedido aos convidados para a lua de mel</p>	<p>Método expositivo com apoio de slides (power-point)</p> <p>Fotografias de casamentos: . recentes (em DVD); . casamento do Flores.</p>	<p>Livro “Tomar a Palavra”</p> <p>Portátil ou Leitor de DVD Data-show ou TV</p>

BLOCO 2: EDUCAÇÃO TRABALHO E FAMÍLIA

A educação das crianças na comunidade cigana

A educação em contexto familiar

A escola na educação das/os ciganas/os

Dificuldades de inserção das crianças ciganas na Escola - Alguns factores

Método expositivo com apoio de slides (power-point) e de citações

Slide1:
Educação com regras e papéis em função do género

Slide2:
Referir a educação das crianças em contexto laboral; liberdade; educação com regras diferentes dos não ciganos

Slide3:
Referir a não valorização da escola; responsabilidades familiares; nomadismo; casamento e maternidade precoces

Slide 4:
Fotos: Crianças com as famílias na venda

Slide 5:
Integração escolar de crianças ciganas - algumas dificuldades

Dinâmica da Bola

Slide 6:
Reflexão:
- Discussão da dinâmica (como se sentiram face ao desconhecimento dos códigos utilizados)
- Percursos escolares – de mulheres ciganas.

Trabalho de Grupo:
Identificação de citações do livro da AMUCIP
3 subgrupos - casadas, viúvas e solteiras
Leitura dos testemunhos

Slides (power-point)

Data-show

Portátil

Bola

Livro "Tomar a palavra"
pág.56-62

Propostas na perspectiva de uma escola intercultural

Slide 7:

Caminhos a seguir para uma escola mais inclusiva:
Referir a formação para a interculturalidade dirigida a técnicas/os;
Realização de actividades extra-curriculares para a interculturalidade;
Promoção da figura do/a mediador/a;
Formação para o associativismo

Slide 8:

O Porquê das propostas?

A mediação enquanto promotora da confiança entre comunidades;
A actividades culturais como ponte para as jovens ciganas retomarem a escola;
O associativo enquanto gerador de mudança de mentalidades.

Slide 9:

Fotografias de actividades no Espaço

Trabalho na comunidade cigana – passado, presente e futuro

Método Activo com apoio de testemunho escritos

Slide 10:

Pergunta - O que pensa o grupo em relação às expectativas que a comunidade cigana tem sobre o trabalho?

Conversa aberta sobre o mercado de trabalho

Trabalho de Grupo:
Utilização de citações do livro da AMUCIP
3 subgrupos - casadas, viúvas e solteiras.
Identificação de testemunhos

Livro "Tomar a palavra"
pág.45-55

BLOCO 3 SAÚDE E INSTITUIÇÕES

sobre as profissões
(desenvolvidas ou sonhadas)

Discussão sobre as expectativas da comunidade cigana e as da comunidade maioritária:

- O que é igual e o que é diferente;
- Obstáculos à sua concretização

Método activo com recurso a um jogo

Trata-se de um jogo com 35 questões sobre a forma como a comunidade cigana se posiciona face à saúde e às suas instituições.

Divide-se o grupo em 2 ou 3 equipas, de acordo com o número de pessoas. Cada grupo lança o dado e vai seleccionando as questões correspondentes.

Cada questão tem uma opção de escolha perante duas ou três possíveis, sendo a resposta correcta identificada pelo som de aplausos e a errada pelo som de uma explosão.

Sempre que a equipa acertar, avança uma casa no tabuleiro, sendo a equipa vencedora aquela que chegar ao final em primeiro lugar.

Jogo interactivo de perguntas e respostas (apresentação em power point)
Dado
Retroprojector
Pinos (um por equipa)
Jogo da Glória

Dificuldades encontradas e estratégias de superação

Embora o Projecto tivesse accionado um conjunto de estratégias de mobilização das/os participantes, não há dúvida que a maior dificuldade na implementação da formação foi a assiduidade das/os formandas/os, embora, apesar disso, este não fosse um problema sentido da mesma forma nem com a mesma intensidade em todos os grupos.

O horário da formação, a distribuição da carga horária e a identificação dos dias para a realização da formação foram definidas pelos grupos; as deslocações foram feitas pela equipa de formação. À partida, não haveria razões fortes para a não verificação de uma assiduidade a 100%. No entanto, embora a formação tenha sido gratificante para as/os participantes, tal como se pode verificar pelos comentários verbais e avaliações escritas, constata-se, ainda, uma débil valorização desta vertente de trabalho, sobretudo por parte das organizações que, embora “libertando” as/os suas/seus profissionais para que as/os mesmas/os pudessem participar, não se coíbem, simultaneamente, de reclamar a sua presença, nos dias marcados para a formação, para determinadas actividades ou tarefas, independentemente da existência, ou não, de um carácter de urgência associado.

93% das/os formandas/os foram mulheres e apesar de, em zonas como Beja e Serpa, sobretudo, as distâncias casa / trabalho / casa não serem tão significativas como nas grandes zonas urbanas, traduzem-se em contextos onde as dificuldades de conciliação trabalho / família atingem particularmente as mulheres.

Tal como o diagnóstico inicial tinha apontado, os estereótipos sobre pessoas pobres e excluídas, a predominância de imagens negativas sobre as mesmas, quase numa concepção de “feio, porco e mau”, verificou-se de um modo transversal aos diferentes grupos de formação e acentuou-se por relação às populações ciganas.

Não sendo propriamente uma dificuldade para a formação, na medida em que a desconstrução destas ideias era um dos seus objectivos, importa aqui evocar o facto dado que este implica que sejam equacionados limites para este tipo de formações quando se prevê que elas não possam assumir um carácter contínuo.

Uma outra questão prende-se com a dificuldade de boa parte dos/as profissionais das áreas ditas sociais se considerarem como agentes de mudança: não só de mudança social, fazendo-se, a este nível, sentir um grande sentimento de desempoderamento e limitação na intervenção profissional - “O que é que nós podemos fazer” - mas também de mudança pessoal. Não é só uma certa inércia “natural” que proporcionará uma atitude de acomodação, mas igualmente a dificuldade em considerar as exigências da mudança em termos pessoais e profissionais, escudando-se frequentemente nas incapacidades de mudança das organizações onde trabalham. Para além da inequívoca urgência das mudanças organizacionais a certos níveis - como por exemplo, ao da

efectivação de práticas de parceria que frequentemente não passam de intenções - há também que olhar à atitude de cada um/a⁷.

Em meios relativamente pequenos como é o caso de Serpa e de Beja, onde todos/as se conhecem, o controlo social é, ainda, uma realidade significativa. Associada a esse controle está, muitas vezes, a veiculação de informações erróneas que em situações extremas são geradas até pelo pessoal dos correios. Essas informações podem dizer respeito, por exemplo, aos valores dos vales recebidos da prestação do Rendimento Social de Inserção que, sendo considerados por si, sem o conhecimento da dimensão do agregado familiar e das condições e fórmulas de atribuição da prestação, geram sentimentos de injustiça quando comparados com os valores das pensões das pessoas idosas. Com tudo isto as/os profissionais são confrontadas/os sem que tenham, em todos os casos, uma boa capacidade para “desmontarem” tais

informações, o que foi discutido em contexto de formação.

Não sendo transversal a todos os contextos, consideram-se, no entanto, quatro obstáculos maiores à formação, não na perspectiva do seu desenvolvimento, mas no sentido da continuidade das propostas desenhadas no âmbito do módulo 3:

- A dificuldade de considerar as pessoas em situação de exclusão e, em particular as pessoas ciganas, como sujeitos de direitos.
- O abandono a que algumas das comunidades se encontram votadas; a dificuldade em criar soluções integradas e de qualidade para certos problemas, nomeadamente para problemas habitacionais, evocando-se custos financeiros associados e ignorando-se os custos sociais, são sintomáticos.
- A ausência de uma noção de serviço em algumas/alguns profissionais o que inibe o relacionamento e a proximidade.
- A fragilidade de algumas parcerias locais, mais centradas na vida das instituições e nos conflitos inter-institucionais, do que na sua capacidade de agir e de promover mudança e bem estar.

Resultados e mais valias

Apesar das dificuldades enunciadas, na formação participaram assiduamente 61 pessoas, das quais 56 mulheres e 5 homens. Para além destas, 25 elementos da Parceria de Desenvolvimento e suas organizações (3 homens e 22 mulheres, das quais 6 mulheres ciganas) tiveram formação em Igualdade de Género e Interculturalidade.

⁷ Numa das actividades da formação – jogo de papéis – representou-se o caso de uma mulher cigana, recentemente realojada, que agredia fisicamente um elemento da vereação de uma das câmaras envolvidas no Projecto. Ora, contrariamente ao que corria, o elemento da vereação confirmou que, de facto, não houve agressão.

A formação teve uma avaliação muito positiva por parte das/os participantes, nomeadamente a três níveis: pelos conhecimentos cujo acesso foi facilitado; pela capacidade de reflexão que proporcionou; e pela potencialidade de aplicação dos mesmos:

- “A formação possibilitou melhor compreensão dos fenómenos da exclusão social, a necessidade de realizar uma intervenção que salvasse e promova o bem-estar do público-alvo” (Seixal).
- “Deu-me mais segurança para trabalhar no terreno com situações de pobreza e exclusão social, bem como com várias situações das comunidades ciganas face à exclusão social” (Beja).
- “Quando planificar acções ter sempre presente a coerência entre os objectivos e as actividades a realizar, assim como as estratégias a utilizar” (Beja).
- “A utilização do planeamento; A utilização das técnicas de recolha de informação” (Seixal).
- “Na forma como prestamos auxílio e damos atendimento. Se tivermos sempre em mente que existe uma razão para a forma como o outro age e fala, talvez devido à sua cultura ou formação, usando empatia e respeito com certeza que faremos um trabalho melhor e mais profissionalizado” (Seixal).
- “Colocarmo-nos no lugar do outro para melhor compreender o seu ponto de vista e para melhor intervir” (Seixal).
- “Vem acentuar o respeito que devemos ter pelos outros, independentemente da cultura” (Seixal).
- “Maior sensibilidade à área da Igualdade de Oportunidades, ajustando a intervenção sempre que necessário” (Beja).
- “Na relação com os utentes e na introdução de novas estratégias de trabalho” (Serpa).
- “O melhor conhecimento da cultura cigana irá com certeza servir para desmontar preconceitos e ajustar a intervenção às particularidades desta etnia” (Seixal).
- “Através dos conhecimentos adquiridos sobre a cultura cigana compreende-se melhor alguns dos comportamentos adoptados, nomeadamente em contexto institucional” (Beja).
- “A forma de interagir com as mulheres ciganas” (Serpa).
- “Mudanças a nível de atitude enquanto interlocutor no momento de intervenção e face ao público” (Seixal).
- “Uma intervenção «mais pensada», preparada e organizada”.
- “Reflectir mais sobre a gestão dos conflitos, a contenção dos mesmos, de forma a adequar estratégias de intervenção social mais apropriadas às necessidades dos utentes” (Beja).

- “Reflectir sobre a nossa prática profissional, interiorizando os conceitos teórico/práticos” (Seixal).
- “Maior facilidade em fazer uma auto-reflexão e, conseqüentemente, um aumento da capacidade de intervir no conjunto das práticas sociais” (Seixal).
- “Sem dúvida, aprendizagem: do diagnóstico, planificação da acção, delinear objectivos «bem», avaliar e reflectir” (Seixal).
- “Auto-conhecimento, ferramentas de avaliação e necessidade de avaliação contínua da acção” (Seixal).
- “Conhecimento da cultura cigana e metodologias e investigação-acção” (Seixal).
- “Alguns conteúdos foram de extrema importância, na medida em que possibilitaram «parar para pensar» e rever algumas matérias pertinentes para a intervenção social” (Seixal).
- “Aquisição de novos instrumentos de trabalho, nomeadamente de avaliação” (Seixal).
- “Relacionamento com o outro, reflexão continuada, importância da articulação inter-institucional” (Seixal).
- “Permitiu-me equacionar algumas formas de analisar os problemas e reequacionar novas formas de o fazer” (Seixal).
- “A nível de conteúdo técnico/planificação; maior conhecimento da cultura cigana” (Beja).
- “A cultura cigana analisada do seu próprio interior” (Beja).
- “A diversidade cultural e interculturalidade” (Beja).
- “Cultura cigana; Projecto de intervenção construído no âmbito da formação” (Beja).
- “A Acção contribuiu para melhorar a minha prática de intervenção nos bairros (Esperança e Pedreiras)” (Beja).
- “Maior conhecimento e sensibilização para as questões da etnia cigana” (Beja).
- “Abordagens diferentes sobre os métodos e técnicas de intervenção social, facilitadores dessa intervenção” (Serpa).

A formação previa, no âmbito do módulo 3, o desenho de pequenos projectos de intervenção local, por parte dos grupos de formandos/as, a serem acompanhados pelo Projecto. Apesar das dificuldades anteriormente referidas, a adesão a este desafio foi grande e, assim, surgiu:

- No Seixal, um projecto para a mediação junto das escolas onde a presença de crianças ciganas é mais significativa, bem como junto de serviços da Câmara Municipal, onde a AMUCIP desempenhará um papel determinante.
- Em Serpa, programou-se um conjunto de tertúlias temáticas que foram

implementadas, em parceria com o Projecto Escolhas “Escola Intercool”, ainda durante o desenvolvimento do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, com acompanhamento da equipa, conforme ponto seguinte.

- Em Beja, elaborou-se um projecto de intervenção para o Bairro das Pedreiras, a partir da intervenção de várias entidades parceiras. No âmbito deste projecto para as Pedreiras, saliente-se a actividade “De Cigana para Cigana”.

“De Cigana para Cigana”

“De Cigana para Cigana” traduz-se num conjunto de sessões de formação - de carácter não formal, organizada em sala, de forma presencial, com a realização de uma actividade no exterior - junto de um pequeno grupo de mulheres ciganas do Bairro das Pedreiras, em Beja, na perspectiva do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, fundamentais não só para uma potencial empregabilidade, mas também para o exercício da cidadania, numa perspectiva de igualdade de género.

Como objectivo de trabalho havia, ainda, o de reforçar a capacidade de intervenção da própria AMUCIP, junto da sua comunidade, orientação essa, transversal a vários pilares do Projecto.

As destinatárias deste trabalho foram cinco mulheres ciganas, residentes no Bairro das Pedreiras, em Beja, com as quais se procurou trabalhar competências como a auto-estima e a auto-confiança e a consciência de si própria enquanto pessoa.

Foi um trabalho assente numa metodologia que parte das experiências pessoais e privilegia a reflexão sobre o que pode mudar, nas próprias participantes – nós - e no que as – nos - rodeia.

As sessões realizadas desenvolveram-se em torno dos seguintes temas:

- Apresentação da actividade e das intervenientes;
- Identificação de competências: “o que mais gostamos de fazer; onde somos boas?”;
- Reflexão sobre “a nossa cultura cigana: continuidades e rupturas”;
- “A nossa preocupação pelo bairro: como melhorá-lo?”;
- “Ser cigana e estudar”;
- “Sair do bairro: preparação e realização de uma viagem”.

A participação das entidades parceiras locais verificou-se a vários níveis, desde a preparação conjunta das sessões, até ao apoio logístico fundamental à realização das mesmas.

A responsabilidade de preparação e realização destas sessões foi assumida conjuntamente pela AMUCIP e pelo CESIS, cabendo a uma das mulheres da AMUCIP a sua animação e dinamização.

3. “TERTÚLIAS DE TROCA DE SABERES”



As ‘Tertúlias de troca de saberes’ consistem em sessões de carácter informal, entre agentes sociais e/ou representantes de instituições várias e pessoas ciganas, numa lógica de partilha de conhecimentos e de apresentação mútua de opiniões sobre um determinado tema. Estas sessões são dinamizadas em co-monitoria por elementos da PD do Projecto mas sempre animadas pela AMUCIP.

Trata-se de momentos de troca de saberes entre pessoas das comunidades ciganas e não ciganas, numa perspectiva de “igual para igual”, nas quais se procura criar um clima de confiança e de debate transparente, numa perspectiva de liberdade e de diálogo intercultural.

As “Tertúlias de troca de saberes” visam atingir os seguintes **objectivos gerais**:

- Reforçar a coesão social e o exercício dos direitos humanos, respondendo ao apelo das organizações internacionais, nomeadamente no “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos” e do “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”;
- Melhorar as condições para a compreensão, o bom entendimento e o reforço da confiança entre todas as pessoas, independentemente da sua cultura, respeitando a diversidade e as várias formas e estilos de vida;
- Melhorar a comunicação e o entendimento entre pessoas e comunidades ciganas e não ciganas.

Pressupõem ainda a prossecução dos seguintes **objectivos**, de carácter mais **específico**:

- Desenvolver o gosto pela participação em debates “de igual para igual” tanto em pessoas ciganas, particularmente mulheres, como em agentes de instituições públicas e privadas;
- Melhorar as condições para a compreensão e o exercício da cidadania por parte das pessoas ciganas, incluindo as várias dimensões dos direitos humanos de natureza civil, política, económica, social e cultural, e a dimensão dos deveres inerentes à vida em sociedade num Estado de direito democrático;
- Melhorar as condições para a concretização da igualdade de género nas comunidades ciganas, incluindo o domínio da educação, do trabalho e da conciliação da actividade profissional e da vida pessoal e familiar;

- Aprofundar o conhecimento recíproco e mudar atitudes tradicionais muito pautadas pela desconfiança, pelo azedume e mesmo pela rejeição.

O estabelecimento de parcerias como pressuposto de uma cultura de diálogo intercultural

A implementação desta prática implica o envolvimento activo de um conjunto de pessoas e entidades. A partilha de objectivos, responsabilidades e execução de tarefas é essencial para a concepção e implementação das Tertúlias, nas suas diversas etapas.

Desta forma, e ainda que se verifiquem algumas variações, de acordo com o local e a temática, foi sempre necessário mobilizar um conjunto de recursos humanos e materiais, afectos a um conjunto de entidades, do sector público e privado, que funcionaram como uma equipa única. A saber:

- Centro de Saúde do Seixal;
- Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, E.P.E. (que, entretanto, integrou a PD);
- Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança (Beja);
- Câmara Municipal de Beja;
- Câmara Municipal de Serpa/Projecto “Escola Intercool” (Programa Escolhas);
- Projecto “Eurorromí” (parceiro transnacional do Projecto).

De uma forma pontual, e de acordo com as temáticas em discussão, as tertúlias contaram ainda com a participação de outras entidades, enquanto convidadas e intervenientes em determinadas sessões, como é o caso do Centro de Emprego do Seixal, da Câmara Municipal do Seixal, da EB1 do Casal do Marco e da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Nas diferentes Tertúlias estiveram presentes mulheres e homens ciganas/os dos Bairros da Cucena, Arrentela e Montijo (Concelho do Seixal), dos Bairros das Pedreiras e Esperança (Concelho de Beja) e dos Bairros da Canada e Telheiro (Pias – Concelho de Serpa).

As instituições e técnicas/os envolvidas/os nas Tertúlias, participaram, na sua maioria, como atrás referido, na “Formação para agentes sociais”, tendo, assim, já tido oportunidade de desenvolver um conjunto de competências para o diálogo intercultural, para o que concorreram fundamentalmente alguns dos objectivos que nortearam esta formação. A saber:

- Desconstruir estereótipos em relação às pessoas em situação de exclusão, e em particular em relação às pessoas das comunidades ciganas;
- Contribuir para a adopção de um conceito comum de inserção; e
- Desenvolver competências técnicas para o empoderamento.

As Tertúlias permitiram, assim, mobilizar, por parte de todas/os as/os participantes, mas em particular dos agentes sociais, um conjunto de competências técnicas e pessoais para a eliminação de estereótipos, para o aprofundamento do exercício da cidadania, o bom relacionamento recíproco entre pessoas e comunidades, independentemente das respectivas pertenças culturais e estilos de vida.

Por parte de quem dinamiza, mobilizam-se competências individuais, relacionais e interculturais para novas respostas que melhorem a compreensão entre comunidades ciganas e não ciganas.

Por parte de quem faz a mediação entre participantes e agentes de dinamização, verifica-se um reforço de competências individuais, relacionais e interculturais para a intervenção social e a mediação cultural.

Princípios metodológicos de implementação das Tertúlias

Uma das dimensões mais inovadoras do projecto “ P’lo Sonho é que Vamos” terá sido a criação de condições de confiança e troca entre a comunidade cigana e não cigana, o que pressupõe conhecimento, reconhecimento e vontade de compreender a posição que nos é estranha para que, passo a passo, respeitadamente, sem paternalismos nem reservas, um dum lado outro do outro, nos pudéssemos encontrar a meio caminho.

Para que seja possível o desenvolvimento de competências para um saber viver bem em conjunto, procurou-se utilizar metodologias ajustadas às culturas com que setrabalhou, partindo dos seguintes pressupostos:

- apostar no convite à participação através de contactos pessoais prévios junto das/os participantes sinalizadas/os;
- simultaneamente, centrar a divulgação na utilização da imagem, através da elaboração de um folheto/convite⁸;
- definir previamente o tipo de linguagem utilizada nas apresentações, com as entidades parceiras envolvidas na dinamização das tertúlias, de forma a que seja compreendida e de fácil discussão, por parte de uma comunidade pouco escolarizada ou mesmo iletrada;
- ter disponibilidade e flexibilidade para se adaptar às oscilações dos horários acordados com as/os participantes da comunidade cigana;
- ser-se positiva/o face aos obstáculos identificados e criativa/o na sua resolução;
- prever sempre a necessidade de transporte para as/os participantes da comunidade cigana;

⁸ Exemplos em anexo.

- prever sempre a existência de um espaço contíguo e recursos humanos para a guarda das crianças das/os participantes da comunidade cigana;
- utilizar uma metodologia de dinamização das sessões centrada no papel da AMUCIP, enquanto descodificadora das linguagens utilizadas pela comunidade cigana e não cigana;
- avaliar as sessões de forma a identificar com as/os participantes novos temas a debater e aspectos a melhorar;
- assumir as Tertúlias como um espaço de convívio e de troca de conhecimentos em que todas/os têm um espaço para ser ouvidas/os e em que se encoraja a participação nos processos de decisão que lhes respeitam.

As Tertúlias, os temas e as razões de tais temas

Tendo presente os objectivos atrás definidos, nas Tertúlias são abordados aspectos da cidadania, entendida como um conjunto de direitos e deveres de pessoas com igual dignidade humana, partindo sempre de questões e problemas muito concretos, relacionados com o quotidiano das pessoas envolvidas.

Temáticas de enquadramento:

- Conciliação da actividade profissional e da vida pessoal e familiar;
- Oportunidades de formação e de trabalho para pessoas ciganas em Portugal e no estrangeiro;
- A não discriminação, a educação, o percurso escolar de crianças, adolescentes e jovens rapazes e raparigas das comunidades ciganas;
- A saúde, designadamente materno-infantil;
- A diversidade de estilos de vida no quadro dos direitos humanos - A organização dos serviços públicos, incluindo a dos hospitais e dos serviços de saúde.

Partindo destas temáticas, enquanto linhas orientadoras, foram definidos vários assuntos, de acordo com os contextos de intervenção. Assim, os temas das Tertúlias que decorreram no Bairro da Cucena, dinamizadas pela AMUCIP, foram definidos a partir do trabalho de intervenção que foi sendo desenvolvido com as crianças e famílias utilizadoras do “Espaço para Apoio à Conciliação”, sendo estas famílias, e em particular as mães, as suas principais destinatárias:

1. Acesso das mulheres ciganas à educação⁹;
2. A qualidade de vida no nosso Bairro;
3. Trabalho e formação profissional;

⁹ No âmbito da Actividade Transnacional Portugal/Espanha-“Tertúlias Latinas”, em cujo decurso teve ainda lugar uma tertúlia em Granada com a participação de mulheres e homens ciganas/os e não ciganas/os de Espanha e de Itália, subordinada ao tema “O acesso de mulheres ciganas à formação e ao emprego”.

4. A escola e o Espaço para Apoio à Conciliação – Balanço;
5. A importância da escola no Bairro da Cucena;
6. Ciganas: o saber não ocupa lugar.

No caso da Tertúlia sobre “Trabalho e formação profissional”, a participação acabou por ser alargada a outras áreas de residência, dado o interesse demonstrado pela comunidade cigana em conhecer as saídas profissionais e ofertas de formação disponíveis e capazes de corresponder às suas necessidades específicas.

As Tertúlias dinamizadas pelo Centro de Saúde do Seixal surgiram na sequência do trabalho que este Centro já vinha a desenvolver com a população do Bairro da Cucena, no âmbito do Projecto “Saúde sobre Rodas”, tendo surgido o interesse mútuo em potenciar esta intervenção e em estreitar ainda mais a relação já estabelecida com a população, em especial com as mulheres, através da realização destas “conversas” sobre saúde materno-infantil e cuidados primários de saúde.

Nesse sentido, realizou-se uma primeira tertúlia para apresentação da parceria entre os dois projectos e para identificação dos temas que as mulheres ciganas abrangidas pelo Centro de Saúde do Seixal gostariam de abordar, sendo as destinatárias centrais destas sessões, as mulheres do Bairro da Cucena, da Arrentela e do Seixal.

As sessões seguintes foram, pois, organizadas em função dos resultados desta primeira tertúlia:

1. Temas a abordar com o Centro de Saúde;
2. Consultas de vigilância da mulher: gravidez e pós-parto; contracepção e doenças sexualmente transmissíveis;
3. Consultas de vigilância da criança e vacinação;
4. Higiene oral, corporal e habitacional.

Inicialmente, estava previsto que estas tertúlias tivessem lugar nas instalações do Centro de Saúde do Seixal, como forma de fomentar uma relação de maior proximidade entre utentes e serviço de saúde. No entanto, face à dificuldade demonstrada pelas mulheres em conciliarem as suas tarefas domésticas e familiares com a deslocação ao Centro, optou-se pelo espaço da AMUCIP, pela maior proximidade de suas casas.

Da mesma forma, as Tertúlias com dinamização a cargo do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, E.P.E., sobre diferentes temas ligados à saúde materno-infantil, surgem com o objectivo de facilitar uma relação de proximidade, confiança e cooperação entre os serviços deste Hospital e as/os suas/seus utentes ciganas/os. Algumas destas tertúlias tiveram lugar no espaço do próprio Hospital, ajudando a humanizar a sua imagem aos olhos destas comunidades; outras decorreram no

Bairro da Esperança e no novo Bairro das Pedreiras. Os temas tratados foram os seguintes:

1. Para que servem as tertúlias?;
2. Conversas sobre a gravidez;
3. A vacinação;
4. Doenças de Mulher.

Posteriormente e ainda que não previstas inicialmente, realizaram-se também duas Tertúlias em Pias, dinamizadas pela AMUCIP. Estas sessões surgiram na sequência de uma solicitação do Projecto Escolhas “Escola Intercool”, promovido pela Câmara Municipal de Serpa e coordenado por um dos elementos que participou na formação para agentes sociais da Rede Social de Serpa, e que face ao conhecimento deste trabalho já desenvolvido nos outros locais, identificou as Tertúlias como uma boa prática a ser replicada junto das comunidades ciganas e não ciganas residentes em Pias, numa perspectiva de aproximação e respeito mútuo. Os temas foram os seguintes:

1. Entre culturas;
2. A importância da escola para as crianças de Pias.

A preparação, organização e divulgação das Tertúlias

Tendo em conta as pessoas e entidades em presença, as “Tertúlias de troca de saberes” foram pensadas de forma a que:

- As instituições participassem, aproximando-se para apresentarem os seus saberes e necessidades, convidando à partilha e ao conhecimento novo, mais do que impondo verdades definitivas;
- As pessoas ciganas participassem, sabendo que no grupo estão outras pessoas ciganas como elas, que as encorajam a falar e a expor dúvidas ou reclamações, mas também saberes, necessidades, anseios e propostas de melhoria da vida individual e colectiva.

Neste sentido, e como já foi referido, esta prática exige um trabalho prévio de preparação, organização e divulgação, efectuado por uma equipa mais ou menos alargada, que culmina com a realização da Tertúlia, tendo sempre presente o conjunto de pressupostos atrás definidos.

Podem-se identificar as seguintes fases deste processo, podendo verificar-se algumas variações, de acordo com o contexto:

- Realização de reunião(ões) com a equipa envolvida no processo
- Identificação do local de realização da Tertúlia

- Elaboração de folheto de divulgação da Tertúlia
- Divulgação da Tertúlia e convite à participação, junto dos grupos destinatários
- Transporte das/os destinatárias/os das comunidades ciganas
- Guarda das crianças
- Identificação, compilação e/ou elaboração dos materiais audiovisuais a utilizar
- Recolha de som e imagem
- Recolha de informação para avaliação
- Dinamização da sessão
- Mediação da sessão
- Recepção de intervenientes e organização de lanche de encerramento
- Concepção e entrega de brindes.

É na(s) reunião(ões) preparatórias, com a equipa envolvida no processo, que é definido o tema a abordar e que, em função disso, são definidas as tarefas a desempenhar por cada uma das pessoas e entidades, utilizando-se para o efeito um guia orientador de preparação das Tertúlias¹⁰; esta equipa poderá vir ainda a ser alargada, de acordo com a logística programada. Nos casos em que a dinamização da Tertúlia é da responsabilidade do Centro de Saúde do Seixal ou do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, é reforçada a importância da adaptação às pessoas e comunidades ciganas dos materiais audiovisuais e da linguagem a utilizar.

É igualmente nesta fase que se identifica o local de realização da Tertúlia, tendo ocorrido algumas alterações estratégicas face ao inicialmente previsto. Tal aconteceu com o Centro de Saúde do Seixal e o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, tendo-se optado, nalguns casos, por levar as Tertúlias aos bairros onde residem as pessoas ciganas em vez de levar estas aos serviços, como era intenção inicial, dado que a distância entre estes locais e os de a residência ter sido identificada como um obstáculo à participação.

Foi também nesta fase, que se fez uma primeira aproximação às comunidades ciganas residentes em Pias, com o objectivo de reconhecimento e relacionamento mútuos, e durante a qual o Projecto e essencialmente as mulheres da AMUCIP se deram a conhecer.

Tendo presente o desafio que constituía chamar à participação nas Tertúlias as comunidades ciganas e não ciganas, e face aos estereótipos existentes de ambos os lados, a sua divulgação e convite à participação junto dos grupos destinatários assume grande importância.

¹⁰ Ver instrumento preparatório em anexo.

Neste sentido foram, tal como acima se refere, elaborados folhetos de divulgação¹¹, através dos quais se convidava as pessoas a estarem presentes, utilizando linguagem simples e essencialmente recorrendo a imagens elucidativas sobre o tema em questão. Posteriormente, estes folhetos eram entregues pessoalmente pelas/os técnicas/os com intervenção directa junto de ambas as comunidades, havendo sempre lugar a uma conversa de contextualização. Nas Tertúlias do Bairro da Cucena, o trabalho de divulgação ficou a cargo da AMUCIP, consistindo essencialmente em contactos pessoais junto das escolas, da Câmara Municipal e das famílias do Bairro.

Nas Tertúlias realizadas no Centro Hospital do Baixo Alentejo e no Bairro da Esperança, foi necessário prever o transporte das/os destinatárias/os das comunidades ciganas, devido à distância e à inexistência de transportes públicos e privados.

Sendo uma característica comum às comunidades ciganas dos três concelhos o facto de se fazerem acompanhar pelas/os filhas/os em todas as situações, houve que contemplar um espaço (contíguo ao da tertúlia) e pessoas que assegurassem a guarda das crianças durante a Tertúlia, desenvolvendo com elas actividades lúdicas, de forma a que os adultos, mais particularmente as mulheres, pudessem participar na discussão o mais libertas possível das suas responsabilidades enquanto mães.

Quase todas as Tertúlias utilizaram recursos audiovisuais como suporte de apresentação das temáticas, adaptando-se as linguagens aos públicos destinatários e acentuando a importância das imagens. Fotografias, apresentações em suporte informático e filmagens serviram de ponto de partida para a discussão, de forma a tornar o mais aliciante e diversificada possível a troca de saberes, conhecimentos e sentimentos.

Cada uma das tertúlias assumiu diferentes formas de dinamização, de acordo com o local e as entidades parceiras envolvidas. Assim, em algumas das realizadas no Bairro da Cucena, assim como nas de Pias, destacou-se a AMUCIP, enquanto dinamizadora central da actividade.

De referir a particularidade da Tertúlia Latina “Acesso das mulheres ciganas à educação”, no âmbito da actividade Transnacional Portugal/Espanha, cuja dinamização foi feita por dois homens ciganos membros da PD espanhola, posicionando-se a favor do acesso das mulheres ciganas à educação e questionando os homens ciganos portugueses presentes sobre os obstáculos ainda colocados pelos costumes ciganos sobre esta matéria.

Nas Tertúlias que se realizaram com o Centro de Saúde do Seixal e com o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, a dinamização ficou a cargo destas entidades,

¹¹ Exemplos em anexo.

assumindo a AMUCIP um papel fundamental de mediação, apelando à participação das pessoas e descodificando a linguagem utilizada de forma a ajudar a criar um clima facilitador do diálogo. Nestes casos, as sessões foram dinamizadas por enfermeiras, tendo sido dada oportunidade e criadas as possibilidades para as/os participantes expressarem os seus receios, crenças e preconceitos face às doenças e aos tratamentos propostos.

Nestas “conversas”, o papel desempenhado pela mediação assume uma importância vital, enquanto desbloqueador da comunicação. Esta função fica sempre a cargo da AMUCIP, devido às suas competências intrínsecas e adquiridas, que fazem com que sejam reconhecida e ouvida pelas duas comunidades em presença. Aos olhos da comunidade cigana, o facto de ser “uma das nossas” inspira confiança e credibilidade; aos olhos da comunidade não cigana, o facto de serem escolarizadas, acreditadas enquanto formadoras e mediadoras com experiência profissional, confere-lhes reconhecimento de “igual para igual”. Como exemplo, citamos uma cigana de 51 anos, do Bairro das Pedreiras, que acerca das Tertúlias diz: “gostei muito de tudo. De ver a raça cigana e de ouvir a Sónia (da AMUCIP) a falar.”

É efectuado o registo fotográfico e a filmagem de todas as Tertúlias, como forma de monitorizar e avaliar o que vai sendo realizado e, por outro lado, como estratégia para potenciar o envolvimento das/os intervenientes nas Tertúlias, através da devolução posterior das imagens registadas.

No final de cada Tertúlia, a equipa responsável pela organização e dinamização recolhe as opiniões e apreciações por parte das/os participantes, através da aplicação de um pequeno questionário de avaliação.

É de extrema importância que estas Tertúlias decorram num ambiente agradável, de convívio, em que todas/os se sintam bem vindas/os. Nesta perspectiva, e funcionando como um reforço a tudo o que já foi descrito, é oferecido um lanche e um pequeno presente no final de cada sessão. Em alguns casos estes brindes são elaborados em conjunto com as crianças, como acontece no Espaço para Apoio à Conciliação, no Bairro da Cucena e na “Escola Intercool”, em Pias (fotos, molduras, porta-chaves...); noutros são as entidades organizadoras que disponibilizam material alusivo às temáticas, como acontece com o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo e com o Centro de Saúde do Seixal (kit de cuidados infantis, carteira para boletim de vacinas, material de higiene oral...).

Dificuldades encontradas e estratégias de superação

Ao longo da realização das Tertúlias, identificámos algumas dificuldades e deparámo-nos com alguns obstáculos, tendo sido experimentadas algumas estratégias de superação, em parte já referidas anteriormente.

DIFICULDADE

↗ "Agendamento" de compromissos a médio prazo.

↗ Imprevistos de última hora.

↗ Dificuldade de acessibilidade ao local de realização da Tertúlia.

↗ Dispersão provocada pela presença das crianças.

↗ Envolvimento e participação de agentes sócio-institucionais.

↗ Utilização de uma linguagem demasiado técnicas pelas dinamizadoras das entidades parceiras.

FORMAS DE SUPERAÇÃO

↗ Insistir nos contactos pessoais, relembrando a data de realização agendada e a importância da participação de todas/os.

↗ Chamar à participação das pessoas ciganas na hora que antecede a realização da Tertúlia.

↗ Transporte das/os destinatárias/os de comunidades ciganas.

↗ Dispositivo de guarda das crianças.

↗ Contacto personalizado e continuado junto de pessoas e instituições relevantes.

↗ Trabalho em equipa no sentido de privilegiar a utilização de imagens face ao texto escrito.

Resultados e mais valias

Foi realizado um total de 17 Tertúlias. Estas tiveram lugar na sede da AMUCIP, no Bairro da Cucena; no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo; no Bairro das Pedreiras em Beja e em Pias, concelho de Serpa. As Tertúlias contaram com a participação de um total de 204 pessoas, 153 mulheres, das quais 99 ciganas e 51 homens, dos quais 36 ciganos.

As mais valias desta dimensão da prática traduzem-se no seguinte:

- Inovação na aproximação ao relacionamento intercultural, através da realização das Tertúlias com pessoas ciganas e agentes sociais (pessoas e instituições), nomeadamente profissionais de saúde;
- Inovação na iniciativa das mulheres ciganas cumprimentarem coloquialmente determinadas/os profissionais, em espaços sociais e fora do habitual local de trabalho daqueles/as;
- Reconhecimento das mulheres da AMUCIP como mediadoras ciganas, pelas pessoas e comunidades ciganas, e como parceiras, pelos agentes sociais e pela comunidade maioritária;
- Motivação, por parte das pessoas ciganas, particularmente mulheres, para participarem em debates, numa perspectiva de igual para igual, com instituições e comunidade maioritária em geral;
- Interesse crescente na organização de “Tertúlias”, por parte de instituições a nível local e central e em áreas consideradas problemáticas.

Constituindo-se as Tertúlias como ações de sensibilização de carácter informal, foi-se verificando ao longo do Projecto um interesse crescente na participação, essencialmente por parte das comunidades ciganas. Este aspecto torna-se visível face à afluência registada, particularmente sentida em algumas sessões, como “Trabalho e formação profissional”, “A importância da escola no Bairro da Cucena” e “Temas a abordar com o Centro de Saúde”, no Bairro da Cucena; “Para que servem as tertúlias?”, no Bairro das Pedreiras; “Entre Culturas”, em Pias.

Por sua vez, o interesse e a vontade de discutir assuntos que habitualmente não fazem parte do seu quotidiano está patente na forma activa que assume a participação das pessoas ciganas nestes encontros, revelada pelas frases que se seguem:

“Dá para abrir os olhos de tudo”; “Aprendi coisas que não sabia.” – mulheres ciganas do Bairro da Cucena (“Consultas de vigilância da mulher: gravidez e pós-parto; contraceção e doenças sexualmente transmissíveis”).

“Gostei muito porque estavam tendo boas conversas e a gente percebia-as” - homem cigano de Pias (“Entre Culturas”).

Sente-se, ainda, uma satisfação e vontade de voltar, que é verbalizada pelo reconhecimento da utilidade das tertúlias e pelo desejo de discutir outros temas:

“Devia haver mais encontros como este para nós conhecermos mais sobre a saúde e o que podemos encontrar nos Centros de Saúde” – mulher cigana do Bairro da Cucena (“Temas a abordar com o Centro de Saúde”).

“Devia haver mais encontros como este porque faz-nos falta para termos mais informação” – homem cigano de 27 anos do Bairro das Pedreiras (“Para que servem as tertúlias?”).

Por último, destacamos algumas frases nas quais está patente a vontade de aproximação e de diálogo entre as duas culturas em presença, que nestas Tertúlias vai sendo delineada e expressada da seguinte forma:

“No outro dia, uma mulher cigana que tem estado nas tertúlias cruzou-se comigo na rua e cumprimentou-me!” – enfermeira do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, dinamizadora das tertúlias.

“Gostei muito porque é uma ajuda muito grande, porque a gente quer conviver com outras pessoas não ciganas” – mulher cigana de Pias (“Entre Culturas”).

“Gostei muito porque fiquei a saber mais acerca da cultura cigana e desta forma consigo perceber melhor e olhar de outra forma para o modo como os ciganos levam a sua vida” – técnico não cigano de Pias (“Entre Culturas”).

“A Escola tem de estar aberta, a todos (e a todas), são culturas diferentes mas temos de nos entender: eu como sou com o meu feito e as outras pessoas como são, mas temos de chegar a um entendimento!” – professora da escola EB1 do Casal do Marco (“A importância da escola para as crianças do Bairro da Cucena”).

4. “Informação para a cidadania”

Na convicção de que o acesso à informação é condição de cidadania, foram concebidos, no âmbito deste Pilar, diversos materiais informativos (num total de 5¹²) com adaptação comunicacional às pessoas e comunidades ciganas (garantida pela revisão linguística da AMUCIP) com vista a promover o seu acesso à informação sobre um conjunto de temas identificados como particularmente importantes, como:

- Rendimento Social de Inserção;
- Protecção social;
- Educação;
- Saúde;
- Habitação.

¹² Todos em anexo.

PILAR IV

Síntese

Características centrais da acção

Objectivo específico:

Contribuir para a melhoria do exercício da cidadania, tanto no que respeita às comunidades ciganas, como à comunidade maioritária, numa perspectiva de que o entendimento e a coesão social exigem respeito, confiança e passos dos dois lados, através de uma resposta formativa integrada, com uma dimensão formal – o instrumento “Formação para agentes sociais”, que visa responder às necessidades da comunidade cultural maioritária - e uma dimensão informal – o instrumento “Tertúlias de troca de saberes”, que visa responder às necessidades da comunidade cultural minoritária.

Contextualização

Locais onde se realizou:

As acções de formação e as Tertúlias de troca de saberes realizaram-se nos Concelhos do Seixal, com relevo para a sede da AMUCIP, no Bairro da Cucena, de Beja, incluindo o CHBA e o Bairro das Pedreiras, e de Serpa, incluindo Pias.

Caracterização das comunidades:

- Bairro da Cucena, Seixal – ver Pilar I.
- Beja – ver Pilar II.
- Serpa – concelho rural do interior sul do País, com uma população predominantemente envelhecida; clima social adverso ao diálogo inter-cultural, com atitudes de rejeição das comunidades ciganas e, sobretudo, das pessoas ciganas não sedentarizadas; más condições de habitabilidade para as pessoas e famílias ciganas, sobretudo em Pias.

Resultados relevantes para a disseminação

- Construção de uma resposta formativa integrada, com uma dimensão formal – o instrumento “Formação para agentes sociais”, que visa responder às necessidades da comunidade cultural maioritária - e uma dimensão informal – o instrumento “Tertúlias de troca de saberes”, que visa responder às necessidades da comunidade cultural minoritária;
- Concepção e implementação de uma intervenção formativa de carácter não formal, designada “De Cigana para Cigana”, junto de um pequeno grupo de 5

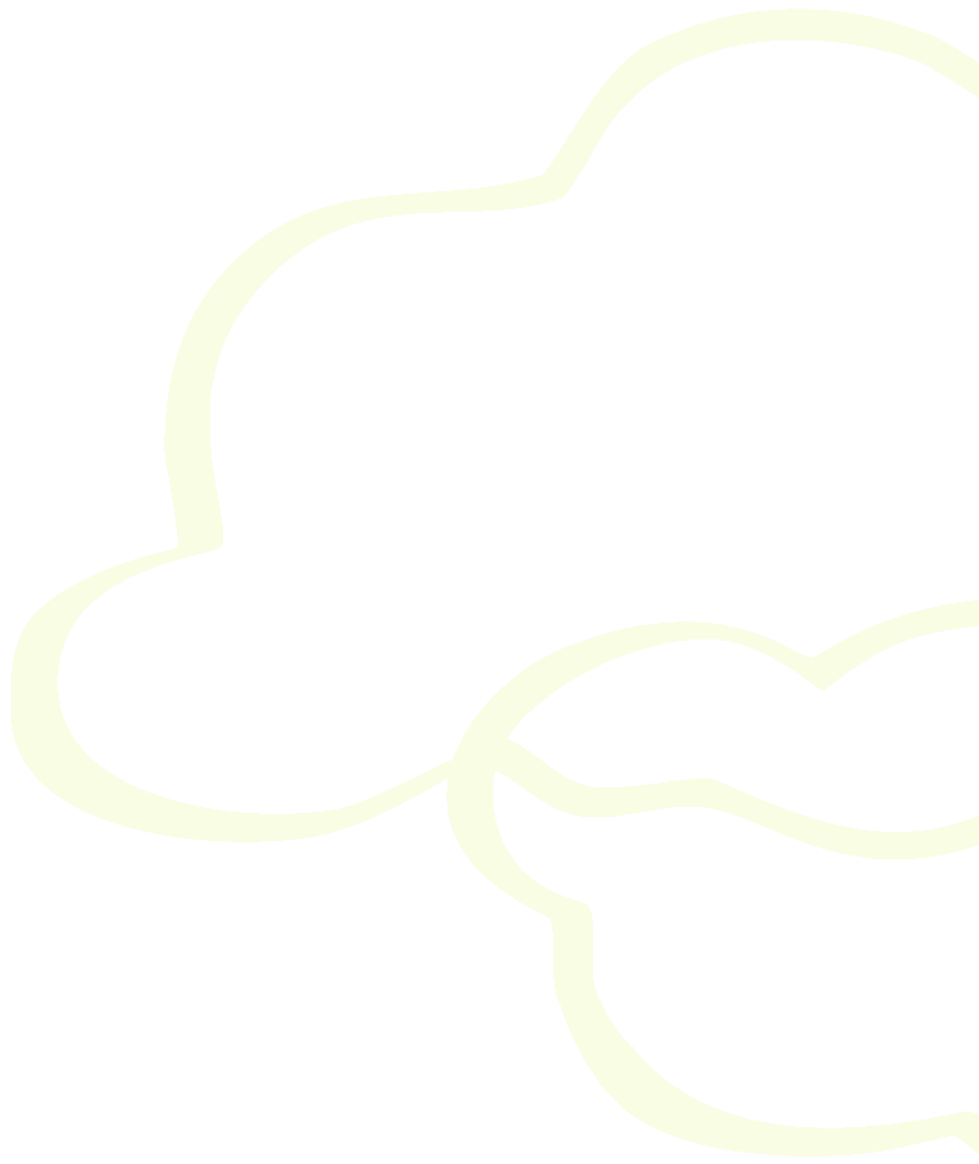
mulheres ciganas residentes no Bairro das Pedreiras, em Beja, para dar resposta a necessidades identificadas no decurso da exploração da intervenção social como componente de desenvolvimento, no âmbito da “Formação para agentes sociais”;

- Concepção de materiais informativos (num total de 5) com adaptação comunicacional às pessoas e comunidades ciganas com vista a promover o seu acesso à informação sobre os seguintes temas:
 - Rendimento Social de Inserção;
 - Protecção social;
 - Educação;
 - Saúde;
 - Habitação.

Número de participantes/beneficiários/as envolvidos/as

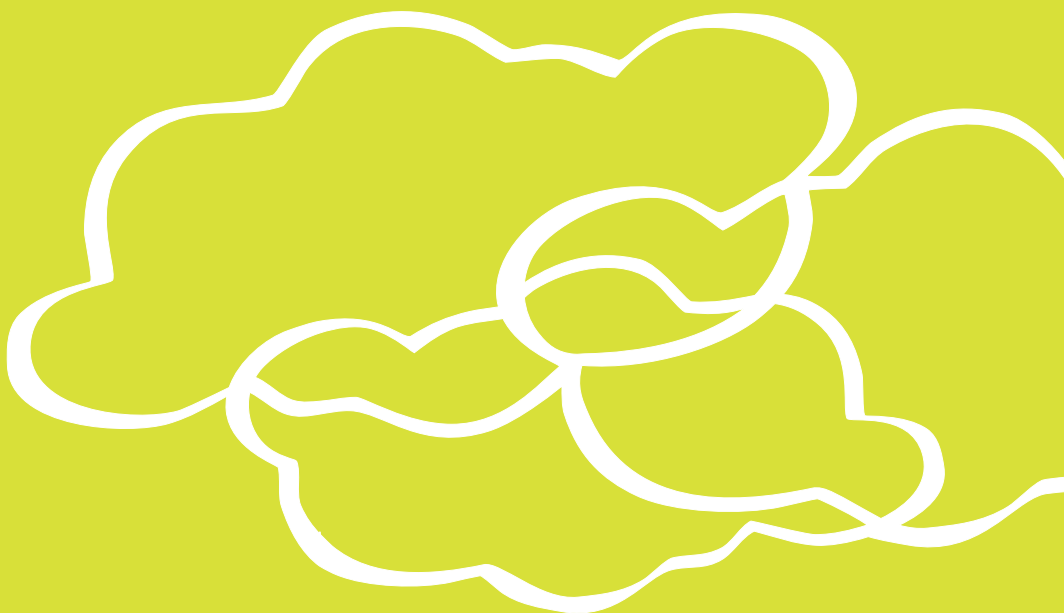
Total 295, em que 146 são ciganos/as

- H 59, dos quais 36 ciganos
- M 236, das quais 110 ciganas



MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



CONCLUSÃO

Projecto
co-financiado por:



UNIO EUROPEA
Fundo Social Europeu



Considera-se que, apesar das suas vicissitudes – em que avultam bloqueamentos financeiros relativamente à AMUCIP, as alterações da situação no CHBA e dificuldades de participação na formação de agentes, particularmente em Serpa – o Projecto cumpriu os seus objectivos.

Provou-se que:

- uma associação de mulheres ciganas pode intervir em benefício da comunidade, se tiver apoio para o efeito;
- há pessoas ciganas a querer estudar e fazer formação para trabalhar, em alternativa à venda ambulante e à subsídio-dependência, importando encontrar respostas adequadas para o efeito;
- é possível promover aprendizagens empoderadoras para pessoas ciganas, com efeitos imediatos na sua actividade;
- é possível apaziguar tensões entre comunidades ciganas e não ciganas, através de intermediação profissional especializada;
- é possível que comunidades que têm andado muito separadas se disponham a fazer um esforço para o entendimento recíproco, desde que criadas condições de confiança e acessibilidade;
- é possível ir e é possível chegar quando se tem um sonho, vontade e meios para o cumprir.

Através do seu produto e das respectivas consolidação e disseminação, o Projecto pretende ganhar sustentabilidade do seguinte modo:

- consolidação das suas estratégias e actividades durante a Acção 3, nos contextos pertinentes aos objectivos desta;
- na sequência de conversações já iniciadas com a Segurança Social, assegurar a celebração de um protocolo atípico para a manutenção em funcionamento do Espaço para Apoio à Conciliação;
- venda de serviços de formação sobre cultura cigana, para além da disseminação que venha a ser apoiada pela Acção 3.

Visando a disseminação do presente Guia de Boas Práticas, apresenta-se no fim de cada Pilar uma síntese para facilitar a transferência global ou parcial do produto para outros contextos.

A incorporação das práticas narradas neste Guia deve ser entendida como um desafio. Igualmente desafiante foi o Projecto que lhes deu origem, na medida em que este foi, por excelência, um contexto de aprendizagem, nem sempre isenta de tensões, que transportou consigo renovação pessoal e organizacional. Tais desafios são, porém, tanto mais aliciantes quanto maior for o clima de confiança e de diálogo em que os mesmos se colocam. Assim se colocaram no Projecto “Plo Sonho é que Vamos”.

Referências bibliográficas

Amiguinho, Abílio, 1993, *Caracterização sociodemográfica e cultural da comunidade cigana no Alentejo*, Relatório de Investigação, CRSS do Alentejo.

ACIME, 1997, *Relatório do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos*, documento policopiado.

AMUCIP, 2006, *Tomar a Palavra – Olhares e Falas de Mulheres Ciganas Portuguesas Sobre a Família e o Trabalho*, Lisboa.

Comissão Europeia, 2004, *The Situation of Roma in an Enlarged European Union*, Directorate – General Employment & Social Affairs, Luxemburgo.

Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, 1998, “Comunidades Ciganas e Inserção Social no âmbito do RMG” in *1º Encontro: Reflectir para Agir*, documento policopiado.

Conselho da Europa, 2005, *On the Human Rights Situation of the Roma, Sinti and Travellers in Europe*, documento on line.

Cortesão, Luiza, et al, 2005, *Pontes para Outras Viagens. Escola e Comunidade Cigana: representações recíprocas*, ACIME, Lisboa.

Cruz, Isabel, 2004, *A Intervenção Precoce com a Família Cigana e suas Crianças*, Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde, Universidade Aberta, Lisboa.

Dias, Eduardo Costa, et al, 2006, *Comunidades Ciganas. Representações e dinâmicas de exclusão /integração*, ACIME, Lisboa.

ECRI – Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância, 2007, *Terceiro Relatório sobre Portugal*, Conselho da Europa, Estrasburgo.

Montenegro, Mirna (Org.), 1999, *Ciganos e Educação*, Cadernos ICE nº5, ICE, Setúbal.

Pinto, Maria de Fátima, 2000, *A Cigarra e a Formiga: contributos para a reflexão sobre o entrosamento da minoria étnica cigana na sociedade portuguesa*, Cadernos REAPN, Porto.

PNUD, 2004, *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004 – Cultural Liberty in Today's Diverse World*, documento on line.

Quintin, Odile, 2005, *Roma Challenges in the World of Education and Media*, European Parliament Roma Forum, Bruxelas.

Silva, Luísa Ferreira da, e Magano, Olga, 2000, “A integração/ Exclusão Social de uma comunidade cigana residente no Porto” in *IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados recentes, Futuros Próximos*, Universidade de Coimbra.

MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



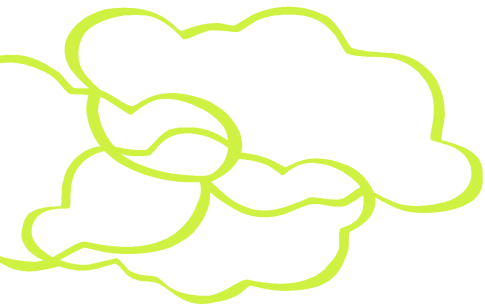
ANEXOS

Projecto
co-financiado por:



UNIO EUROPEIA
Fundo Social Europeu





ANEXO 1 – PILAR I

ESPAÇO PARA APOIO À CONCILIAÇÃO DAS PESSOAS CIGANAS E OUTRAS NO BAIRRO DA CUCENA

PREPARAÇÃO DO ESPAÇO

Objectivos do Espaço

Objectivos Gerais

- Sensibilizar crianças e jovens ciganas, bem como suas famílias, para a necessidade de usufruir de uma escolaridade mínima obrigatória.
- Dar espaço às mulheres ciganas para poderem conciliar a sua vida profissional, pessoal e familiar e o percurso escolar das suas filhas e filhos.
- Informar pessoas da comunidade cigana e não cigana do Bairro da Cucena sobre o diálogo inter cultural e o aprofundamento do exercício da cidadania.

01

Objectivos Específicos

- Promover o desenvolvimento pessoal e criativo das crianças / jovens nos seus tempos livres.
- Incutir regras de trabalho e hábitos de higiene.
- Desenvolver capacidade de concentração, observação e de trabalho de grupo, saber estar, saber fazer e saber saber.
- Motivar as crianças / famílias através do apoio escolar, para os benefícios da escola no seu processo de crescimento.
- Facilitar a comunicação família / escola.
- Motivar as adolescentes através da dança para retomarem e desenvolverem os estudos e a formação.
- Realizar Tertúlias com as famílias do Bairro da Cucena para o diálogo intercultural.

Actividades

- Mediação: Escola / Espaço / Família / Crianças
- Actividades lúdicas / Trabalhos manuais
- Reciclagem e ambiente
- Transporte das crianças – Espaço / escola e escola / Espaço
- Horta pedagógica
- Atelier de dança: flamengo / sevilhanas / fusão de dança cigana
- Apoio escolar
- Tertúlias
- Colónia de férias

Destinatários/as

(Identificação e quantificação)

- 20 crianças dos 6 aos 12 anos
- 10 famílias em acompanhamento do Bairro da Cucena
- 20 famílias ciganas nas Tertúlias
- 15 jovens na dança com 3 grupos diferentes: Flamengo, Sevilhanas e fusão de dança cigana

Critérios de Selecção

- Quem não tiver possibilidade de transporte
- Quem está a frequentar a escola
- Famílias monoparentais
- Baixos recursos financeiros

Formas de Divulgação do Espaço

- Bairro da Cucena – porta a porta, passa a palavra.
- Identificação do Espaço com uma placa:
 - Nome do Espaço
 - Dia da inauguração
 - Entidade financiadora
 - Nome do Projecto
 - Entidades parceiras
 - Entidades doadoras

- Página na Internet
- Reuniões com as escolas e outra entidades que servem o bairro da Cucena para apresentação do Espaço
- Noticiar o Espaço através da comunicação social

Organização do Pessoal

(Funções)

- **Motorista** - transporte das crianças do Espaço para a escola e da escola para o Espaço.
- **Mediadora** – mediação Espaço - escola, escola - família, família - Espaço.
- **Monitora de actividades** – criação e dinamização das actividades lúdico pedagógicas.
- **Organização administrativa** – organização de correspondência e de todo o tipo de documentação.
- **1 Pessoa responsável por mês** – reunião de equipa organizada pela pessoa responsável administrativa.
- **Limpezas** – toda a limpeza da casa exterior, interior.
- **Monitoras de dança** – Sevilhanas, Flamengo, Fusão dança cigana.
- **Formadora/s** – conceber, organizar e dinamizar acções de formação para actores sociais sobre a cultura cigana portuguesa. (Tertúlias)

Todas as funções são de carácter rotativo visando uma aprendizagem contínua das colaboradoras da AMUCIP.

03

Organização do Pessoal

(Horários de trabalho)

- Noel Gouveia: 7:30m às 15:30m (2ª, 4ª)
10:00h às 18:00h (3ª, 5ª, 6ª)
- Alzinda Carmelo: 7:30m às 15:30m (2ª, 4ª)
10:00h às 18:00h (3ª, 5ª, 6ª)
- Olga Mariano: 7:30m às 15:30m (3ª, 5ª, 6ª)
10:00h às 18:00h (2ª, 4ª)
- Sandra Simão: 10:00h às 18:00h (2ª a 6ª)
- Anabela Carvalho: 17:00h às 20:30m (2ª a 6ª)
- Sónia Matos: 7:30m às 9:00h (3ª, 5ª)
18:30m às 20:30m (3ª, 5ª)
18:30m às 22:30m (2ª, 4ª, 6ª)

Os Princípios EQUAL nas Actividades

Disseminação

- Ajudar outras mulheres a formar outras associações, através de contactos informais e também com pedidos à Pastoral dos Ciganos.
- A formação a técnicos/as individuais de entidades parceiras e não parceiras, actores sociais.
- Um guia de boas práticas de desenvolvimento ao longo do Projecto que inclui um referencial de soluções para o acolhimento das crianças.

Transnacionalidade

- Troca de saberes entre os parceiros do projecto, troca de materiais informativos e formativos dirigidos às comunidades ciganas.
- Troca de experiências sobre campanhas de imagem para sensibilizar a comunidade cigana e não cigana para a discriminação.
- Troca de experiências sobre a forma como abrir um espaço para crianças e a mediação família / escola.

04 Inovação

- Espaço criado por mulheres ciganas.
- Transporte das crianças para a escola e da escola para o Espaço, tendo a preocupação dos horários familiares.
- Mediação feita por mulheres ciganas entre as escolas e as famílias.
- As funções de equipa são rotativas o que permite uma aprendizagem nas varias funções.
- Ciganas a dar formação a ciganas.
- Tertúlias organizadas por mulheres ciganas para famílias ciganas.

Empoderamento

- Ao assegurar o transporte das crianças contribuímos para a redução do absentismo escolar.
- Ao deixarem as crianças no Espaço, as mulheres ficam com mais autonomia para frequentar acções de educação e formação, enriquecendo-se assim a nível pessoal e profissional.

- Desenvolver competências pessoais e sociais, nomeadamente ao nível do cumprimento de horários.
- Tertúlias , convidando os pais e as entidades.

Igualdade de Género

- Conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar dando autonomia às mulheres ao deixarem os seus filhos no Espaço.
- Motivar as adolescentes através da dança para retomarem e desenvolverem os estudos e a formação.
- O facto de sermos mulheres ciganas e desenvolvermos uma actividade diferente da venda ambulante faz-nos de modelo para as outras mulheres e jovens.

Trabalho em Parceria

- Realização de acordos com as várias entidades locais: Santa Casa da Misericórdia do Seixal, Escolas de 1º ciclo locais, Centro de Saúde do Seixal, GNR de Paio Pires, Centro de Formação Profissional do Seixal, Centro de Emprego do Seixal, Câmara Municipal do Seixal.
- Reuniões informais nas escolas.
- Reuniões de pais.
- Tertúlias, convidando os pais e as entidades.

Estabelecimento de Parcerias

- Santa Casa da Misericórdia do Seixal
- Centro de Emprego do Seixal
- Escolas de 1º Ciclo (Paio Pires, Casal do Marco, Escola nº1 do Fogueteiro)
- Centro de Saúde do Seixal
- Câmara Municipal do Seixal
- Junta de Freguesia de Paio Pires
- GNR de Paio Pires

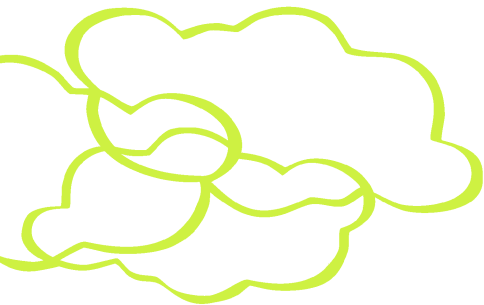
Instrumentos de registo de informação

- Ficha de inscrição das crianças
- Folha de sumário/ presenças
- Ficha de reunião com folhas de presença

- Questionário para aferir o grau de satisfação das famílias e das entidades parceiras
- Questionário de diagnóstico de necessidades de formação de jovens mulheres ciganas

Indicadores

- Apreciação das familiares e das crianças utentes do Espaço.
- A assiduidade das crianças no Espaço.
- N^o de raparigas e rapazes que reduziram o absentismo escolar.
- N^o de raparigas que retomaram um processo de aprendizagem.
- Grau de satisfação de todos os elementos das famílias face à resposta criada.
- Grau de “*stress da conciliação*” das mulheres (antes e depois da participação das crianças no Espaço).
- Grau de reconhecimento da AMUCIP pela população / entidades cigana e não cigana.
- N^o de protocolos / parcerias estabelecidas.
- N^o e tipo de informações prestadas a famílias ciganas e não ciganas.
- Participação nas reuniões de pais no Espaço.
- Contactos informais com os pais dos utentes do Espaço.
- Caixa de sugestões com impressos em aberto aos utentes do Espaço.
- (Que tipo de sugestões e o número das mesmas).



ANEXO 2 – PILAR II

QUESTIONÁRIO SOBRE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

Dados Pessoais

Nome:

BI: Data de Nascimento:

Idade: Estado Civil:

Profissão:

Morada:

Código Postal: Localidade:

Telefone: Telemóvel:

07

Dados Familiares

Nome do pai:

Profissão: Idade:

Nome da mãe:

Profissão: Idade:

Habilitações Escolares

Assinalar com uma cruz

- Não sabe ler / escrever
- < 4 anos de escolaridade
- 1.º Ciclo (4.º ano)
- 2.º Ciclo (6.º Ano)

- 3.º Ciclo (9.º ano)
- Ensino Secundário
- Bacharelato/Licenciatura

“O que sei fazer melhor”:

“Onde tenho mais dificuldades”:

Necessidades/Expectativas de Formação

Alguma vez já esteve numa formação? SIM NÃO

Como é que soube desse/s curso/s?

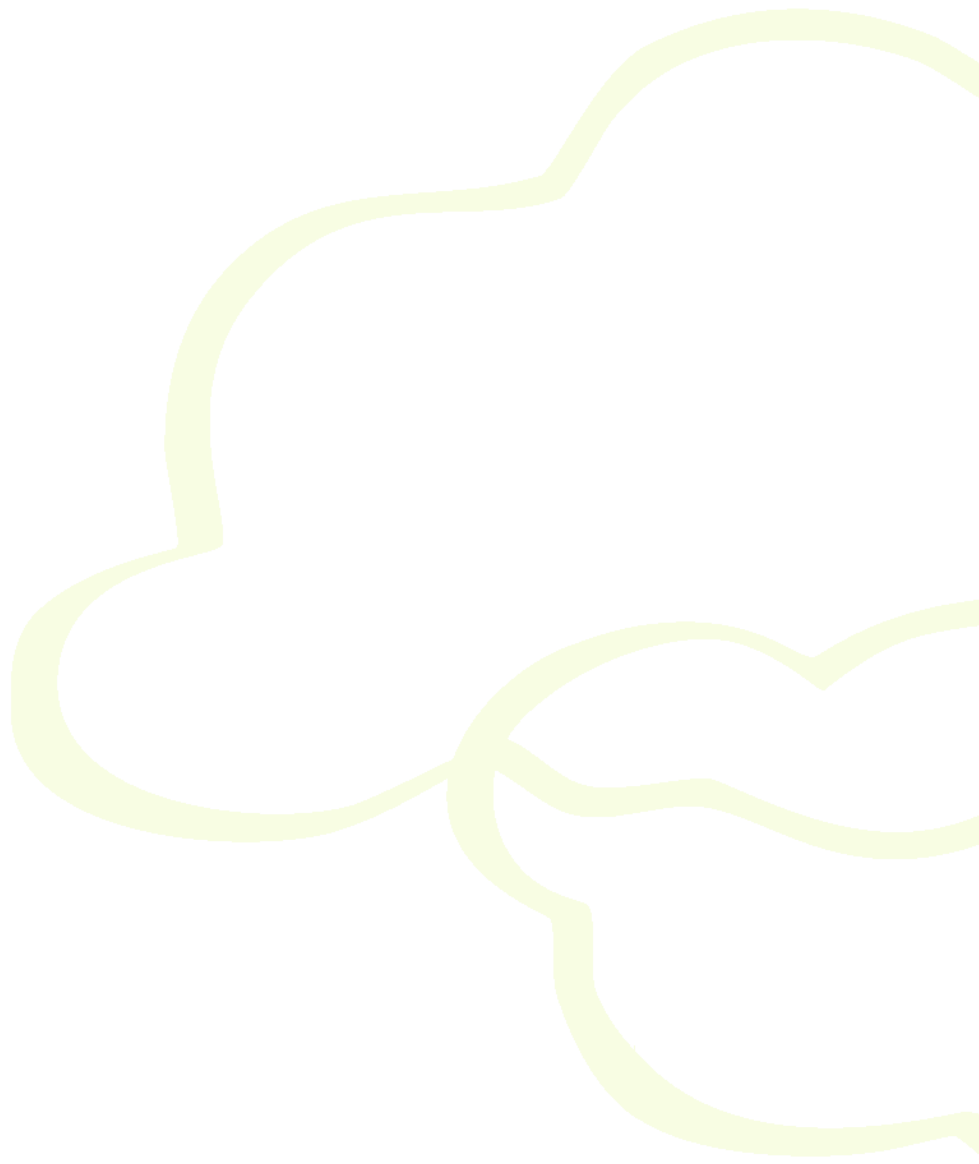
Gostava de participar num curso? SIM NÃO

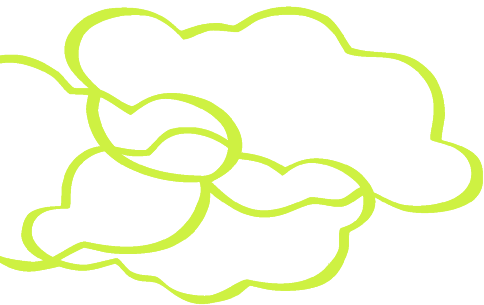
Que tipo de curso gostaria de frequentar?

Como é que vê o seu futuro no âmbito profissional?

Observações







ANEXO 3 – PILAR II

NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

PRINCIPAIS RESULTADOS DA

APLICAÇÃO DAS FICHAS

Estes resultados, agora apresentados, têm por base 79 fichas sobre Necessidades de Formação identificadas por pessoas ciganas. Tendo em conta que o Projecto “P’lo Sonho é que Vamos” visa criar condições de empoderamento por parte de pessoas ciganas, sendo um dos meios para tal a formação profissional, achou-se por bem dar oportunidade a essas pessoas para que expressassem as suas expectativas e necessidades. A população cigana tem especificidades próprias que é preciso ter em conta quando se pretende levar a cargo uma iniciativa formativa.

Nestas fichas, cuja distribuição e recolha ficou a cargo da AMUCIP, foi possível perceber quais as áreas de formação que suscitam mais interesse por parte da população, as suas habilitações literárias e as suas dificuldades e facilidades em termos de desempenhos, que não unicamente a nível profissional.

11

1. Sexo

➤ **59.5%** são mulheres

➤ **40.5%** são homens

2. Idades (a esta questão não responderam 2 pessoas)

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
15 e os 24 anos	31.2% (24)	45.8% (11)	54.2% (13)
25 e 34 anos	39% (30)	56.7% (17)	43.3% (13)
35 e os 44 anos	19.5% (15)	80% (12)	20% (3)
45 e os 54 anos	6.5% (5)	80% (4)	20% (1)
55 e os 64 anos	3.9% (3)	100% (3)	-

3. Estado civil (a esta questão não responderam 8 pessoas)

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Solteiros/as	84.5% (60)	53.3% (32)	46.7% (28)
Casados/as	8.5% (6)	83.3% (5)	16.7% (1)
Viúvos/as	7% (5)	100% (5)	-

4. Habilitações literárias (a esta questão não responderam 7 pessoas)

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Não sabem ler/escrever	4.2% (3)	66.7% (2)	33.3% (1)
← 4 anos escolaridade	36.1% (26)	53.8% (14)	46.2% (12)
1º ciclo	27.8% (20)	60% (12)	40% (8)
2º ciclo	12.5% (9)	55.6% (5)	44.4% (4)
3º ciclo	18.1% (13)	69.2% (9)	30.8% (4)
Secundário	1.4% (1)	100% (1)	-

5. O que sabem fazer melhor

(a esta questão não responderam 15 pessoas)

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Ler e/ou escrever	34.4% (22)	68.2% (15)	31.8% (7)
Vender	14.1% (9)	55.5% (5)	44.4% (4)
Costura e/ou arranjos florais	12.5% (8)	100% (8)	-
Comunicar	9.4% (6)	50% (3)	50% (3)
Informática	9.4% (6)	33.3% (2)	66.6% (4)
Facilidade em aprender	7.8% (5)	100% (5)	-
Fazer a lida da casa	7.8% (5)	100% (5)	-

6. No que têm mais dificuldades

(a esta questão não responderam 21 pessoas)

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Ler e/ou escrever	37.9% (22)	68.2% (15)	31.8% (7)
Matemática	19% (11)	63.6% (7)	36.4% (4)
Informática	10.3% (6)	66.6% (4)	33.3% (2)
Expressarem-se	8.6% (5)	60% (3)	40% (2)

7. Frequência de cursos de formação

➤ 89.6% nunca frequentaram um curso de formação.

⊕ 59.3% são mulheres

⊕ 40.7% são homens

8. Tipos de cursos que gostariam de frequentar em eventuais acções de formação

(8 pessoas não apontaram qualquer curso que gostassem de frequentar)

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Informática	49.4% (39)	38.5% (15)	61.5% (24)
Corte e Costura	29.1% (23)	100% (23)	-
Arranjos Florais	11.4% (9)	100% (9)	-
Outros cursos	25.3% (20)	75% (15)	25% (5)

8.1. Identificação de “outros cursos”

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Inglês	30% (6)	100% (6)	-
Cursos de equivalência ao 12º ano	20% (4)	100% (4)	-
Cabeleireiro	10% (2)	100% (2)	-
Relacionado com crianças	10% (2)	100% (2)	-
Carpintaria	10% (2)	-	100% (2)
Outros (apenas 1 resposta)	20% (4)	50% (2)	50% (2)

13

9. Média de idades, segundo o tipo de curso que gostariam de frequentar em eventuais acções de formação

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Informática	30	33	28
Corte e Costura	36	36	--
Arranjos Florais	41	41	--
Outros cursos	32.5	34	27

9.1. Média de idades, segundo os “outros cursos” identificados

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Inglês	37	37	--
Cursos de equivalência ao 12º ano	27	27	--
Cabeleireiro	23	23	--
Relacionado com crianças	35	35	--
Carpintaria	21.5	--	21.5

Algumas frases que dão conta das perspectivas de futuro dos/as potenciais formandos/as

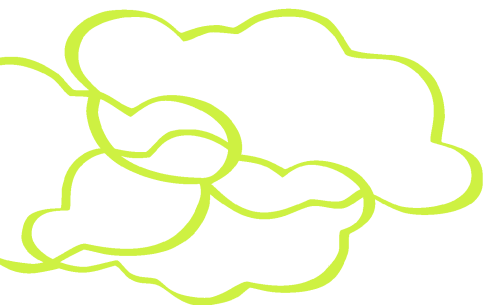
- “Fazendo um curso acho que vou ter mais bem-estar profissional e vou realizar-me pessoalmente.”
- “Futuro muito escuro. As vendas estão em decadência.”
- “Gostaria de me preparar para ter outras oportunidades de trabalho.”
- “Gostaria de ter um emprego para suprir as minhas dificuldades e obter uma vida melhor.”
- “Neste momento não tenho grandes expectativas devido à minha etnia, mas com este curso tenho a certeza que esta situação mudaria.”
- “O céu é o limite e eu gosto de sonhar alto, e as causas difíceis ainda me fazem ter mais força.”
- “São fracas, mas este curso poderia ter uma porta aberta de acesso ao emprego.”
- “Se não me derem possibilidades de aprender, acho que não vou conseguir.”
- “Seria uma mais valia se estivesse habilitada e com o curso feito.”
- “Tenho um sonho...um dia poder abrir um espaço de venda de artigos de vestuário e fazer acções de voluntariado em instituições sem fins lucrativos.”
- “Toda a vida fui doméstica e gostaria de ter uma oportunidade a nível profissional.”
- “Vejo o meu futuro a trabalhar num emprego estável, adquirido de preferência através do curso que eu gostaria de tirar. Sendo assim, como o meu marido também trabalha gostaria de o ajudar com a despesa da casa e a criar os filhos.”

Observações feitas

- “Consegui com muito esforço completar o 9º ano de escolaridade. Com este curso e com a equivalência ao 12º ano poderia sentir-me muito mais segura e confortável em relação ao meu futuro profissional.”
- “A vida doméstica é demasiado castrante e gostaria de mudar e aprender coisas novas.”

- “A informática é uma boa prática para quem quer gerir um negócio, seja ele qual for.”
- “Gostaria de ter o meu trabalho certo para descontar para a caixa, para ter depois a minha reforma garantida.”
- “Gostaria de ter oportunidade de mudança de ramo e de obter ferramentas que me dessem acesso a essa mudança a nível profissional.”
- “Gostava de entrar num curso que me desse mais habilitações para um emprego porque a vida de feirante está a acabar.”
- “Na condição de mulher cigana e a viver em união de facto este curso seria uma oportunidade de reforçar os meus conhecimentos.”





ANEXO 4 – PILAR III

O 'CURSO-PILOTO DE FORMAÇÃO INICIAL DE FORMADORES/AS, COM CERTIFICADO DE APTIDÃO PEDAGÓGICA'

DATA INÍCIO	2005-11-02
DATA TERMO	2005-12-19
DESTINATÁRIOS	Associadas da AMUCIP e Técnicos/as individuais
LOCAL	Centro de Formação Profissional do Seixal Rua Infante D. Augusto Cruz de Pau -AMORA

Cronograma

HORÁRIO	Pós - Laboral: 19h30/22h30
---------	----------------------------

DURAÇÃO	96 H
---------	------

DIAS			4 ^ª feira 2/11	5 ^ª feira 3/11	6 ^ª feira 4/11
TEMAS			Acolhimento + O/A formador/a face aos Sistemas de Formação	O Perfil do/a Formador/a	Simulação Pedagógica inicial
FORMADOR/A			Maria Viegas + equipa	Armando Sacramento	Armando Sacramento
Nº DE HORAS			3H	3H	3H

DIAS	2 ^ª feira 7/11	3 ^ª feira 8/11	4 ^ª feira 9/11	5 ^ª feira 10/11	6 ^ª feira 11/11
TEMAS	Simulação Pedagógica inicial	Simulação Pedagógica inicial	Simulação Pedagógica inicial	Processos e factores da aprendizagem	Processos e factores da aprendizagem
FORMADOR/A	Armando Sacramento	Armando Sacramento	Armando Sacramento	Isabel Rodrigues	Isabel Rodrigues
Nº DE HORAS	3H	3H	3H	3H	3H

DIAS	2ªfeira 14/11	3ªfeira 15/11	4ªfeira 16/11	5ªfeira 17/11	6ªfeira 18/11
TEMAS	Aprendizagem Intercultural	Aprendizagem Intercultural	Aprendizagem Intercultural	Aprendizagem Intercultural	Comunicação e Animação de grupos
FORMADOR/A	Maria João C. Zita S. Carvalho	Maria João C. Zita S. Carvalho	Maria João C. Zita S. Carvalho	Maria João C. Zita S. Carval	Isabel Rodrigues
Nº DE HORAS	3H	3H	3H	3H	3H

DIAS	2ªfeira 21/11	3ªfeira 22/11	4ªfeira 23/11	5ªfeira 24/11	6ªfeira 25/11
TEMAS	Comunicação e Animação de grupos	Direitos Humanos e Cidadania	Direitos Humanos e Cidadania	Métodos e Técnicas Pedagógicas	Métodos e Técnicas Pedagógicas
FORMADOR/A	Isabel Rodrigues	M. Céu Cunha Rego	M. Céu Cunha Rego	Isabel Rodrigues	Isabel Rodrigues
Nº DE HORAS	3H	3H	3H	3H	3H

DIAS	2ªfeira 28/11	3ªfeira 29/11	4ªfeira 30/11	5ªfeira 1/12	6ªfeira 2/12
TEMAS	Métodos e Técnicas Pedagógicas	Objectivos Pedagógicos	Objectivos Pedagógicos	FERIADO	Avaliação da Aprendizagem
FORMADOR/A	Isabel Rodrigues	Anne Marie Delettrez	Anne Marie Delettrez		Anne Marie Delettrez
Nº DE HORAS	3H	3H	3H		3H

DIAS	2ªfeira 5/12	3ªfeira 6/12	4ªfeira 7/12	5ªfeira 8/12	6ªfeira 9/12
TEMAS	Avaliação da Aprendizagem	Recursos Didácticos	Recursos Didácticos	FERIADO	Plano de Sessão
FORMADOR/A	Anne Marie Delettrez	Isabel Rodrigues	Isabel Rodrigues		Isabel Rodrigues
Nº DE HORAS	3H	3H	3H		3H

DIAS	2ªfeira 12/12	3ªfeira 13/12	4ªfeira 14/12	5ªfeira 15/12	6ªfeira 16/12
TEMAS	Plano de Sessão	Simulação Pedagógica Final	Simulação Pedagógica Final	Simulação Pedagógica Final	Simulação Pedagógica Final
FORMADOR/A	Isabel Rodrigues	Armando Sacramento	Armando Sacramento	Armando Sacramento	Armando Sacramento
Nº DE HORAS	3H	3H	3H	3H	3H

DIAS	2ªfeira 19/12	3ªfeira 20/12	4ªfeira 21/12	5ªfeira 22/12	6ªfeira 23/12
TEMAS	Projecto de interv. Pedagógica+ Encerramento				
FORMADOR/A	Maria Viegas + equipa				
Nº DE HORAS	3H				

Equipa pedagógica

Coordenação: Maria Viegas

Formador/as: Anne Marie Delettrez, Isabel Rodrigues, Armando Sacramento, Maria do Céu da Cunha Rego, Maria Viegas, Maria João Carreiro, Zita Sousa de Carvalho

Finalidade

Visa-se com este programa a melhoria da qualidade da formação profissional, através da aquisição e do desenvolvimento das competências dos formadores/as participantes nesta acção, no domínio pedagógico-didáctico.

Estrutura programática

A – EIXO DE ENQUADRAMENTO

A.1. O/A formador/a face aos sistemas e conceitos de formação

- caracterização dos sistemas de formação
- formação profissional inserida nos sistemas de educação-formação-trabalho
- legislação de enquadramento da formação profissional
- perfil do formador/a: capacidades e competências

A.2. Processos e factores da aprendizagem

- conceito e características da aprendizagem
- teorias, modos/modelos/mecanismos da aprendizagem
- processos, etapas e factores psicológicos da aprendizagem

A.3. Comunicação e animação de grupos

- relações interpessoais
- atitudes a ter na comunicação e seus efeitos
- os grupos e a sua dinâmica
- relação pedagógica
- factores de motivação
- tipos de liderança e seus efeitos na prática pedagógica
- animação de grupos com percursos diferenciados de aprendizagem

A.4. Métodos e técnicas pedagógicas

- tipificação e caracterização dos métodos e das técnicas pedagógicas mais utilizadas na formação
- métodos: expositivo, interrogativo, demonstrativo e activo
- técnicas: simulação, jogo de papéis, exposição, demonstração, estudo de casos e tempestade de ideias
- características da comunicação pedagógica nos métodos activos e não activos

B – EIXO DE OPERACIONALIZAÇÃO

B.1. Objectivos pedagógicos

- finalidades e objectivos de formação das competências aos objectivos
- objectivos pedagógicos: função, níveis, componentes e domínios
- como definir um objectivo operacional
- a definição de objectivos e a avaliação da formação

B.2. Avaliação da aprendizagem

- conceito, finalidades e objectos da avaliação
- critérios de avaliação
- tipos de avaliação: quanto ao processo e quanto ao momento
- escalas de classificação
- subjectividade da avaliação
- técnicas e instrumentos de avaliação

B.3. Recursos didácticos

- selecção, elaboração e exploração de audiovisuais na formação
- as novas tecnologias na formação

B.4. Planificação da formação

- pressupostos para a elaboração dum plano
- etapas dum plano
- planificação dum módulo de formação
- momentos-chave da sessão na óptica do formador/a e do formando/a

C - EIXO DE APLICAÇÃO

C1. Plano de sessão

- conceito, finalidades e estrutura
- elaboração dum plano de sessão na área da intervenção do/a participante, a ser utilizado na simulação pedagógica final
- preparação de recursos didácticos em suporte multimédia para utilização na simulação pedagógica final
- preparação da simulação pedagógica final

C2. Simulação pedagógica

Inicial

- preparação das primeiras simulações pedagógicas
- análise e auto-análise dos comportamentos pedagógicos observados
- despistagem dos aspectos pedagógicos mais relevantes
- definição dos perfis dos/as participantes à entrada

Final

- análise e auto-análise dos comportamentos pedagógicos observados
- questionamento/aprofundamento dos aspectos pedagógicos mais relevantes (facilitação da aprendizagem)
- síntese e avaliação dos processos vivenciados
- percursos para a auto-formação

C3. Projecto de intervenção pedagógica

- apresentação, por parte dos/as participantes, de críticas, sugestões e propostas para a melhoria dos sistemas de sistemas de formação no nível técnico-pedagógico e/ou organizacional.

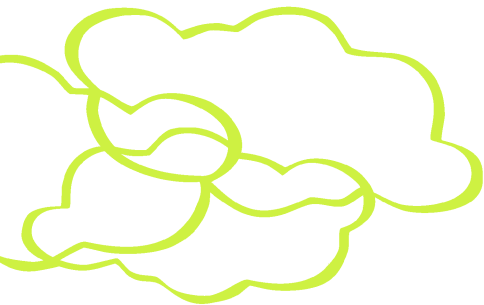
D. EIXO TRANSVERSAL (ADEQUADO AO GRUPO DE PARTICIPANTES/AMUCIP)

D1. A Aprendizagem Intercultural

- Cultura profunda e percepção
- Imagens e preconceitos
- Da exclusão à interculturalidade
- Mediação sócio-cultural e interculturalidade

D2. Direitos Humanos e Cidadania

- Necessidades básicas do ser humano e Direitos Humanos
- Situação de homens e mulheres em Portugal face ao exercício dos seus direitos humanos
- Cidadania e Estado de Direito Democrático



ANEXO 5 – PILAR III

Formação Específica

MÓDULO 1

Balanço de Competências

IDEIAS CHAVE

- O BALANÇO DE COMPETÊNCIAS É UM INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO ÚTIL.
- CONSTITUI UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INTERESSANTE A REPLICAR NOOUTRAS ACTIVIDADES A DESENVOLVER PELA ASSOCIAÇÃO.

23

O balanço de competências é um instrumento bastante útil para se realizar um diagnóstico de necessidades de formação participado pelas aprendentes. A realização deste módulo permite às aprendentes por um lado, fazerem um balanço das suas competências actuais e ver eventuais progressos ao longo do projecto e por outro lado, familiarizarem-se com uma metodologia que podem replicar no contexto do seu trabalho com outras pessoas.

Objectivos Específicos:

- Saber o que é o Balanço de Competências e para que serve
- Distinguir os diferentes tipos de BC
- Saber como se aplica um BC

Conteúdos:

- Definição do que é o BC

- Princípios do BC
- Utilidade do BC
- A quem se aplica
- Quando se aplica
- Metodologia a utilizar
- Exemplo de um exercício de BC

Metodologia:

Neste módulo são privilegiados os métodos expositivo e participativo. Parte-se da identificação das funções a desempenhar no projecto e posterior brainstorming para identificação das competências:

Saber ser

- Ser respeitada na comunidade cigana
- Ser responsável
- Ser paciente
- Saber comunicar
- Saber expor as opiniões
- Saber dar conta do nosso próprio trabalho aos outros
- Ser criativa na resolução de problemas
- Ser sensível
- Ser carinhosa
- Saber ouvir
- Ser firme
- Ser bem disposta / sociável
- Ser dinâmica
- Saber Inspirar confiança
- Respeitar o sigilo profissional
- Ter auto-estima
- Saber trabalhar em equipa

Saber fazer

- Saber inovar
- Saber planear
- Saber dar conta do nosso trabalho aos outros
- Saber organizar
- Saber ensinar
- Saber ajudar
- Saber brincar
- Saber pesquisar
- Saber informar
- Ser boa condutora
- Saber gerir conflitos
- Saber dançar com “alma”
- Saber identificar problemas e potencialidades
- Saber enviar fax / e-mail / pesquisar na internet

Saber Saber

- Conhecer bem o projecto
- Possuir o curso de formação de formadoras/es
- Possuir conhecimentos sobre Pobreza e Exclusão Social
- Possuir conhecimentos sobre Educação / Emprego
- Possuir conhecimentos sobre as etapas de desenvolvimento das crianças
- Possuir conhecimentos sobre a cultura cigana e a não cigana
- Possuir conhecimentos sobre Igualdade de oportunidades
- Possuir conhecimentos sobre o funcionamento dos Serviços Públicos
- Possuir conhecimentos sobre a técnica da dança Flamenca

MÓDULO 2

A AMUCIP e as suas actividades no contexto do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL

IDEIAS CHAVE

- O PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA EQUAL É UM PROGRAMA EXIGENTE CUJOS PROJECTOS QUE O INTEGRAM DEVEM RESPONDER A UM CONJUNTO DE PRINCÍPIOS
- OS PRINCÍPIOS DA PARCERIA, EMPOWERMENT E IGUALDADE DE GÉNERO DEVEM ESTAR PRESENTES EM TODAS AS ACTIVIDADES

Os termos e os conceitos, tanto do Projecto (nomeadamente na sequência da utilização de uma metodologia de planeamento), como da própria Iniciativa EQUAL, estão imbuídos de uma “codificação” que poderia desequilibrar a parceria, já que inequivocamente a AMUCIP não lhe tinha acesso imediato.

O facto de a formação específica ter considerado um módulo destinado ao aprofundamento dos conhecimentos associados ao Programa e seus princípios orientadores, cada vez mais princípios transversais a um conjunto de programas sejam eles comunitários ou nacionais e à intervenção social, em geral, não só contribui para o apetrechamento da AMUCIP para a qualidade do seu trabalho, como, ao tornar comum uma linguagem conceptual tornou coerente e em exercício o lema EQUAL “De Igual para Igual”.

No caso de este itinerário de formação vir a ser aplicado no contexto de outro programa, as especificidades inerentes ao Programa EQUAL devem ser substituídos por conteúdos que permitam a aquisição dos conhecimentos necessários a uma apropriação dos principais conceitos e procedimentos.

Objectivos Específicos:

- Dar a conhecer o Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, enquanto programa de Iniciativa Comunitária e o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu;
- Conhecer os conceitos de parceria, empowerment e igualdade de género
- Introduzir cada um dos princípios na implementação das actividades de um modo consciente.

Conteúdos Programáticos:

- O que é o Programa EQUAL?
- O Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE)
- Os princípios da parceria; empowerment e igualdade de género

Metodologia:

Utilização de uma metodologia mista assente no método expositivo e activo. Numa fase inicial de introdução aos temas optou-se pela exposição, ao qual se seguiu a utilização de metodologias mais activas assentes na aplicação prática e na experimentação.

MÓDULO 3

A AMUCIP e a sua actividade enquanto associação

IDEIAS CHAVE

- A AMUCIP É A PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CIGANAS QUE DEVE SER CONSIDERADA COMO UMA BOA PRÁTICA.
- ENQUANTO ASSOCIAÇÃO A AMUCIP PRECISA DE CONHECER E DE CUMPRIR UM CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS PARA OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS UMA SÉRIE DE INSTRUMENTOS.

A AMUCIP apesar dos seus sete anos de vida estava num estado bastante embrionário enquanto associação no sentido mais formal do termo. Não obstante a existência de corpos sociais, a AMUCIP não realizava, por exemplo, assembleias gerais, no mínimo duas, as que são exigidas por lei para apresentação do plano de actividades e orçamento e relatório de actividades e contas, conseqüentemente também não tinha actas redigidas, não tinha contabilidade organizada, etc. o que para uma associação que participa num Programa de Iniciativa Comunitária como o Equal é de todo incompatível.

- Dado este diagnóstico organizacional inicial, identificaram-se as principais questões a trabalhar, para concretizar o objectivo de dotar a AMUCIP dos conhecimentos e dos instrumentos adequados à sua prática enquanto associação.

Conteúdos:

- Organização da associação – corpos sociais e suas competências
- Relatórios e Planos de Actividades e Contas
- Gestão financeira das associações

MÓDULO 4

A AMUCIP enquanto entidade empregadora

Objectivos Específicos:

- Dotar a AMUCIP dos conhecimentos e dos instrumentos necessários à sua actividade enquanto entidade empregadora.

Conteúdos:

- As obrigações face à Segurança Social
- Contratos de trabalho: tipos de contratos, suas especificidades e exigências
- O Plano de férias
- Higiene e Segurança no Trabalho

Metodologia:

- Assente, essencialmente, numa metodologia de natureza expositiva ainda que, numa fase posterior, sejam utilizados métodos participativos através de troca de experiências e apresentação de dificuldades.

MÓDULO 5

A AMUCIP enquanto entidade prestadora de serviços à comunidade

Objectivos Específicos:

- Dotar as trabalhadoras da AMUCIP de conhecimentos, metodologias e instrumentos para a sua intervenção junto de crianças e jovens.
- Dotar as trabalhadoras da AMUCIP de conhecimentos relativos aos métodos de concepção e planeamento de projectos
- Conhecer e distinguir conceitos de pobreza e de exclusão; inserção e inclusão social.

- Enquadrar a situação de pobreza e de exclusão social em Portugal no contexto da Europa.
- Conduzir á utilização das TIC na concretização das actividades e produção de documentos.
- Identificar os problemas e aplicar técnicas e políticas preventivas para a protecção do computador e do sistema no uso da Internet
- Dar a conhecer o funcionamento dos serviços sociais e de algumas medidas de política social.
- Estreitar o relacionamento entre os serviços sociais do Seixal e a AMUCIP.

Conteúdos:

- Sobre a pobreza :
 - Conceitos de pobreza e de exclusão social.
 - Manifestações de exclusão em Portugal e na Europa.
- Metodologia de Projecto:
 - O que é um diagnóstico e como se elabora
 - A passagem dos problemas e necessidades para a definição de objectivos
 - A importância da “gestão das actividades”
 - As práticas de avaliação
 - As actividades com as crianças e as questões pedagógicas colocadas por esta intervenção
 - Organização do espaço de acolhimento de crianças:
- Definição dos objectivos do espaço
- Elaboração do Programa de Actividades e respectivos objectivos específicos
- Construção de uma grelha de indicadores de qualidade para o funcionamento das actividades
- Identificação / Quantificação dos/as destinatários/as das actividades e critérios de selecção
- Estudo das formas de divulgação do Espaço
- Formas de organização do pessoal para a implementação das actividades
- A aplicação dos princípios EQUAL nas actividades
- Estabelecimento de parcerias
- Criação de instrumentos de registo de informação
- Os problemas de insucesso do/no sistema educativo e a importância estratégica da educação para a preparação do futuro
 - A educação como direito social

- os problemas dos insucesso do / no sistema educativo e a importância estratégica da educação para a preparação do futuro.
- A Acção Social e o Rendimento Social de Inserção
- A habitação social no concelho do Seixal
- O mercado de trabalho e a formação profissional a nível nacional e da União Europeia
- Saúde (cuidados pré natais, 1ºs anos de vida, vacinação) e planeamento familiar
- Introdução às tecnologias de informação e comunicação

Metodologia:

Utilização de método expositivo, com a realização de alguns exercícios práticos.

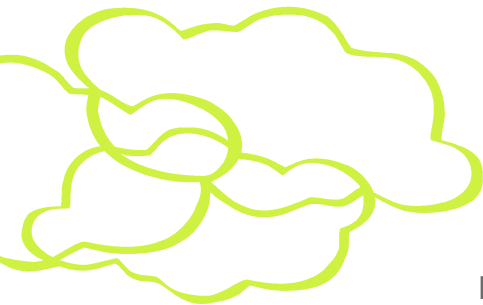
Neste módulo a metodologia expositiva foi a mais utilizada, ainda que no decurso das sessões se tenha utilizado o método interrogativo com forma de obter feed-back do grupo. Método demonstrativo, com recurso à experimentação, sempre que possível por todas as participantes.

MÓDULO 6 **Avaliação da Formação**

30

IDEIAS CHAVE

- O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DE INTRODUIR NO PROCESSO FORMATIVO ESPAÇOS DE REFLEXÃO E MOMENTOS DE PARTILHA SOBRE:
- A ADESÃO DAS APRENDENTES À FORMAÇÃO
- O INTERESSE E RELVÂNCIA DOS CONTEUDOS DE FORMAÇÃO
- IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA A O DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO E PARA A SUSTENTABILIDADE DA AMUCIP



ANEXO 6.a – PILAR IV

FORMAÇÃO PARA AGENTES SOCIAIS DA REDE SOCIAL DE SEIXAL – PLANO DE FORMAÇÃO

Tal como indicado no Pilar IV do Guia, o presente anexo agrupa por um lado, os diversos módulos que constituíram a formação de agentes. Com maior ou menor detalhe, em razão da matéria, contêm o planeamento, os objectivos, metodologias, conteúdos, actividades, duração e recursos técnico-pedagógicos utilizados pelas formadoras. Incluem-se ainda algumas apresentações em power-point, tal como apresentadas pelas formadoras.

Salvo no que respeita ao módulo sobre Cultura Cigana dado pela AMUCIP, e por isso integrado no 'corpo' do texto relativo a este Pilar, todos os outros resultam de ajustamentos de formações já experimentadas noutros contextos e projectos, resultando a inovação do percurso formativo, agora apresentado, como um conjunto coerente para a Cidadania, integrando as Tertúlias como dimensão indissociável neste Pilar IV.

Por outro lado, e reforçando o objectivo da formação/sensibilização em função tanto da comunidade maioritária, como da comunidade cigana, integra uma apresentação em power-point relativa à metodologia das Tertúlias, que sintetiza, quanto referido a propósito no Pilar IV.

O PLANEAMENTO DA FORMAÇÃO – O EXEMPLO DO SEIXAL

1. Enquadramento

O presente Plano de Formação enquadra-se no desenvolvimento do Projecto “P’lo Sonho é que Vamos”, financiado no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL. Este projecto, cuja entidade interlocutora é o CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social – parte das dificuldades de inserção sócio-profissional das comunidades ciganas e, mais concretamente, das mulheres ciganas para quem as responsabilidades familiares e aspectos de natureza cultural limitam o seu percurso escolar e restringem as oportunidades escolares.

Os contactos que o projecto estabeleceu com algumas redes sociais permitiram, ainda, evidenciar as dificuldades de intervenção dos serviços de natureza social (considerando-se o social numa perspectiva muito abrangente) junto destas comunidades, por razões várias, bem como a existência de estereótipos mútuos que dificultam o diálogo entre comunidades ciganas e não ciganas o que, por sua vez, se constituem também como obstáculo à intervenção social.

2. Forma de organização da formação

A formação será organizada como formação presencial, promovendo uma interacção entre formador/a e formando/a.

3. Finalidades e Objectivos da Formação

3.1. Finalidades

- Formar elementos pertencentes a diferentes serviços parceiros da Rede Social do Seixal, para o desenvolvimento de competências para o diálogo intercultural.
- Construir um plano integrado de intervenção social, para o Bairro da Cucena.

3.2. Objectivos Gerais

- Aumentar os conhecimentos sobre a exclusão social e seus processos.
- Desconstruir estereótipos em relação às pessoas em situação de exclusão, e em particular em relação às pessoas das comunidades ciganas.
- Contribuir para a adopção de um conceito comum de inserção.
- Clarificar a pertinência de respostas integradas e de uma abordagem centrada nas pessoas e nas famílias.
- Criar uma prática de reflexão e de auto-avaliação.
- Aumentar a capacidade de planear e de pensar estrategicamente.
- Fomentar uma prática de parceria e de participação.
- Desenvolver competências técnicas para o *empowerment*.

4. Destinatários/as

Trabalhadoras/es e/ou colaboradores/as de diferentes entidades parceiras da Rede Social do Seixal que têm, ou venham a ter, uma intervenção junto das comunidades ciganas do Concelho.

5. Metodologia

Serão utilizados métodos e técnicas diversificados que permitam ir ao encontro dos interesses das/os destinatárias/os. Privilegiar-se-ão pedagogias activas que permitam um “*vai vem*” entre uma abordagem de carácter mais teórico-conceitual e os problemas concretos que se colocam ao diálogo intercultural e a uma intervenção social integrada.

6. Avaliação

A avaliação da formação será realizada em função dos seguintes parâmetros:

- Avaliação da reacção à formação – Será aplicada, por cada módulo e no fim da acção, uma ficha de avaliação junto das/os formandas/os que permitirá saber da sua satisfação sobre: o desempenho dos/as formadores/as; modelo organizativo da acção; os recursos afectos à formação; grau de cumprimento dos objectivos definidos.
- Balanço de Competências – De acordo com os procedimentos da Iniciativa Comunitária EQUAL, o projecto aplicará, junto das/os formandas/os, um Balanço de Competências (no início e no final da acção) com o objectivo de promover uma reflexão individual que torne o processo de aprendizagem e, como tal, de aquisição de competências, visível e consciente para cada um/a e para o projecto no seu conjunto.

7. Recursos humanos a afectar

- 1 elemento do CESIS responsável pela organização da formação.
- 1 coordenadora pedagógica – elemento do CESIS.
- Formadores/as internos/as e externos/as ao CESIS.
- 1 elemento de contacto na Câmara Municipal do Seixal .

8. Equipamento

Solicita-se à Câmara Municipal do Seixal a cedência do seguinte equipamento para a realização das sessões de formação:

- Computador;
- Data display;
- Retroprojector;
- Quadro branco;
- Quadro de papel e canetas;
- Sala de formação.

9. Programa de Formação

I. O Planeamento da Intervenção Social

1. A intervenção social como componente de desenvolvimento das políticas sociais
 - 1.1. Transformação social e emergência de novos conceitos de política social
 - 1.2. Necessidades, bem-estar e direitos sociais
 - 1.3. Da consignação de direitos às condições de promoção do seu acesso no território português
 - 1.3.1. Educação
 - 1.3.2. Emprego e Formação
 - 1.3.3. Saúde
 - 1.3.4. Habitação
 - 1.3.5. Protecção Social
2. O Planeamento processo da metodologia de investigação-acção
 - 2.1. Metodologias de investigação-acção
 - 2.2. Metodologia de projecto
 - Diagnóstico: o diagnóstico como processo de reconstrução do(s) problemas; métodos e técnicas para um diagnóstico partilhado e participado
 - Planificação das acções: a coerência necessária entre objectivos e actividades; a escolha das estratégias; o factor tempo e o realismo no planeamento e na execução dos programas
 - Avaliação: os diferentes modelos e tipos de avaliação; as questões chave e os indicadores de avaliação; a planificação da avaliação; auto-avaliação e avaliação de impactos

II. A Interculturalidade na Intervenção Social

1. Diversidade cultural e interculturalidade
 - Abordagem conceptual
 - Abordagem normativa (nível nacional, comunitário e internacional)
2. A cultura cigana analisada do seu próprio interior
 - Comunidade cigana – a necessidade de um olhar plural
 - Os/As ciganos/as na história recente do país
 - A saúde
 - A educação
 - A família e o trabalho
 - O papel das mulheres ciganas

3. O papel do/a interventor/a social no combate às discriminações

- Competências do/a interventor/a social para a desconstrução de estereótipos
- Comunicação para a inserção: a comunicação como processo de troca; a assertividade; a linguagem como factor facilitador ou bloqueador; o espaço físico potenciador da comunicação; estratégias de comunicação para grupos específicos
- A ética profissional na intervenção profissional
- Gestão do stress e gestão de conflitos

III. A Construção de um Projecto de Intervenção Social

Módulo prático que assentará na construção de um plano integrado de intervenção social. Este módulo será transversal a toda a formação, embora venha a ter um momento final de maior desenvolvimento / aprofundamento.

10. Carga Horária

2006 = 30 horas de formação teórica; 18 horas de formação prática.

2007 = 12 horas de formação teórica; 12 horas de formação prática.

42 horas de formação teórica e 30 horas de formação prática

Cronograma

TEMA	HORAS	DATA	FORMADOR/A
A intervenção social como componente de desenvolvimento das políticas sociais: <ul style="list-style-type: none">➤ Transformação social e emergência de novos conceitos de política social➤ Necessidades, bem-estar e direitos sociais➤ Da consignação de direitos às condições de promoção do seu acesso no território português	6	8 Janeiro	Ana Cardoso
Metodologias de investigação-acção Metodologia de projecto: <ul style="list-style-type: none">➤ Diagnóstico: o diagnóstico como processo de reconstrução do(s) problemas; métodos e técnicas para um diagnóstico partilhado e participado➤ Planificação das acções: a coerência necessária entre objectivos e actividades; a escolha das estratégias; o factor tempo e o realismo no planeamento e na execução dos programas	12	9 e 15 Janeiro	Ana Cardoso

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliação: os diferentes modelos e tipos de avaliação; as questões chave e os indicadores de avaliação; a planificação da avaliação; auto-avaliação e avaliação de impactos 	12	16 Janeiro	Ana Cardoso
Diversidade cultural e interculturalidade – Abordagem Conceptual e Abordagem Normativa	12 + 6	12 e 13 Fevereiro 17 Maio	CIDAC Maria do Céu da Cunha Rego
A cultura cigana analisada do seu próprio interior	12	21 e 28 Fevereiro	AMUCIP
<p>O papel do/a interventor/a social no combate às discriminações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Competências do/a interventor/a social para a desconstrução de estereótipos ➤ Comunicação para a inserção: a comunicação como processo de troca; a assertividade; a linguagem como factor facilitador ou bloqueador; o espaço físico potenciador da comunicação; estratégias de comunicação para grupos específicos ➤ A ética profissional na intervenção profissional ➤ Gestão do stress e gestão de conflitos, em especial no âmbito do relacionamento entre pessoas ciganas e não ciganas. 	12	7 e 15 Março	Noémia Bandeira
<p>A Construção de um Projecto de Intervenção Social</p> <p>Módulo prático que assentará na construção de um plano integrado de intervenção social para as comunidades ciganas no Concelho do Seixal</p>	12	9 e 19 Abril	Ana Cardoso

FORMAÇÃO PARA AGENTES SOCIAIS

MÓDULO 0

Balanco de Competências

Tempo mínimo – 3 h

IDEIAS CHAVE

- O BALANÇO DE COMPETÊNCIAS (BC) É UMA DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO E DE AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO FORMATIVA.
- CONSIDERA-SE QUE O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJECTO CONTRIBUI PRIVILEGIADAMENTE PARA A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM CONTEXTO DE TRABALHO. O BC É UMA DAS FORMAS DE TORNAR ESSE PROCESSO DE APRENDIZAGEM CONSCIENTE E DE POTENCIAR OS SEUS RESULTADOS, NA PROSSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS DE QUALQUER FORMAÇÃO.

Objectivos Gerais

- Promover uma reflexão individual e conjunta dos/as destinatários/as do projecto, para um maior envolvimento de todos/as nas acções do mesmo e, em particular, nas suas acções de formação.
- Construir uma forma privilegiada de avaliação.
- Identificar as competências a desenvolver com a formação

37

Metodologia específica do Balanço de Competência

Os exercícios de BC partiram, em cada um dos grupos, de uma identificação das competências necessárias para o desempenho das funções que estarão “em causa” no âmbito do projecto (para a PD) ou no domínio de um trabalho de intervenção social, seguindo-se os seguintes passos:

1. Identificação das funções a desempenhar no projecto
2. Brainstorming para identificação das competências que devem corresponder a essas mesmas funções
3. Construção de uma grelha de competências, organizadas de acordo com a natureza das competências identificadas (saber ser, saber fazer, saber saber)
4. Posicionamento na grelha, de acordo com o grau de desenvolvimento das competências, numa escala de 1 a 4.
5. Devolução e discussão de resultados.

O Balanço de competências foi aplicado no início e no final da intervenção formativa junto de cada um dos grupos.

Competências a desenvolver com a formação

Saber Ser

- Saber ser tolerante
- Saber ser paciente
- Saber ser persistente
- Saber estabelecer uma relação empática com os/as utentes
- Saber respeitar a diversidade cultural
- Ter capacidade de ouvir atentamente
- Saber aceitar o outro
- Saber minorar cada vez mais alguns preconceitos ainda existentes
- Saber ser simpático/a
- Saber ser firme
- Saber compreender, interpretar o que nos é comunicado
- Saber ser assertivo/a
- Saber ser claro/a quanto à possibilidade de realizar as expectativas do público-alvo
- Saber tomar atitudes que ajudem o crescimento individual/familiar de cada utente
- Saber ir ao encontro das expectativas de cada utente
- Saber interagir e desenvolver um relacionamento pessoal positivo com outras comunidades culturais
- Saber respeitar a cultura em geral
- Saber evitar juízos de valor
- Saber respeitar a diferença

Saber Saber

- Saber estratégias de comunicação e de relacionamento
- Entender a pobreza e a exclusão como fenómenos sociais
- Saber acerca da postura e da forma de estar e comunicar com diferentes etnias
- Saber como melhorar as condições de vida e de estar de pessoas de diferentes etnias na sociedade onde estão inseridas
- Saber não intervir a um nível que não seja da competência de cada um/a

- Saber quais os recursos e dispositivos disponíveis para a resolução dos problemas apresentados
- Saber sobre a realidade cultural das diferentes etnias que compõem a população do Município e, nomeadamente, sobre cultura cigana
- Saber elaborar diagnósticos e planos de intervenção social
- Saber mobilizar os membros da comunidade
- Ter um conhecimento mais aprofundado sobre a população de etnia cigana
- Saber utilizar uma linguagem que permita um bom entendimento entre técnico/a e utente
- Saber fazer o acompanhamento da formação tendo em conta o público-alvo
- Ter conhecimentos teóricos que permitam uma abordagem integrada e sistemática da realidade, que a intervenção social necessita
- Saber fazer a interligação entre teoria e prática, tendo em conta as necessidades da população-alvo
- Conhecer os direitos das pessoas
- Interagir com os vários parceiros sociais e institucionais para poder encaminhar os/as utentes de acordo com as suas necessidades.

Saber Fazer

- Ser capaz de diagnosticar os problemas de cada um/família ajudando na sua resolução
- Saber dinamizar as várias redes que intervêm com a nossa população-alvo
- Saber mediar as várias entidades envolvidas
- Saber accionar os meios e recursos disponíveis para a resolução dos problemas apresentados
- Saber adequar o conhecimento sobre multiculturalidade ao planeamento e operacionalização da intervenção social
- Saber melhorar a técnica de atendimento / acompanhamento social às famílias
- Saber observar
- Saber respeitar
- Saber orientar
- Saber agir através do planeamento sustentado em conhecimento objectivo
- Saber não tomar a parte pelo todo
- Saber fazer acompanhamento social, em parceria com diferentes entidades / organismos, com vista ao cumprimento dos objectivos

- Saber construir estratégias que permitam dar respostas às necessidades da população-alvo
- Saber criar instrumentos que informem, que reforcem a responsabilidade dos/as utentes
- Saber criar condições, em atendimento, para que exista uma postura de confiança
- Saber ser criativa/o por forma a melhorar a prática profissional
- Saber adequar a intervenção às características da população de etnia cigana
- Saber garantir a confidencialidade, ética e deontologia perante o público
- Saber abranger outros grupos e instituições na actividade que desenvolvem
- Saber gerir conflitos

MÓDULO I

O Planeamento da Intervenção Social

Tempo mínimo – 21 h

IDEIAS CHAVE

- A INTERVENÇÃO SOCIAL DEVE SER ENTENDIDA COMO UMA COMPONENTE DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS, DAÍ A IMPORTÂNCIA DA NOÇÃO DE QUE AS/OS PROFISSIONAIS DESTAS ÁREAS SÃO AGENTES / ACTORES SOCIAIS.
- PENSAR A INTERVENÇÃO SOCIAL NÃO PODE SER UM ACTO DESENUADRADO DAS PREOCUPAÇÕES CENTRAIS DA POLÍTICA SOCIAL, EM GERAL, QUER AO NÍVEL DA PROMOÇÃO DE BEM ESTAR, QUER AO NÍVEL DA SATISFAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS, COMO FORMA DE COMBATER PROCESSOS DE SITUAÇÕES DE POBREZA E DE EXCLUSÃO SOCIAL.
- PENSAR A INTERVENÇÃO SOCIAL NAS SOCIEDADES ACTUAIS É SABER QUE AS TRANSFORMAÇÕES EMERGENTES (SUA QUANTIDADE, QUALIDADE E VELOCIDADE DE EMERGÊNCIA) OBRIGAM A UMA OUTRA ARTICULAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E ACÇÃO. IMPLICA A RENÚNCIA DO CARÁCTER CONTEMPLATIVO DA CIÊNCIA E UMA CONCEPÇÃO PRAGMÁTICA DO CONHECIMENTO. NESTE SENTIDO IMPÕE A PRESENÇA DE UMA METODOLOGIA DE PLANEAMENTO COMO PROCESSO DA PRÓPRIA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO ONDE AS DINÂMICAS DA PARTICIPAÇÃO E DA PARCERIA SÃO FUNDAMENTAIS.

Objectivos Gerais

- Aumentar os conhecimentos sobre pobreza e exclusão social.
- Contribuir para a definição de objectivos comuns das parcerias em torno das orientações centrais da política social em geral, enquanto promotora de bem estar e das condições para a verificação de direitos sociais.

- Aumentar a capacidade de planear e de pensar estrategicamente.
- Discutir conceitos e fomentar práticas de parceria, de participação e empoderamento.

Conteúdos, Actividades e Recursos Técnico- Pedagógicos

CONTEÚDOS	METODOLOGIAS / SUGESTÕES DE ACTIVIDADES	RECURSOS TÉCNICO- -PEDAGÓGICOS
<p>1. A intervenção social como componente de desenvolvimento das políticas sociais</p> <p>1.1. Transformação social e emergência de novos conceitos de política social</p> <p>1.2. Necessidades, bem-estar e direitos sociais</p> <p>1.3. Da consignação de direitos às condições de promoção do seu acesso no território português</p> <p>O objectivo da política social centrada na promoção de bem estar deve considerar não só a satisfação das necessidades humanas como a verificação dos direitos sociais.</p> <p>A emergência de novas condições de satisfação do bem estar à luz das transformações sociais.</p> <p>Definição de direitos sociais e abordagem dos seus limites no contexto da política social.</p> <p>Os direitos sociais na Constituição da República Portuguesa</p> <p>Conceitos de pobreza e de exclusão social.</p> <p>Pobreza em Portugal e na Europa.</p> <p>As especificidades da exclusão social nas comunidades ciganas</p> <p>2. O Planeamento enquanto processo da metodologia de investigação-acção</p>	<p>Apresentação de slides</p> <p>Exercício para a identificação pessoal das necessidades presente na vida quotidiana de cada um /a.</p> <p>Discussão do trabalho produzido e à luz de duas orientações: “a evolução das necessidades” e “o que precisamos para nós; o que achamos que os outros precisam”</p> <p>Trabalhos de grupo para a identificação dos direitos sociais e dos seus limites. Discussão dos trabalhos à luz das imagens sobre a medida Rendimento Social de Inserção</p> <p>Apresentação dos artigos da Constituição referentes ao Trabalho / Emprego; Educação; Saúde; Habitação e Protecção Social.</p> <p><i>Brainstorming</i> sobre definições de pobreza e de exclusão social.</p> <p>Exercício colectivo: “Imagens da pobreza: o que pensamos que é um pobre?”</p> <p>Apresentação de dados estatísticos do Eurostat sobre a pobreza na Europa.</p> <p>Leitura de documentos da Comissão Europeia (2004) e do Conselho da Europa (2005).</p>	<p>Computador com projector para apresentação dos slides previamente preparados.</p> <p>Papelógrafo e canetas de várias cores.</p>

2.1. Metodologias de investigação-ação

2.2. Metodologia de projecto: do diagnóstico à avaliação

2.3. Parceria, participação e empoderamento como estratégias da metodologia de projecto

Discussão das transformações sociais em curso e suas implicações no domínio do conhecimento e das práticas.

A investigação-ação como processo continuado de produção de conhecimento que parte de um problema e se centra no processo prático da sua transformação.

A metodologia participativa de projecto como metodologia científica de intervenção, baseada numa ordem lógica de operações sequentes.

O "jogo estratégico de actores"

O Diagnóstico social como diagnóstico para a mudança, aberto, sistémico e prospectivo.

Abordagem de algumas técnicas de diagnóstico

A transformação dos problemas em objectivos

A avaliação de projectos: definição de avaliação; modelos de avaliação

Discussão dos conceitos e práticas de parceria, participação e empoderamento

Apresentação de slides

Aplicação de técnicas de "análise de actores": matriz de identificação de actores; sociograma de actores; arco-íris; matriz simbólica de análise organizacional. Estas técnicas foram aplicadas partindo-se da realidade de cada concelho.

Trabalho de grupo para aplicação da análise SWOT, espinha de peixe e árvore ou nuvem de problemas. Estas técnicas foram aplicadas partindo-se da realidade de cada concelho.

Trabalho de grupo para a construção de uma árvore de objectivos a partir do exercício de diagnóstico

MÓDULO II

A Interculturalidade na Intervenção Social

TEMA APRENDIZAGEM INTERCULTURAL

Carga horária/ formato: 2 sessões de 6 horas

Objectivos Específicos:

os participantes

1. percebem as dificuldades de apreensão de elementos culturais de culturas diferentes da sua própria e as tendências para a utilização de referenciais calcados na própria cultura na atribuição de significados a padrões culturais desconhecidos;
2. refletem sobre suas próprias imagens e preconceitos e sobre o jogo de espelho entre as referências culturais e as percepções que as pessoas tem sobre culturas diferentes da sua;
3. percebem os diferentes estágios da convivência entre culturas diferentes num mesmo ambiente (rejeição.... "tolerância".... interculturalidade) compreendem a diferença entre multicultural e intercultural e refletem sobre os desafios da interculturalidade;
4. refletem sobre suas múltiplas pertenças e a interacção (hierarquizada e mais ou menos harmoniosa) entre estas na formação e evolução da própria identidade;
5. identificam potencialidades e estratégias pessoais e grupais para o desempenho do seu papel como técnicos sociais

Metodologia a utilizar:

- métodos activos de aprendizagem – jogos e simulações, trabalhos em pequenos grupos e discussões em sessão plenária, para estimular os participantes a adoptar uma atitude reflexiva e crítica sobre os temas em foco; o formador no papel de facilitador da aprendizagem,
- método de oficina de planeamento para a troca e análise de ideias entre os participantes com o objectivo de identificação e definição de ideias comuns; o formador como moderador do processo.

PRIMEIRA SESSÃO: 6 HORAS

UNID. TEMÁTICAS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Introdução à acção de formação	Levantamento das questões e expectativas dos participantes sobre os temas da formação. Introdução à metodologia de trabalho.	30 minutos
Cultura Profunda e Percepção.	Reflexão em torno da “visibilidade” e “invisibilidade” dos elementos da cultura e dos fenómenos de auto-referência cultural na atribuição de sentido a culturas diferentes.	1 hora e 30min.
Imagens e Preconceitos	Reflexão sobre o jogo de espelho entre as referências culturais das pessoas e as percepções que tem sobre culturas diferentes da sua e sobre suas próprias imagens e preconceitos.	1 hora e 30min.
Da Exclusão à Interculturalidade	Percepção dos diferentes estágios da coexistência entre culturas diferentes. Compreensão da diferença entre multicultural e intercultural. Reflexão sobre os desafios da interculturalidade	2 horas

SEGUNDA SESSÃO: 6 HORAS

UNID. TEMÁTICAS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Múltiplas Pertencas e Identidade	Reflexão sobre suas múltiplas pertencas e a interacção (hierarquizada e mais ou menos harmoniosa) entre estas na formação e evolução da própria identidade	2 horas
Intervenção social e interculturalidade	Percepção mais clara das responsabilidades e desafios do papel de técnico social. Identificação das potencialidades e estratégias pessoais e grupais para o desempenho do papel numa perspectiva de contribuição para a promoção da interculturalidade.	3 horas e meia
Avaliação da Formação	Avaliação pelos formandos dos resultados, conteúdos e metodologia formação.	30 min.

TEMA DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÉNERO, MOBILIDADE GEOGRÁFICA, NÃO DISCRIMINAÇÃO E CIDADANIA

Tempo mínimo – 6 horas

IDEIAS CHAVE

- OS DIREITOS HUMANOS SÃO DIREITOS DE HOMENS E MULHERES QUALQUER QUE SEJAM AS SUAS COMUNIDADES CULTURAIS DE IDENTIFICAÇÃO E DEVEM SER EXERCIDOS EM IGUALDADE E COM RESULTADOS EQUILIBRADOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO.
- A MOBILIDADE É UM DIREITO HUMANO DOS HOMENS E DAS MULHERES.
- O DIREITO NACIONAL, COMUNITÁRIO E INTERNACIONAL VISA A CONCRETIZAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EQUILIBRADA, HARMONIOSA E INTERCULTURAL

Objectivos gerais:

Melhorar e contextualizar conhecimentos e aprofundar competências nos domínios dos direitos humanos, da igualdade de género, das migrações internacionais e da cidadania global, para qualificar a intervenção profissional

Competências a adquirir pelos/as formandos/as:

- Identificar os direitos humanos;
- Reconhecer que a universalidade dos direitos humanos resulta da universalidade das necessidades básicas dos seres humanos;
- Ter consciência de que todos os seres humanos são sujeitos de direito, seres sociais participativos e de que há direitos que respeitam a todos os seres humanos onde quer que se encontrem, ou seja, de que há direitos humanos universais;
- Estabelecer relação entre o exercício dos direitos e o cumprimento de deveres num Estado de Direito;
- Identificar as desigualdades de género na esfera pública e na esfera privada;
- Identificar as razões da assimetria na distribuição entre homens e mulheres do trabalho pago e não pago, dos recursos e do poder real e simbólico;
- Explicitar os conceitos de sexo e género, diferença e desigualdade
- Identificar algumas diferenças culturais entre comunidades ciganas e não

ciganas no domínio dos papéis sociais de género;

- Encorajar a utilização de uma linguagem que respeite a igual visibilidade e a igual dignidade de homens e de mulheres
- Identificar as fontes do direito aplicável aos direitos humanos, à igualdade de género, à não discriminação designadamente de pessoas culturalmente minoritárias e à interculturalidade, a nível internacional, comunitário e nacional;
- Encontrar respostas para promover a igualdade de género e os direitos humanos em geral no desempenho profissional;
- Avaliar a importância do género na mobilidade internacional de pessoas;
- Constatar que a mobilidade geográfica, as migrações internacionais e a fixação de comunidades estrangeiras foram e são inerentes às sociedades humanas independentemente do seu grau de desenvolvimento e podem traduzir-se num estilo de vida para que uma organização social democrática tem que encontrar resposta equilibrada;
- Argumentar e defender uma posição sobre o relativismo cultural;
- Retirar consequências para as práticas profissionais do reconhecimento de que a dignidade da pessoa está no centro de uma organização social democrática;
- Desenvolver consciência crítica para o exercício da cidadania.

46 Metodologia

Privilegia-se a reflexão a partir do próprio trabalho dos/as formandas/as individualmente e em grupo.

Procura-se interpretar a rotina.

Oferecem-se possibilidades de acesso por via electrónica ao direito aplicável, cujo conhecimento é indispensável ao empoderamento do/a agente e da pessoa com quem tem que interagir no quadro profissional.

Percurso formativo

Neste módulo começa-se por evidenciar que havendo necessidades básicas comuns a qualquer ser humano – bebé, adoloscete/jovem e pessoa adulta - também há direitos – a que correspondem deveres – comuns a todas as pessoas onde quer que se encontrem e quaisquer que sejam as suas circunstâncias. Tem assim início a criação de condições para que o debate sobre o relativismo cultural possa vir a ter lugar num contexto mais informado, mais desanuviado e mais aberto.

A dimensão do género é introduzida a partir da reflexão de que homens e mulheres são sujeitos de direitos humanos em igualdade.

Esta parte da formação segue o modelo já testado com êxito no quadro do Projecto Delfim desenvolvido pela CITE no âmbito da Iniciativa Comunitária ADAPT e de que resultou um manual de formação¹, ajustado à formação de formadores/as conforme referencial do IEFP² e de novo ajustado e testado no quadro do Referencial de Formação sobre Cidadania Intercultural nas Práticas Profissionais resultante do Projecto EQUAL “Migrações e Desenvolvimento”, desenrolando-se em três momentos e comparando sistematicamente a realidade das comunidades maioritárias e das comunidades ciganas, em Portugal e na União Europeia:

- 1º Conhecer a realidade – saber olhar e ver como é a situação das mulheres e dos homens em todas as esferas da vida partindo de cenas do quotidiano, comparar os vários indicadores do desenvolvimento humano e apreciar os resultados;
- 2º Reflectir sobre a realidade – questionar o que sempre foi óbvio, identificar as razões das assimetrias, perceber a falsidade do universal neutro, entender as razões para mudar as práticas, designadamente a utilização da linguagem sem respeito pela igualdade de género, perceber que a normatividade social é contrária ao direito;
- 3º Intervir sobre a realidade – assumir a igual cidadania das mulheres e dos homens e as suas consequências na participação equilibrada de homens e mulheres em todas as esferas da vida, conhecer as fontes do direito nacional, internacional e comunitário em matéria de igualdade de género para fundamentar o encaminhamento e até o aconselhamento em casos mais comuns, entender que todas as pessoas têm a liberdade de fazer escolhas que respeitem a igualdade de género, independentemente das responsabilidades de intervenção estrutural por parte do Estado ou da actividade económica.

Introduz-se brevemente o tema dada mobilidade geográfica e das migrações internacionais, recordando que a emigração é um dos Direitos Humanos. Procura-se aqui evidenciar que a mobilidade na busca de uma vida melhor é inerente ao ser humano, que tem sido constante ao longo da história, designadamente na história de Portugal, e que está presente em todos os Países do mundo.

Trabalha-se a ideia de cidadania numa perspectiva de igualdade de todos os seres humanos, acrescentando relativamente às pessoas ciganas portuguesas, o facto de nem sempre se ter presente que têm a nacionalidade da comunidade cultural maioritária.

Aborda-se o tema da discriminação relativamente ao núcleo duro dos direitos humanos de que qualquer pessoa é sujeito.

¹ *Manual de Formação de Formadores/as em igualdade entre Mulheres e Homens*, CITE, Lisboa, 2003.

² *Colecção: Referenciais de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as. Título: Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores/as - Para uma Cidadania Activa: A Igualdade de Homens e Mulheres*, CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES, 2004

A sessão deve concluir de modo a permitir a avaliação das competências adquiridas pelos/as formandos/as para desempenhos profissionais mais informados nos domínios objecto da formação.

CONTEÚDOS	METODOLOGIAS / SUGESTÕES DE ACTIVIDADES	RECURSOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS
Apresentação dos/as participantes – Levantamento de expectativas		
Necessidades básicas do ser humano Direitos humanos	<p>Trabalho em grupo sobre necessidades básicas do ser humano e direitos humanos:</p> <p>Se possível, organizar 3 grupos para que em 5 minutos concluem:</p> <p>1º- De que é que todos os bebés precisam em qualquer parte do mundo?</p> <p>2º- E adolescentes?</p> <p>3º- E pessoas adultas?</p> <p>Escrever - 5 minutos</p> <p>1 porta-voz por grupo ou 3 voluntários/as para escrever no flip chart</p> <p>Leitura individual da DUDH</p> <p>Comparação colectiva com o que falta ou o que sobra no que foi escrito</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Flip-chart - Marcadores coloridos - Tantos exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos quantas as pessoas em formação
<p>I – Conhecer a realidade</p> <p>Situação de homens e mulheres em Portugal face ao exercício dos seus direitos humanos:</p> <p>O DIREITO ao EMPREGO</p>	<p>Exibição do DVD “Oferta de Emprego” e trabalho de grupo em função das seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A história tem correspondência na realidade? - Como foi a situação para o rapaz? - Como foi para a rapariga? - Comentários livres <p>Apresentação de dados estatísticos sobre a situação de homens e mulheres em Portugal</p>	<p>DVD “Oferta de Emprego”</p> <p>Retroprojector e acetatos sobre a situação de homens e mulheres em Portugal em diversos domínios, designadamente sobre o</p>

<p>Comparações com a situação de comunidades ciganas</p>	<p>Referência a endereços electrónicos e sua apresentação</p> <p>Leitura e análise de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - extracto(s) de Relatórios da UE e do Conselho da Europa sobre a situação das mulheres e raparigas em matéria de género das comunidades Ciganas na Europa; - Extractos de "Tomar a Palavra" - a realidade em Portugal 	<p>mercado de trabalho e a ocupação do tempo.</p> <p>Computador com ligação à internet e data-show</p> <p>Tantos exemplares do livro "Tomar a Palavra" quantas as pessoas em formação</p>
<p>Direitos humanos e papéis sociais: o género e o conflito entre normatividades sociais diversas e a normatividade legal em Portugal</p> <p>A diferença como um observável fácil (biológico, aritmético) que esconde a desigualdade estrutural</p> <p>O homem como medida de todas as coisas</p> <p>A linguagem como reprodução de desigualdade de género</p>	<p>Reflexão e debate a partir de notícias de jornais e da análise de definições de dicionário</p> <p>Exercícios sobre a linguagem, se possível em grupo, a partir de um modelo de boas práticas</p>	<p>Acetatos</p> <p>Distribuir o guia de linguagem Acetato Síntese linguagem</p>
<p>O direito da igualdade de género, da não discriminação e da interculturalidade a nível internacional, comunitário e nacional</p>	<p>Referência a endereços electrónicos e respectiva apresentação</p>	
<p>O direito das pessoas a emigrar</p> <p>A mobilidade e as migrações internacionais como expressão da liberdade</p>	<p>Leitura do Art.º 13 – n.º 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos – A liberdade de emigrar</p> <p>Se o tempo o permitir,</p>	<p>Declaração Universal dos Direitos Humanos</p> <p>Acetatos</p>

individual, da liberdade económica, dos avanços tecnológicos e da globalização dos mercados

Situação das comunidades minoritárias, em especial pessoas e comunidades ciganas

A inclusão social como objectivo da democracia, da economia e do desenvolvimento sustentável

O direito como resposta para a eliminação das discriminações:

- o paradigma do sujeito de direitos e 'os outros' como objecto de discriminação

Cidadania, contrato social e Estado de Direito democrático:

- o indivíduo sujeito de direitos e de responsabilidades
- os limites ao exercício dos direitos
- os deveres fundamentais do Estado para com todo e qualquer indivíduo, para com todo/a e qualquer nacional e para com toda/o e qualquer cidadã/o da União Europeia
- O Estado garante de direitos e de responsabilidades
- A universalidade dos Direitos Humanos e o debate sobre o relativismo cultural: a liberdade cultural

apresentação e comentário sobre dados estatísticos relativos às migrações internacionais

As assimetrias face à situação de nacionais e comunidades culturais maioritárias

Direito aplicável em geral sobre anti discriminação e em concreto a comunidades ciganas

Exposição, questionamento e debate

Reflexão e debate sobre cultura e liberdade individual

Páginas internet legislação anti-discriminatória:

- ACIME sobre
- UE
- Conselho da Europa
- Outras

Relatório de 2004 do PNUD, sobre Liberdade Cultural

MÓDULO III

A Construção de um Projecto de Intervenção Social

Tempo mínimo – 3 h

IDEIAS CHAVE

- A INTERVENÇÃO FORMATIVA DEVE TER UMA UTILIDADE PARA A PRÁTICA PROFISIONAL DOS GRUPOS DE FORMANDAS / OS E POTENCIAR UM BENEFÍCIO, AINDA QUE INDIRECTO, PARA AS COMUNIDADES CIGANAS.
- A FORMAÇÃO DEVE REVESTIR-SE DE UM ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS PROFISIONAIS E SUSCITAR O SURGIMENTO DE NOVAS INTERVENÇÕES.

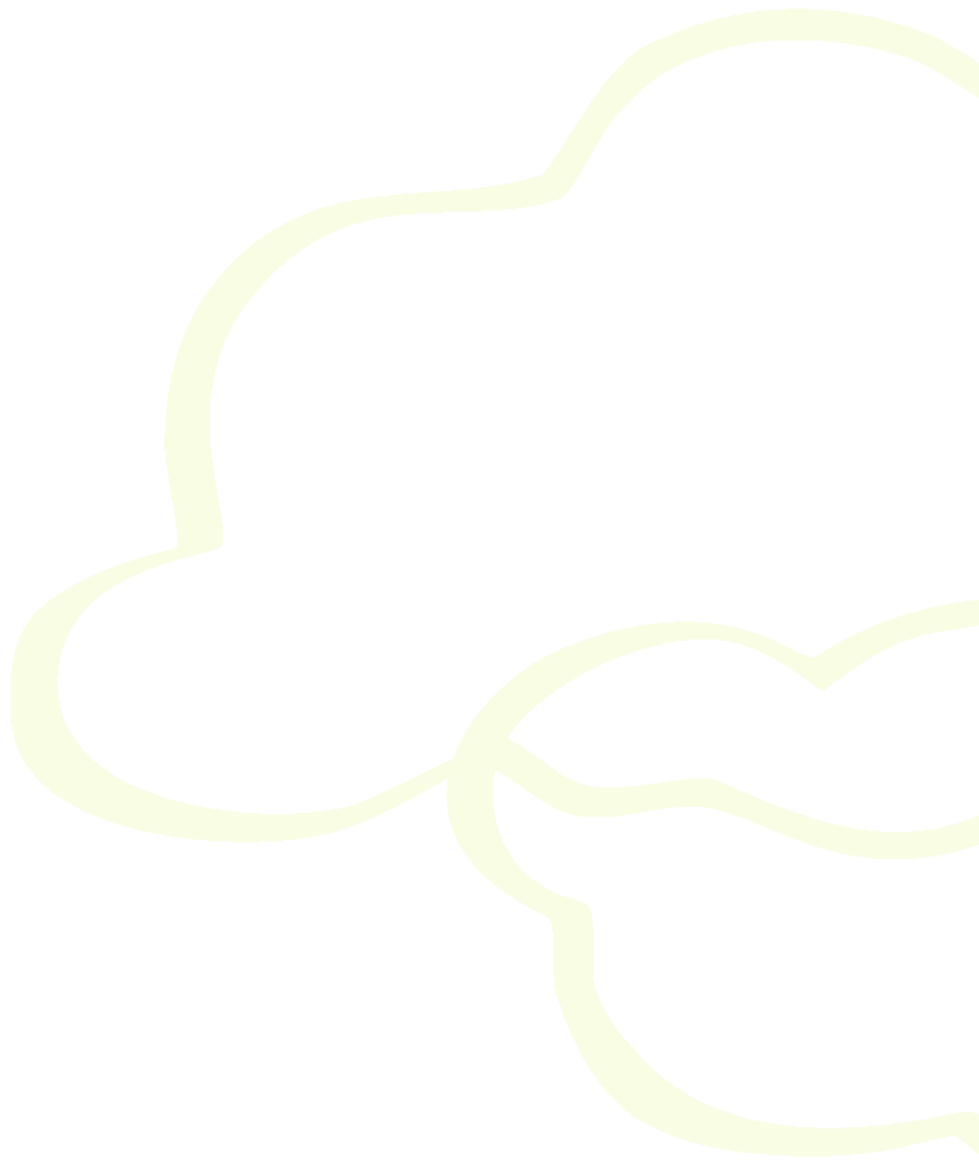
Objectivos Gerais

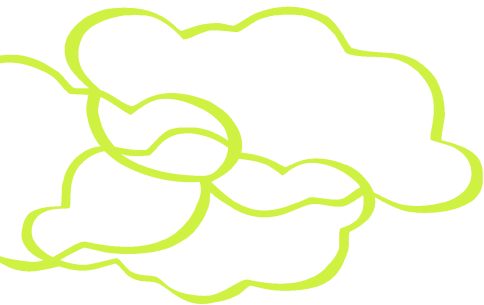
- Elaborar projectos de intervenção a nível local.

Conteúdos, Actividades e Recursos Técnico- Pedagógicos

Este módulo de formação teve um carácter essencialmente prático permitindo a utilização e aplicação de um conjunto de conhecimentos adquiridos na formação e ajustou-se às necessidades de cada grupo. Assim, de um mínimo de 3 horas verificado no concelho do Seixal, este módulo teve uma duração máxima em Beja, com 12 horas.

Em cada local a ideia foi, partindo das aprendizagens adquiridas identificar as necessidades de intervenção social dirigidas às comunidades ciganas e desenhar propostas de intervenção à medida.





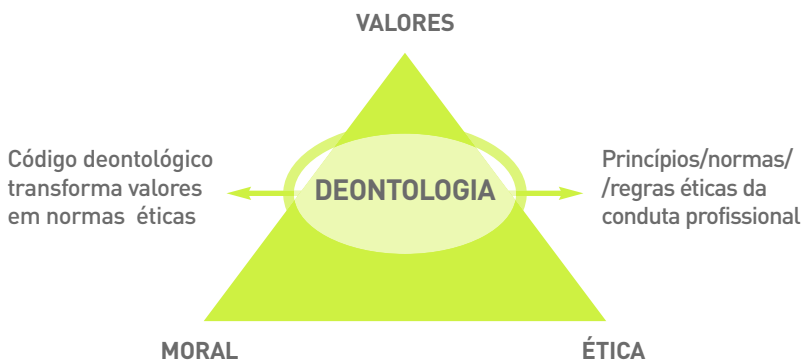
ANEXO 6.b – PILAR IV

FORMAÇÃO A ACTORES SOCIAIS

REDE SOCIAL DO SEIXAL

Noémia Bandeira - Março 2007

ÉTICA PROFISSIONAL



53

Valores

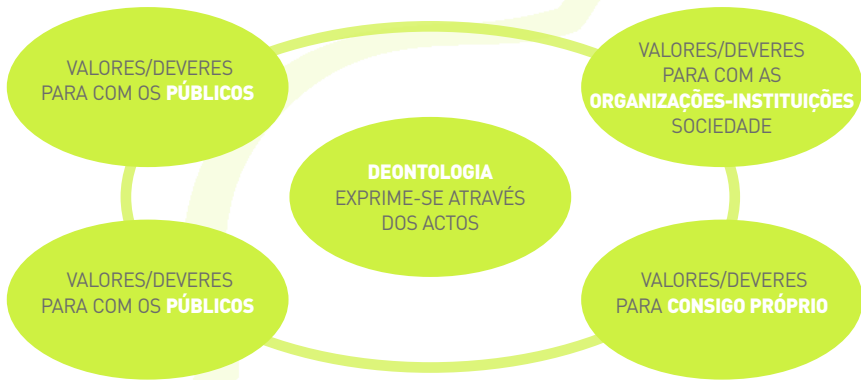
São a referência da Moral e da Ética

Só se tornam efectivos quando aceites/apropriados e reinterpretados por cada sujeito

Moral - conjunto de regras que nos guiam na apreensão do bem e do mal e regulam as nossas condutas (o que é que eu devo fazer?)

Ética - reflexão, análise e crítica sobre os fins e as regras que guiam a nossa acção (como é que devo fazer?)

Preciso de pensar quais os valores de referência que perfilho



VALORES básicos do trabalho social profissional (ONU, 1992)

- Vida
- Liberdade e Autonomia
- Igualdade e Não Discriminação
- Justiça
- Solidariedade
- Responsabilidade Social
- Evolução, Paz e Não Violência
- Relações entre o Homem e a Natureza

Ética Profissional

- Supõe uma relação de proximidade com o outro Implica rostos com desejo de diálogo
- Supõe o reconhecimento do direito ao direito (o direito de todos a serem reconhecidos como sujeitos de direitos)

AUTO-REFLEXÃO E A REFLEXÃO PARTILHADA CONSTITUEM O CAMPO DE CRIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ÉTICA

NÃO FAÇAS AOS OUTROS O QUE NÃO GOSTARIAS QUE TE FIZESSEM A TI

NÃO PENSES OS OUTROS DESPROVIDOS DE CAPACIDADES COGNITIVAS AFECTIVAS, VALORATIVAS

Conhecimento e competências para a qualidade profissional



Cuidar da(s) competência (s) como valor/dever deontológico



55

RELAÇÃO DE CONFIANÇA (base do exercício profissional)

Não é possível sem abertura para aceitar as diferenças de ver, sentir e viver.

CONFLITO INTER CULTURAL (proposta de entendimento)

Divergência posta em evidência entre actores sociais, a partir da qual a interacção se torna difícil, não apenas pelas diferenças por relação à cultura, língua, necessidades, origem territorial, aspirações, hábitos de vida consolidados, etc., mas sobretudo pela incapacidade de aceitar “o outro” na sua diferença e complexidade.

CONFLITO É NECESSÁRIO E PODE SER POSITIVO

- Quando o contexto favorece uma cultura de aceitação do outro (implica capacidade recíproca de adaptação onde todos entendem a necessidade de colocar em relação sinérgica as diferenças em vez de as anular);
- Sinal de vivacidade da sociedade, expressão do encontro das diferenças que devem e querem coabitar, sinónimo de confrontação dialéctica e democrática.

O SABER ESTAR E SABER FAZER DO PROFISSIONAL DEPENDE DA CONSCIÊNCIA QUE TEM DE SI, NOMEADAMENTE DOS ESTEREÓTIPOS DE INTERPRETAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Preconceitos e automatismos mais frequentes:

- Apreendemos informação incompleta mas organizamo-la como se fosse completa e...classificamos e tipificamos;
- Tomamos a nossa percepção do real pela realidade, auto-alimentamos os nossos pontos de vista;
- Encaixamos as pessoas e os seus comportamentos nos nossos significados e definições;
- Com as nossas previsões, formulamos hipóteses limitativas do movimento do real;
- Descriminamos ou aceitamos, consoante o nosso grupo de pertença, presos que estamos à nossa própria história de vida.

AS CULTURAS NÃO SE
ENCONTRAM
AS PESSOAS SIM

Comunicação Criadora

Esta situação/relação
é única



Nós (eu e ele/a)
somos únicos e
diferentes

Todos aprendemos com todos

A CENTRALIDADE É DADA
AO PROCESSO
DE COMUNICAÇÃO
INTER-CULTURAL

ACTOS E DINÂMICAS DE COMUNICAÇÃO SÃO SOCIALMENTE CONDICIONADOS

- Os protagonistas estão em presença uns dos outros mediados pela “máscara” (papeis e estatuto);
- Pela posição que ocupam no seio do espaço social.

COMUNICAÇÃO INTER CULTURAL EXIGE ATITUDE ABERTA E OPTIMISTA

O acto de comunicar encerra duas dimensões a da Informação e da Relação

Que se interlaçam durante a comunicação onde os interlocutores produzem em conjunto um sentido.

SOCIEDADES GLOBAIS E INTER CULTURAIS SÃO UMA REALIDADE COMPLEXA DE (INEVITÁVEL) ENRIQUECIMENTO

- É preciso ultrapassar a abordagem essencialista: “o português é”, “os ciganos são”, “os homens são...”, “os deficientes são”, “os judeus são”, etc
- Ter consciência que diferentes culturas têm diferentes maneiras de estruturar o mundo e produzem múltiplos quadros de referência
- Aceitar que as situações de interação social são reguladas por um conjunto complexo de normas que funcionam sob a forma de evidências invisíveis: este sentido de evidência constitui-se como obstáculo à compreensão do comportamento do outro
- Não prescindir de uma atitude analítica e reflexiva sobre a intervenção na procura e confronto da natureza e fundamentos dos valores que regulam o comportamento dos actores
- Identificar o que está em causa numa interação é compreender as lógicas dos protagonistas
- Contrariar os efeitos do etnocentrismo nas relações interpessoais (representação de si e do outro)
- Entender que a identidade é uma noção central para compreender a pessoa e que esta se desenvolve no outro) curso da socialização e que se constrói em interação com o mundo que a envolve

HISTÓRIA INACABADA À ESPERA DE UM FINAL FELIZ

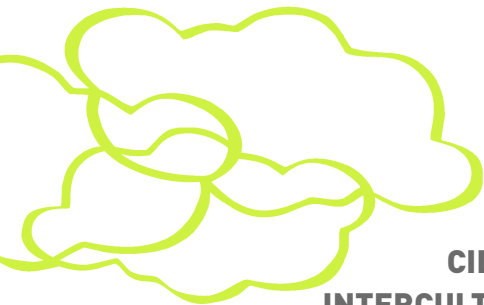
Era uma vez uma grande cidade que se estendia à sombra de cinco montanhas e sofria de uma mal desconhecido

No alto de cada monte havia um sábio que todas as manhãs fazia descobertas em busca de cura para o mal

Mas cada um dos sábios só conseguia ver uma parte incompleta da cidade e de tão longe que não podia sequer adivinhar

o ruído das vozes e das máquinas o sorriso nas bocas das crianças e as lágrimas ocultas no interior da noite.

António Cardoso Ferreira



ANEXO 6.c – PILAR IV

CIDADANIA, IGUALDADE DE GÉNERO E INTERCULTURALIDADE EM SERVIÇO DE SAÚDE

CHBA, 7 e 14 de Março 2007
Luísa Ferreira da Silva

SAÚDE E INTERCULTURALIDADE

Objectivos

- Reflectir sobre a nossa ('não-ciganos') atitude face aos ciganos, enquadrando a reflexão na análise do etnocentrismo, da cultura organizacional do hospital e da antropologia da saúde.

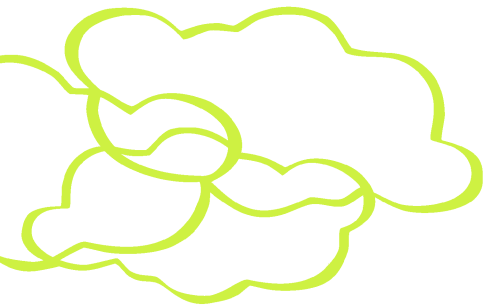
Método pedagógico

- Construção de um espaço de diálogo sobre as dificuldades sentidas no atendimento hospitalar a pessoas ciganas;
- Apresentação de experiências de confronto entre populações 'integradas' e 'excluídas';
- Exposição de conceitos e teorias sobre exclusão social e estigmatização; sobre conhecimentos de antropologia e sociologia da saúde;
- 'Jogos de papeis' simulando situações reais.

Bibliografia de apoio

- Carapineiro, Graça (1998 (3ªed.)) *Saberes e poderes no hospital*, Porto, Afrontamento
- Elias, Norbert e Scotson, John L. (2000) *Os estabelecidos e os outsiders - Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*,
- Elias, Norbet (1989 ed. port. (1939 1ª ed.)) *O Processo Civilisacional*, Lisboa, Dom Quixote
- Goffman, Erving (1998) *Estigma - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Editora Guanabara
- Silva, Luisa Ferreira da (2004) *Socio-Antropologia da Saúde - Sociedade, cultura e saúde/doença*, Universidade Aberta

- Silva, Luísa Ferreira da (2005) *Saúde/Doença é questão de cultura - Atitudes e comportamentos de saúde materna nas mulheres ciganas em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas



ANEXO 6.d – PILAR IV

PREPARAÇÃO DE TERTÚLIAS

ASPECTOS A TER EM CONSIDERAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS TERTÚLIAS

Diagnóstico

1. A que problemas se pretende responder?
2. Que competências são necessárias para a implementação da acção?

Estratégias

1. Identificação dos/as intervenientes:
 - Grupo alvo
 - Organizações/profissionais
2. Divulgação
3. Mobilização (transporte/brindes)
4. Acolhimento das crianças

Planificação da acção

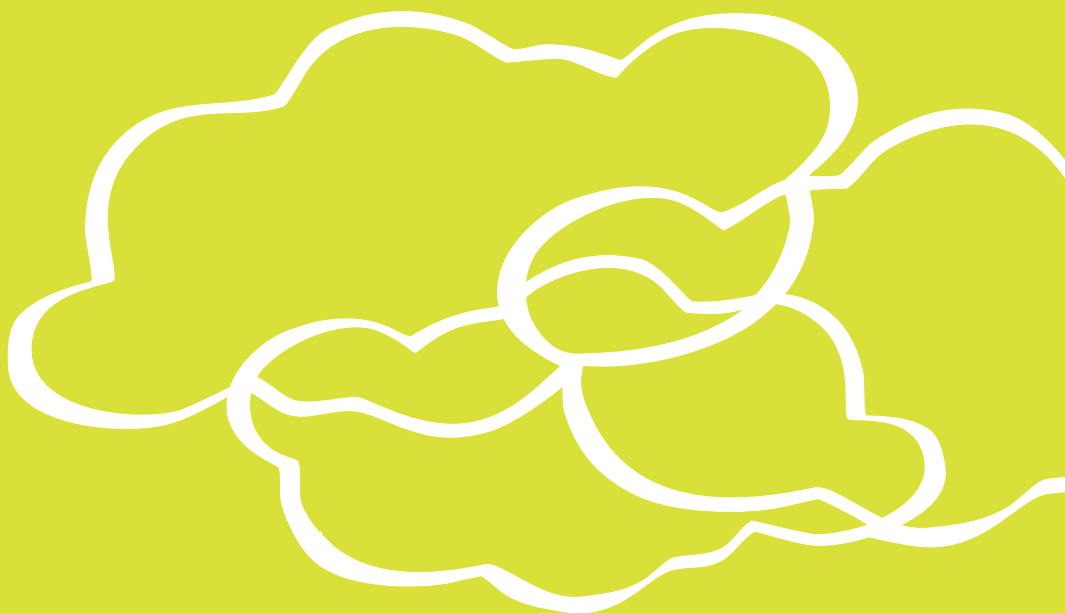
1. Tema central da Tertúlia
2. Local de realização
3. Objectivos
4. Questões centrais a debater
5. Argumentário
6. Data, Hora, Duração
7. Animadoras/es
8. Materiais de suporte

Avaliação

1. Instrumentos a aplicar
2. Resultados esperados
3. Dificuldades e obstáculos encontrados
4. Formas de superação
5. Factores críticos de sucesso
6. Reforço de competências – quais e em que medida?
7. Importância para a consolidação do trabalho em parceria
8. Impacto em termos de Igualdade de Género

MELHORAR A COESÃO SOCIAL

Guia de Boas Práticas para a Cidadania
e o Relacionamento de Pessoas, Instituições
e Comunidades Ciganas e não Ciganas



FICHA TÉCNICA

Projecto
co-financiado por:



UNIO EUROPEA
Fundo Social Europeu



AUTORIA – PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO “P’LO SONHO É QUE VAMOS”:

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas

CHBA – Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, EPE

DGACCP – Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Dezembro 2007

CONTACTOS:

CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Rua Rodrigues Sampaio, nº31 – S/L Dta.

1150 – 278 LISBOA

Telf: 21 384 55 60

Fax: 21 386 72 25

cesis@cesis.org

www.cesis.org

AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas

Rua José Gregório Almeida, n.º 4

Quinta da Cucena

2840-577 Aldeia de Paio Pires

Telefone e Fax: 21 222 81 34

amucip.cig@hotmail.com

CHBA – Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, EPE

Rua Dr. António Fernando Covas Lima

7801-849 Beja

Telf: 284 31 02 00

Fax: 284 00 00 10

ca@hbeja.min-saude.pt

www.hbeja.min-saude.pt

DGACCP – Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Av. Visconde de Valmor, 19-5º

1049-061 LISBOA

Telf: 21 792 97 00

Fax: 21 792 97 24

correio@dgaccp.pt

www.mne.gov.pt

